



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
SOBRE AS MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO

LEIDIANE ALVES DE FARIAS

COMUNICAÇÃO E FEMINISMO: EXPERIÊNCIAS CIBERFEMINISTAS NO
BRASIL

Salvador

2015

LEIDIANE ALVES DE FARIAS

**COMUNICAÇÃO E FEMINISMO: EXPERIÊNCIAS CIBERFEMINISTAS NO
BRASIL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal da Bahia, como exigência para obtenção do título de Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, sob a orientação da Prof^a Doutora Cecília Maria Bacellar Sardenberg.

Salvador

2015

FICHA CATALÓGRAFICA

de Farias, Leidiane Alves
Comunicação e Feminismo: experiências ciberfeministas
no Brasil / Leidiane Alves de Farias. -- Salvador, 2015.
146 f.

Orientadora: Cecília Maria Bacellar Sardenberg.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-graduação em
Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e
Feminismo) -- Universidade Federal da Bahia, Faculdade
de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.

1. Comunicação. 2. Feminismo. 3. Ciberfeminismo. 4.
Tecnologias de Informação e Comunicação. 5. Universidade
Livre Feminista. I. Sardenberg, Cecília Maria Bacellar.
II. Título.

LEIDIANE ALVES DE FARIAS

**COMUNICAÇÃO E FEMINISMO: EXPERIÊNCIAS CIBERFEMINISTAS NO
BRASIL**

Dissertação defendida no Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia – UFBA, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Cecília Maria Bacellar Sardenberg, Orientadora

Profa. Dra. Sandra Raquew dos Santos Azevedo

Profa. Dra. Márcia Santos Macêdo

Prof. Dr. Felipe Bruno Martins Fernandes

Aprovada em 14 de Agosto de 2015.

À minha avó, agricultora, professora e sindicalista, Antônia Esmerina

AGRADECIMENTOS

A produção dessa dissertação não foi uma tarefa fácil, especialmente diante do sentimento de saudade e ausência familiar, assim como dos percalços acadêmicos e teóricos. Contudo, assim como noutros importantes momentos de minha vida, tenho presenças especiais que me acompanham e apoiam. São por essas (es) que tenho muito a agradecer. Meus sinceros e eternos agradecimentos:

Adupé-lewô-olorun! (graças a Deus por ter conservado minha vida e minha saúde até hoje) e por me permitir a continuidade de tudo que me proponho na vida.

Aos meus Orixás, especialmente a Oxaguian, a quem devo toda força, coragem e destemor diante dos obstáculos nas lutas diárias; a Iemanjá, que me ajuda a explorar todas as potencialidades que tenho dentro de mim; e, a meu Erê, Pilão de Prata, que me possibilita diariamente muita felicidade.

A minha família, pois nela encontro o alicerce da vida, especialmente a minha Mãe Ednalva, a quem devo todo o aprendizado de perseverança. A meu Pai José, com quem aprendi a lutar e a buscar as possibilidades coletivas. As minhas três irmãs Wedna, Leissa e Wilma, que dividiram comigo uma infância de perdas e ganhos, e com as quais, aprendi a viver coletivamente respeitando as diferenças.

A meu companheiro, Ivson Silva, com quem tive fortes discussões acerca de minhas inquietações teóricas e militantes, e a quem devo a possibilidade de produzir uma dissertação sem o comprometimento com minha parte das atividades diárias de uma vida a dois. A ele, devo a companhia, carinho, amor e atenção.

Às responsáveis pela Universidade Livre Feminista, pela disponibilidade, gentileza e colaboração repassando informações sobre essa Rede.

Às amigas e aos amigos, especialmente Ana Paula e Lidiane Maria (Lidi), que mesmo de longe, sempre me apoiaram e ajudaram nos momentos mais difíceis; e, Julianin Santos (Ju), que acreditou no meu potencial incentivando minha produção acadêmica e ouvindo minhas lamentações e angústias.

A minha orientadora, Cecília Maria Bacellar Sardenberg, pelo respeito a minha autonomia intelectual e fundamentais contribuições teóricas acerca dos estudos feministas, ampliando meus horizontes enquanto pesquisadora, mas

também pelos encontros carinhosos que me permitiram avançar em muitas das discussões que me proponho nessa dissertação.

À professora e militante feminista Ana Alice Alcântara Costa (*in memoria*), em nome de todas as professoras do PPGNEIM, por me permitirem experiências acadêmicas, que contribuíram com minha formação intelectual.

Aos grupos de pesquisa Ciência, Gênero e Educação e Gênero, Tecnologias Digitais e Cultura, especialmente às professoras Graciela Natansohn e Ângela Maria Freire e Souza, respectivamente do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea e Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pelo importante processo de aprendizagem.

Às colegas que ingressaram comigo no PPGNEIM em 2013, pelas reuniões, eventos e confraternizações durante os dois anos de mestrado, especialmente às companheiras Vanessa Boaventura, Aldevina Santos, Vanderlay Reina, Alessa Denega, Jenifer Estrela, Aline Rodrigues e Laíse Lemos.

À professora Doutora Miriam Grossi, em nome de toda a equipe do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (PROCAD/UFSC), pelo acolhimento e acompanhamento no intercâmbio realizado em 2013.

Às (os) companheiras (os) de militância estudantil, especialmente a gestão Coletividade e Luta da Associação de Pós-graduandas/os da UFBA, na qual assumi a coordenação de comunicação.

Às brasileiras e aos brasileiros, pelo custeio dos meus estudos numa Universidade Pública e de qualidade da graduação à pós-graduação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa durante o mestrado.

A oficina do futuro necessita de muitas mãos e de bastante fôlego. Um mundo de lamúria feminina aguarda libertação. A mulher do pequeno camponês suspira a beira do colapso sob o fardo da vida. Ali, na África alemã, no deserto do Kalahari, permanecem os ossos de mulheres Hereros indefesas, que foram levadas pelos soldados alemães a pavorosa morte de fome e sede. Do outro lado do oceano, nos altos rochedos de Putumayo, perdem-se, inaudíveis para o mundo, gritos de morte de mulheres indígenas torturadas nas plantações de borracha de capitalistas internacionais.

Proletária, a mais pobre dos pobres, a mais injustiçada dos injustiçados, vá a luta pela libertação do gênero das mulheres e do gênero humano do horror da dominação do capital. A social-democracia concedeu a você um lugar de honra.

Corra para o front, para a trincheira!

Rosa de Luxemburgo, 1914

RESUMO

A revolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no final do século XX e início do século XXI, desencadeada essencialmente pela emergência da Internet em convergência com a expansão da *Web 2.0* e da comunicação sem fio, orquestrou transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, inclusive nos movimentos sociais, que resultou numa nova forma de prática política utilizando as TICs – o ciberfeminismo. Um conceito híbrido de formação histórica de cunho prático e teórico, que criou novas formas de ‘olhar’ a relação entre as tecnologias de informação e as mulheres, e entre elas, no ciberespaço e também fora dele. A partir de uma abordagem teórica interdisciplinar e feminista das relações de gênero, conjuntamente com as experiências teóricas e práticas ciberfeministas, realizei nesta dissertação um estudo de caso da rede Universidade Livre Feminista, na perspectiva de entender como ciberfeministas brasileiras utilizam essas Tecnologias de Informação e Comunicação, especialmente a Internet, no século XXI. Tal análise me permitiu chegar à conclusão de que na fronteira entre o processo histórico do surgimento das TICs e o feminismo no século XXI, os estudos ciberfeministas apontam que a presença ou ausência das mulheres nas tecnologias digitais tem sido fontes cruciais de transformações e dominação.

Palavras-chave: Comunicação. Feminismo. Ciberfeminismo. Tecnologias de Informação e Comunicação. Universidade Livre Feminista.

ABSTRACT

The revolution in Information and Communication Technologies (ICT) in the late twentieth century and early twenty-first century, triggered mainly by the emergence of the Internet in convergence with the expansion of Web 2.0 and wireless communication, orchestrated social, economic, political and cultural transformations, resulting in a new form of political practice using ICT: cyberfeminism. This is a hybrid concept of historical formation of practical and theoretical nature, referring to new forms of 'looking at' the relationship between information technology and women, and between them, both within cyberspace as well as outside of it. Based on a feminist interdisciplinary theoretical approach to gender relations, together with cyberfeminist theoretical and practical experiences, I undertook in this dissertation a case study of Universidade Livre Feminista (the Free Feminist University network), aiming to identify and analyze how Brazilian cyberfeminists use these Information and Communication Technologies, especially the Internet, in the XXI century. This analysis allowed me to reach the conclusion that, in the borderline between the historical processes of the emergence of technology and feminism in the twenty-first century, cyberfeminist studies indicate that the presence or absence of women in digital technologists, have been crucial sources of transformations and domination.

Keywords: Communication. Feminism. Cyberfeminism. Information and Communication Technologies. Universidade Livre Feminista.

RESUMEN

La revolución de las Tecnologías de Información y Comunicación (TIC) a finales del siglo XX y principios del siglo XXI, provocada principalmente por la aparición de Internet, en convergencia con la expansión de la Web 2.0 y la comunicación inalámbrica, orquestó social, económico, político y cultural, incluyendo movimientos sociales, dando lugar a una nueva forma de práctica política haciendo uso de las TIC, el ciberfeminismo. Un concepto híbrido de la formación histórica de carácter práctico y teórico, que ha creado nuevas formas de 'mirar' la relación entre la tecnología de la información y de las mujeres, y entre ellas, en el ciberespacio y también fuera de ello. Así, desde un enfoque teórico interdisciplinar y feminista de las relaciones de género, junto con las experiencias teóricas y prácticas ciberfeministas, en esta tesis se fue realizado un estudio del caso de la red de la Universidade Livre Feminista en el perspectiva del entender cómo ciberfeministas brasileña hacen uso de estas tecnologías de la información y la comunicación, especialmente Internet, en el siglo XXI. Este análisis me permitió llegar a la conclusión de que la frontera entre el proceso histórico de la aparición de la tecnología y el feminismo en el siglo XXI, los estudios ciberfeministas indican que la presencia o ausencia de las mujeres en los tecnólogos digitales, han sido fuentes cruciales de transformaciones y la dominación.

Palabras-clave: Comunicación. Feminismo. Ciberfeminismo. Tecnologías de la Información y Comunicación. Universidade Livre Feminista.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Primeiro Manifesto Ciberfeminista.....	43
Figura 2	Nuvem de palavras sistematizada a partir das antíteses.....	49
Figura 3	Marcos históricos do ciberfeminismo no Mundo e no Brasil.....	95
Figura 4	Layout da página principal 2014.....	110
Figura 5	Layout da página principal 2014 (1).....	112
Figura 6	Layout da página principal 2014 (2).....	113
Figura 7	Layout da página principal 2014 (3).....	113
Figura 8	Layout da página principal 2014 (4).....	114
Figura 9	Layout de 2010 da Plataforma de cursos e debates.....	116
Figura 10	Layout de 2013 da Plataforma de cursos e debates.....	117
Figura 11	Layout de 2014 da Plataforma de cursos e debates.....	118
Figura 12	Layout de 2014 da Biblioteca Feminista.....	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estatísticas de busca do site na internet: entre maio e novembro de 2014.....	104
Quadro 2 - Estatísticas de acessos ao <i>Facebook</i> , por sexo e idade: entre maio e novembro de 2014.....	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMB	Articulação de Mulheres Brasileiras
BITNET	Rede criada para troca de mensagens e e-mails entre universidades
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CIGE	Grupo de Pesquisa em Ciência Gênero e Educação
CGI.br	Comitê Gestor da Internet no Brasil
EAD	Educação à Distância
EMBRATEL	Empresa Brasileira de Telecomunicações
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FURNE	Fundação Universitária de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão
GIG@	Grupo de Pesquisa Gênero, Tecnologias Digitais e Cultura
HTML	Linguagem de Marcação de Hipertexto
IBASE	Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômico
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística
LNCC	Laboratório Nacional de Computação Científica
MAMU	Mapa de Coletivos de Mulheres
MEEEL	Meio Ambiente e Ecofeminismo; Movimento Estratégico pelo Estado Laico
MILNET	Military Network
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
NEIM	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher
OBN	Old Boys Network
PDC/APC	Programa de Direitos das Mulheres/Associação para o Progresso das Comunicações
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PNBL	Plano Nacional de Banda Larga
PPGNEIM	Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo

PROCAD	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso a Ensino Técnico e Emprego
REDOR	Rede Feminista Norte e Nordeste
RNP	Rede Nacional de Pesquisa
RSS	Really Simple Syndication
SUS	Sistema Único de Saúde
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
ULF	Universidade Livre Feminista
WWW	World Wide Web

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	22
2. FEMINISMOS E CIBERFEMINISMO (S)	30
2.1. CONTEXTUALIZANDO OS CIBERFEMINISMOS.....	37
2.1.1. Primeira onda ciberfeminista	40
2.1.1.1 Manifesto ciborgue e a origem do ciberfeminismo	40
2.1.1.2. Do Primeiro Manifesto Ciberfeminista às Primeiras conferências internacionais ciberfeministas.....	41
2.1.1.3. Sadie Plant e as raízes do ciberfeminismo	50
2.1.2. Segunda onda ciberfeminista	54
2.2. A DEFINIÇÃO COMO ESTRATÉGIA	61
3. CIBERFEMINISMOS NO BRASIL.....	69
3.1. DA INTERNET AOS CIBERFEMINISMOS – UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	69
3.2. AO LADO DOS NÚMEROS DE ACESSOS SURGEM AS CIBERFEMINISTAS.....	77
3.3. CIBERFEMINISMOS À BRASILEIRA.....	85
4. UNIVERSIDADE LIVRE FEMINISTA – UMA EXPERIÊNCIA CIBERFEMINISTA NO BRASIL	95
4.1. A HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE LIVRE FEMINISTA – 2009 A 2015	96
4.2. A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE LIVRE FEMINISTA NA INTERNET	107
4.2.1. O Portal.....	108
4.2.2. Formação	115
4.2.3. Biblioteca Feminista	120
4.2.4. TV Feminista	123
4.2.5. Redes sociais.....	125
4.2.6. Outras ferramentas.....	129
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
6. REFERÊNCIAS	137
APÊNDICE 1 – Roteiro de entrevistas	144

APRESENTAÇÃO

"Olhos" disponíveis nas ciências tecnológicas modernas acabam com qualquer ideia da visão como passiva; esses artifícios protéticos nos mostram que todos os olhos, incluídos os nossos olhos orgânicos, são sistemas de percepção ativos, construindo traduções e modos específicos de ver (HARAWAY, 1995, p. 22).

Foram esses “olhos” orgânicos e tecnológicos evidenciados pela teórica Donna Haraway (1995), privilegiando a objetividade forte, que permearam minha visão parcial dos ciberfeminismos no Brasil. Uma parcialidade de saber situado, que oferece conexões e aberturas para o conhecimento, a partir de meu lugar de fala enquanto sujeita cognoscente, isto é, reconhecendo o contexto histórico sociocultural no qual emergem minhas “tecnologias semióticas” (HARAWAY, 1995, p. 15) acerca dessa nova concepção que surge no bojo dos estudos feministas no século XXI.

Desse modo, fundamento-me na perspectiva de situar o lugar de onde falo enquanto usuária e pesquisadora das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), desde meus primeiros contatos com essas tecnologias digitais até o objeto empírico, a Universidade Livre Feminista.

Filha de uma ‘dona de casa’ com um sindicalista agricultor e, irmã de três mulheres, sendo tia de dois sobrinhos, comecei a usar um computador (na época sem acesso a Internet) em 1999, quando cursava o 6^a ano nas aulas de informática. Mas foi em 2001, que tive meus primeiros contatos com a rede mundial de computadores, quando fui trabalhar numa empresa de fiscalização de comerciais – nessa época meu acesso à Internet alternava-se entre o trabalho e *lan houses*, que surgiram nos bairros periféricos de Campina Grande, Paraíba, onde morava.

A esse percurso associa-se a entrada na graduação em Comunicação Social, em 2007, na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), quando na época queria ser repórter, pois gostava (e ainda gosto) de investigar, redigir notícias, entrevistar e descrever o cotidiano. Foi nesse período que realizei minhas primeiras articulações enquanto militante feminista, especialmente no movimento estudantil quando presidi o Centro Acadêmico do curso, em 2008. Foram calorosos embates com as/os companheiras/os de militância, que resistiam em reconhecer as dificuldades e

preconceitos vivenciados entre mulheres e homens no ambiente universitário, assim como na sociedade como um todo; ou então, secundarizando essas questões. Ademais, essas discussões se ampliaram com o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no qual trouxe a história da atuação de jornalistas mulheres que trabalharam nos jornais impressos de Campina Grande na década de 1980. Também em 2007, criei meu primeiro perfil numa rede social, o *Orkut*, esse que desativei em 2009, mesmo ano que migrei para o *Facebook*. No início usava essas redes sociais apenas para manter contato com as amigas distantes, no entanto, com os envolvimento acadêmicos e militantes comecei a utilizá-las como instrumentos de comunicação, divulgação e mobilização diversas.

Na sequência, realizei uma especialização em Jornalismo e Mídias Regionais, pela Fundação Universitária de João Pessoa, também na Paraíba, quando já buscava algum espaço acadêmico que pudesse ajudar a teorizar minhas inquietações acerca do sexismo vivenciado no meu cotidiano, principalmente no movimento estudantil e no espaço acadêmico. Na especialização, procurei aprofundar a pesquisa da graduação, especialmente visibilizando a história das jornalistas que participaram do processo de expansão dos meios de comunicação em Campina Grande, assunto este que se mostrava invisível nas pesquisas no campo da comunicação.

Mas foi em 2011, quando mudei para Salvador, que aprofundei esses debates, a partir da disciplina Gênero nas Ciências, que cursei como aluna especial no Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM). Essa disciplina possibilitou ampliar meus horizontes acerca das relações de gênero no âmbito científico e tecnológico, especialmente das tecnologias de informação, bem como perceber como as relações de poder excluíam e invisibilizavam as mulheres nas áreas tecnológicas. Nesse mesmo ano, comprei meu primeiro *notebook* e celular com acesso a internet, esses me ajudaram a melhorar minha comunicação com as pessoas, inclusive na articulação com outras mulheres do movimento estudantil de outros estados do Brasil.

Tal experiência me levou, em 2012, a participar do processo de seleção para aluna regular do PPGNEIM – mesmo ano que criei minha conta no *Twitter* e descobri o site Universidade Livre Feminista, no qual, na época, buscava textos e

publicações acerca do feminismo e movimentos de mulheres no Brasil. Tal processo seletivo me permitiu, em 2013, ingressar no mestrado do PPGNEIM onde, finalmente, pude unir minhas inquietações e desenvolver minha pesquisa, com o objetivo de entender como as mulheres tem feito uso das TICs no Brasil, especialmente redes feministas, bem como encarar as discussões nos espaços de militância.

Desse modo, esse projeto surge fundamentado tanto nos debates travados ao longo dos anos no bojo dos feminismos no mundo e na América Latina, como a partir da conclusão, como aluna especial, da disciplina Ciberespaço, Comunicação e Cultura¹, no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea (POSCOM/ UFBA). A partir daí e das minhas redes de contatos e grupos que acompanho nas redes sociais, iniciei uma breve pesquisa acerca da temática no que tange a utilização das tecnologias digitais na produção, articulação e disseminação de ideias dos movimentos feministas acadêmicos ou não. Neste processo inicial, percebi que seria pertinente analisar esse fenômeno de uso das TICs por diversos movimentos sociais, especialmente o feminismo, que crescia à ‘velocidade da luz’, ao menos em minhas redes de contatos.

Ademais, a participação em dois grupos de pesquisa - *Ciência, Gênero e Educação (CIGE)*, no PPGNEIM e *Gênero, Tecnologias Digitais e Cultura (GIG@)*, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea, ambos da UFBA - também contribuiu com os diálogos acerca das temáticas de gênero, feminismos, tecnologias e ciência, me permitindo reconhecer que o espaço das mulheres deve ser entendido inclusive no contexto das TICs.. Já no final do mestrado, na perspectiva de entender e aprofundar as discussões sobre empoderamento de mulheres no contexto das tecnologias digitais, comecei a participar do grupo de pesquisa *Trilhas de Empoderamento das Mulheres*, do PPGNEIM, ao qual estou vinculada.

Em setembro de 2013, ainda durante o mestrado, realizei uma visita de intercâmbio no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, intermediado pela parceria NEIM/UFBA e UFSC, possibilitada pelo Programa de Cooperação Acadêmica (PROCAD) da CAPES/MEC. Esse intercâmbio me possibilitou dialogar com outras/ pesquisadoras

¹ Esta disciplina foi ministrada professora Dra. Suzana Barbosa e pelo professor Dr. André Lemos.

(es) sobre o desenvolvimento de minha pesquisa no que tange à construção de um conhecimento interdisciplinar, mais especialmente, no sentido de perceber o quanto as/os estudiosas/os feministas têm feito uso das TICs no processo de formação e articulação de redes feministas acadêmicas. Isso incluiu desde as inscrições dos eventos que participei – Jornada Internacional NIGS: Trabalho de Campo, Ética, Sexualidades e Seminário Internacional Fazendo Gênero 10: desafios atuais dos feminismos – até os contatos com pessoas de outras instituições, redes e grupos, que foram possibilitados pela troca de *webmail* e perfis nas redes sociais, ou seja, muito mais do que apenas pela troca do número de celular.

Reconhecendo que é impossível separar a militância da academia uma vez que ambas andam dialeticamente lado a lado em minha vida, continuei, juntamente às atividades acadêmicas, militando no movimento estudantil. Fui, em 2013, representante das mestradas junto ao Colegiado do PPGNEIM e diretoria de Comunicação Social da Associação de Pós-graduandas e Pós-graduandos da UFBA. Nesse último, presenciei e participei de fortes embates com companheiras e companheiros acerca das relações de poder vivenciadas pelas pós-graduandas no ambiente acadêmico.

Ademais, reconhecendo o contexto histórico sociocultural de subordinação feminina, inclusive na linguagem, ratifico que, embasada na crítica feminista à ciência – androcêntrica e sexista, que privilegia um conceito universal de homem –, me propus a fazer uso de uma linguagem não sexista em todo o texto da dissertação, assim como faço na militância, apesar das inúmeras críticas de companheiras e companheiros.

Nessa direção, incluirei, dentre diversas palavras no feminino, o termo ‘sujeita do conhecimento’. Tal proposta não é colocada em detrimento da exclusão do “sujeito/masculino do conhecimento”, mas sim, do uso do termo no feminino e masculino. Isto é, entendendo ‘sujeita’ como feminino de ‘sujeito’, e não como uma “mulher de quem não se quer dizer o nome²”.

Essa perspectiva surge da compreensão de que se criticamos a ciência sexista e androcêntrica e não propomos outras abordagens e conceitos, caímos numa crítica reprodutivista, ou seja, não avançamos na discussão propondo outras

² Disponível em <http://pt.wiktionary.org/wiki/sujeita> Acesso em 09 de junho de 2014

possibilidades de inclusão, especificadamente na linguagem. Ademais, não podemos deixar de enfatizar que a linguagem também faz parte desse cenário de exclusão das mulheres, uma vez que esta construção tem sido uma das formas mais sutis de discriminação e exclusão.

Nesse sentido, para mim existe sim, a sujeita do conhecimento, dado que se esse “ser do conhecimento” é uma criação da filosofia moderna, para designar a capacidade humana de conhecer sua capacidade de conhecer; ou ainda se esse chamado “sujeito” do conhecimento “é um intelecto no interior de uma alma, cuja natureza ou substância é completamente diferente da natureza ou substância de seu corpo” (CHAUI, 2000, p.56). A partir do significado histórico sociocultural que se dá ao gênero, as mulheres fazem parte da capacidade humana de produzir conhecimento. Se só usamos uma linguagem no masculino, quando tratamos do “ser do conhecimento”, estamos corroborando com a afirmativa de um ser universal masculino. Logo, se afirmamos ainda, a partir dos estudos feministas, que “esse sujeito” do conhecimento é efeito das determinações culturais, sociais, sexuais e étnicas, é contraditório considerar apenas o “sujeito” – no masculino –, sem considerarmos as mulheres – a “sujeita”.

Desse modo, essa pesquisa foi realizada especialmente com a intenção de somar esforços e contribuir com as pesquisas feministas – não esgotando as discussões sobre ciberfeminismo—, bem como, fazendo parte de uma rede de conexões que tratem dessa perspectiva, na qual as exclusões, preconceitos e opressões das mulheres possam ser combatidos, inclusive no âmbito das tecnologias de informação e comunicação.

1. INTRODUÇÃO

O feminismo tem trazido uma importante contribuição crítica e interpretativa junto à sociedade, quando reconhece e questiona a milenar e universal subordinação das mulheres ao longo da história humana. Seja teórica ou política, a consciência da criticidade feminista também tem colocado à Ciência e, especialmente às Ciências Sociais, as complexas relações de poder estabelecidas numa série de dimensões, inclusive na Ciência e Tecnologia, reconhecendo que essas relações estabelecidas no campo do conhecimento não são neutras, nem tão pouco homogêneas, mas que refletem diferenças de gênero, raça, classe, geração, território etc. No tocante às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), essas relações desencadearam formas de exclusão e obstáculos na vida das mulheres, assim como novas possibilidades de mobilização e participação.

Nessa direção, a transição dos meios de comunicação de massa tradicionais (televisão, rádio, jornais) para uma comunicação organizada em torno das TICs, possibilitada pela expansão da Internet, da *Web 2.0* e da comunicação sem fio, potencializou novas formas e canais de comunicação, que permitiram a conexão e desconexão em rede de e entre indivíduos (os), grupos, regiões e países, a partir da integração global de produção e distribuição de palavras, sons e imagens no ciberespaço (CASTELLS, 2012).

Para a pesquisadora Susana Rostagnol (2003), a conectividade tem reforçado ainda mais a formação de redes no início dos anos 2000 na América Latina e Caribe, especialmente no Brasil:

Em geral, as redes são formações bastante soltas, que mantêm certos núcleos estruturados. Neste cenário, as TICs tornaram-se uma ferramenta muito apropriada para treinamento e para a construção das redes. Permitem velocidade de comunicação, disponibilidade de informação e acesso ao conhecimento. [...] {O Brasil, por exemplo,} contém um número significativo de organizações que graças ao acesso a redes eletrônicas se estruturaram cada vez mais em redes (ROSTAGNOL, 2003, p. 1-2, tradução minha)³.

³ En general las redes son formaciones más bien laxas, que mantienen ciertos núcleos estructurados. En este escenario, las TICs se han constituido en un instrumento altamente adecuado tanto para la formación como para la construcción de las redes. Permiten rapidez en la comunicación, disponibilidad de información y acceso al conocimiento. [...] contiene en sí mismo un número muy importante de organizaciones que gracias al acceso a las redes electrónicas se estructuraron cada vez más en redes. (ROSTAGNOL, 2003, p. 1-2)

Tecnologias essas, que também suscitaram transformações significativas nos movimentos sociais, especialmente nos feminismos do século XXI, com a emergência do ciberfeminismo – um fenômeno híbrido de intervenções individuais e coletivas, que nasce da relação entre feminismos e tecnologias digitais, estabelecendo um novo quadro de referências pela sua própria existência no contexto político e científico, principalmente na literatura feminista.

Esse ciberfeminismo diverso e multifacetado surge concomitantemente a uma nova estrutura de organização e prática social de pessoas conectadas em rede, mantidas pelas TICs, especialmente a Internet, a “Sociedade em Rede” (CASTELLS, 2012). Redes, que embora reflitam uma antiga forma de articulação humana – entre mulheres e homens, entre mulheres e mulheres e, entre homens e homens –, constituíram um sistema global que superou as limitações temporais e espaciais, a partir dos avanços tecnológicos, promovendo o surgimento e o reforço de redes feministas, “tanto virtuais como presenciais” nos níveis nacional, regional e internacional (SARDENBERG e COSTA, 2012, p. 7).

Um novo momento histórico: ao mesmo tempo em que cria possibilidades de desenvolvimento de novas capacidades e atividades, reforça “uma geografia de desigualdade social, econômica e tecnológica” (CASTELLS, 2012, p. II), inclusive nas articulações de poder evidenciadas nas relações de gênero.

Nesse contexto, o ciberfeminismo foi um termo utilizado pela primeira vez na Austrália, através da publicação do *Manifesto Ciberfeminista* escrito pelas artistas e feministas do grupo *VNS Matrix*, e logo depois, na Europa, pela teórica britânica Sadie Plant (1997), com a publicação de *Zeros e uns: as mulheres e as novas tecnologias*. Esses dois marcos, associados às primeiras conferências ciberfeministas realizadas na Alemanha e Holanda, deram início à expansão das discussões e das práticas ciberfeministas no ciberespaço como uma espécie de vírus cibernético, chegando inclusive noutros países, a exemplo do Brasil, que, apesar do atraso no processo de inserção da Internet no país, tem apresentado na última década um crescimento significativo de mulheres acessando a rede mundial de computadores, chegando a 53% do total de usuárias (os) em 2014 (IBOPE, 2014).

Na perspectiva de contribuir para os estudos feministas, especialmente sobre essas transformações contemporâneas resultantes da expansão das TICs e da

participação das mulheres nesse cenário, bem como visibilizar as experiências ciberfeministas brasileiras, levantei a seguinte problemática: *Como as ciberfeministas brasileiras vêm utilizando as Tecnologias de Informação e Comunicação, especialmente a Internet, no século XXI*. Assim, tenho como objetivo central analisar como o fenômeno ciberfeminista tem se manifestado no Brasil, a partir do estudo de caso da rede Universidade Livre Feminista (ULF).

De modo mais específico, volto-me inicialmente para o processo histórico de surgimento do ciberfeminismo no mundo e seus avanços no Brasil. A seguir, contextualizo a experiência brasileira na conjuntura dos ciberfeminismos, reconhecendo as especificidades históricas do país. Por fim, através de um mapeamento das experiências ciberfeministas no Brasil, realizo uma etnografia virtual identificando e descrevendo as características da Universidade Livre Feminista.

Para fundamentar e justificar meu questionamento e objetivos utilizei uma abordagem teórica interdisciplinar que combina os estudos feministas e da comunicação, entendendo que as relações de gênero também definem a revolução tecnológica, indo da produção ao acesso e, “com vista à compreensão de um objeto, a partir da confluência de pontos de vista diferentes e tendo como objetivo final a elaboração de uma síntese relativa ao objeto comum” (POMBO, 2004, p.13).

Defendo uma teoria feminista que reconhece ser toda perspectiva parcial, vez que o conhecimento é sempre situado. O que nos permite construir uma “objetividade forte”, assumidamente parcial (HARAWAY, 1995; HARDING, 1993, 1996), mas que visualiza a multiplicidade de saberes. Reconhece, ainda, a relação da (o) sujeita (o) do conhecimento com o objeto, não como inerte ou passiva (o). A partir de uma objetividade feminista, ela (ele) passa a ser vista (o) como “um ator [uma atriz] e agente [...], nas quais a própria agência das pessoas estudadas transforma todo o projeto de produção de teoria social” (HARAWAY, 1995, p. 36). Além disso, em meio às inúmeras pesquisas acerca da revolução tecnológica (CASTELLS, 2012, 2013⁴), esses estudos feministas abrem espaço para muitos

⁴ Em síntese, nessas obras, o sociólogo espanhol Manuel Castells procura formular uma teoria social que dê conta dos efeitos e causas das transformações que caracterizam a estrutura e a dinâmica das sociedades no mundo no século XXI, analisando os arranjos sociais, econômicos, políticos e organizacionais em escala global da sociedade conectada em rede (2012). Ademais, o autor trata da formação, dinâmica, valores e perspectivas de transformações sociais de alguns movimentos sociais,

tipos de explicações das relações mediadas por computador a partir do uso das TICs na vida das mulheres, e para “diálogos compartilhados” (HARAWAY, 1995).

O uso da categoria gênero, nesta dissertação, não vem aqui substituir ou excluir o termo mulheres, haja vista que ‘gênero’ é uma categoria analítica que se refere à construção social do feminino e masculino (SARDENBERG, 1999; 2014) e, permite entender diferentes formas de opressão, a depender do contexto social, inclusive entre mulheres. Isto é, gênero é uma categoria fundante para entender como as relações histórico-sociais de mulheres e homens – entre mulheres e mulheres e, entre homens e homens – socialmente construídas estão organizadas. Além disso, o termo rompe com adoção de análises binárias, baseadas nas diferenças sexuais, desconstruindo os papéis e símbolos sexuais. Nessa direção, o uso de gênero como categoria analítica impõe a necessidade de realizar uma releitura de todo o entorno, repensando, por exemplo, a cultura, linguagem, o saber científico etc., para que, entendendo este funcionamento na manutenção da ordem social, possamos mudá-la (MACÊDO, 2008).

Essas ‘lições’ feministas de localização limitada e de conhecimento parcial dentro de uma perspectiva de gênero, associadas ao argumento da teórica Faith Wilding (2004), de que a literatura feminista oferece uma valiosa contribuição às reflexões teóricas e políticas ciberfeministas, embasaram todo o processo de produção desta dissertação. Em especial, mostraram que o processo de difusão nesses espaços não é neutro, nem tão pouco homogêneo, mas que se projeta em expressões diversas que refletem diferenças de gênero articuladas a outras dimensões, como raça, classe, território etc., fortemente associadas às relações de poder constitutivas na produção do conhecimento (HARDING, 1993, 1996; RAGO, 1998; SARDENBERG, 2002, 2004), assim como no desenvolvimento, produção e uso das tecnologias digitais (CASTAÑOS, 2005; NATANSOHN, 2013).

Conforme destacam algumas autoras (CASTAÑOS, 2005; NATANSOHN, 2013), essas premissas de controle e poder impactaram substancialmente nas relações de gênero com os avanços tecnológicos no final do século XX e início do século XXI, especialmente na relação das mulheres com as tecnologias digitais, uma vez que, ao mesmo tempo em que desencadearam novas formas de exclusão e

que conectados em rede, fizeram emergir diversas manifestações por todo o mundo, especialmente a partir de 2010 (2013).

obstáculos na vida de mulheres (MAFFIA, 2013; SELAIMEN, 2013; PAZ, 2013), possibilitaram diversas oportunidades através do uso das TICs, a exemplo dos ciberfeminismos.

Ademais, a análise de experiências ciberfeministas no Brasil requereu ainda a contribuição de algumas concepções importantes para o estudo proposto advindos do campo da comunicação: a definição de Tecnologia de Informação e Comunicação enquanto um conjunto convergente de informática, telecomunicações, microeletrônica e computação, que marca a revolução tecnológica do século XXI, especialmente da Internet (CASTELLS, 2012). A esse pressuposto está situado também o conceito de cibercultura, entendido aqui como uma cultura do ciberespaço, na qual se desenvolvem práticas, atitudes, modos de pensamento e valores, bem como técnicas manuais e intelectuais (LÉVY, 1999), que estruturam a “sociedade em rede” (CASTELLS, 2012).

Entendo que os estudos feministas não possuem um método exclusivamente feminista (HARDING, 1998), mas que dispõem de um ponto de vista feminista quanto às abordagens e observações dos objetos de pesquisa, ou seja, os procedimentos que seguem a investigação e a maneira de investigá-los (HARDING, 1998). Adotei, assim, como método de pesquisa o estudo de caso exploratório e descritivo, pois esse permitiu investigar o fenômeno contemporâneo de experiências ciberfeministas brasileiras em profundidade, a partir da reunião de informações (YIN, 2010; DUARTE, 2010). Além disso, permitiu me beneficiar do desenvolvimento das proposições teóricas para orientar a coleta e análise dos dados mediante a perspectiva de gênero, possibilitando, assim, um ‘olhar’ parcial das experiências brasileiras a partir de uma apresentação mais ampla das características da Universidade Livre Feminista (ULF).

Igualmente, essa pesquisa de caráter qualitativo remete à relevância dos elementos analisados, enquanto mais significativo do que o número de ocorrências identificadas no *corpus* (FRAGOSO, RECUERO e AMARAL, 2013), uma vez que os elementos da amostra: Universidade Livre Feminista, selecionados deliberadamente a partir das características dessa rede, apresentaram uma variedade de ferramentas de comunicação, articulação e formação feminista – especialmente uma plataforma *online* de cursos e formação não vinculada a Universidade Aberta do Brasil (UAB),

nem a alguma outra universidade –, que foram necessárias à observação, percepção e análise das motivações centrais de minha pesquisa.

Para chegar até à Universidade Livre Feminista (ULF), caminhei pela trajetória histórica do ciberfeminismo no mundo e no Brasil, bem como de minha rede de relacionamento *online* e da participação no grupo de pesquisa Gênero, Tecnologia Digital e Cultura (Gig@)⁵. O que viabilizou mapear algumas experiências ciberfeministas no Brasil, através de um levantamento feito no navegador Google. Além disso, venho acompanhando a ULF desde 2012, como usuária do portal e de algumas redes sociais da rede.

Identifiquei que a Universidade Livre Feminista dispunha não apenas de diversas redes sociais (*Facebook, Twitter, Instagram e Tumblr*), como também de espaços de formação *online* (Tv Feminista, Biblioteca Feminista e plataforma de cursos e debates), fazendo uso tanto de plataformas já existentes como de *Software livre*⁶. Após esse mapeamento realizei uma Etnografia Virtual do Portal da Universidade Livre Feminista, entre maio de 2014 e janeiro de 2015.

Apesar de haver outros métodos de pesquisa para o estudo dos cibermeios (NOCCI e PALACIOS, 2008; FRAGOSO, RECUERO e AMARAL, 2013), optei pelo uso da abordagem etnográfica por entender que as técnicas etnográficas também podem ser utilizadas para o estudo de comunidades *online*, haja vista que as dimensões de espaço-tempo, redimensionadas pelas tecnologias de informação e comunicação, possibilitam a compreensão do papel e das articulações da comunicação no ambiente *online*.

Ademais, essa abordagem que, inseparável dos contextos nos quais é empregada, aconteceu no/de e através do *online*, ou seja, nunca desvinculada do off-line, permitindo, assim, levar em consideração que “todas as formas de interação são válidas, não somente o face a face” (FRAGOSO, RECUERO e AMARAL, 2013, p. 173). Este processo me possibilitou a transposição para a complexidade da

⁵ Grupo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (POSCOM), da Universidade Federal da Bahia.

⁶ *Software livre* se baseia num modelo que permite a liberdade de uso e desenvolvimento do programa, cujas características essenciais são a liberdade de uso, cópia, modificação e redistribuição (SILVEIRA, 2004). Embora nesse espaço de compartilhamento de informações acerca do consumo e desenvolvimento de software livre, que se coloca enquanto uma alternativa de fomento a inclusão social digital, no Brasil as mulheres ainda enfrentam barreiras, especialmente no que pesa a baixa participação feminina nesta comunidade *hacker* (PAZ, 2013).

comunicação mediada por computador e das TICs, bem como adaptar o planejamento, as observações, coleta dos dados, análise e escrita da pesquisa.

Nesse percurso, o ato descritivo seguiu o seguinte protocolo (*ibidem*, p. 185-186):

- a) Entrar em contato com o grupo, enquanto primeira fase da ambientação;
- b) Manter um diário de campo com todas as anotações acerca de minhas impressões durante a produção da observação;
- c) Contextualizar as (os) informantes e o uso de entrevistas;

Assim sendo, realizei entre novembro e dezembro de 2014 as entrevistas com algumas responsáveis pela Universidade Livre Feminista, através do *Skype* e e-mail, mediada por um roteiro de entrevista (APÊNDICE 1). A primeira delas foi com a secretária executiva e responsável pela parte de comunicação e gerenciamento do portal e das redes sociais, Priscilla Brito, em 19 de novembro de 2014. Na sequência, realizei outra entrevista com a responsável pelos cursos de formação, Beth Ferreira, em 26 de novembro de 2014, e, com Vanessa Guedes, contratada para assumir temporariamente a parte técnica do portal, em 12 de dezembro de 2014. Cabe evidenciar que, apesar do envio de e-mail solicitando uma possível entrevista com cursistas da Plataforma de Cursos e Formação e com alguma das parceiras da Universidade Livre, não obtive retorno das solicitações até o fechamento desta dissertação.

Ademais, as observações sistemáticas do portal sofreram algumas interrupções, uma vez que o Layout do Portal foi modificado entre maio e outubro de 2014, inclusive sem a atualização de publicações. Contudo, os primeiros contatos com as responsáveis pela rede me permitiram dar continuidade à pesquisa, até o retorno das publicações e atualizações do portal, das redes sociais, das plataformas de formações e cursos e também das bibliotecas virtuais de textos e vídeos.

Cabe salientar que, nesse processo de produção acadêmica, procurei privilegiar pesquisadoras mulheres feministas brasileiras e latino-americanas, na perspectiva de não me fazer omissa ao pensamento e referências dessas, ou mesmo, conforme argumenta Glória Anzaldúa (2009), de atender às complexas intersecções das relações de subordinação teórica que enfrentam algumas mulheres, ainda que haja uma multiplicidade e diferenças que fogem à sujeita de referência branca, ocidental, heterossexual, de classe média e urbana.

Desse modo, ora linear, ora descontínua, avançando e revisitando as teorias feministas, dei continuidade à caracterização do portal, preliminarmente focando conhecer melhor meu objeto empírico, para, na sequência, analisar os dados.

Assim sendo, a análise de experiências ciberfeministas brasileiras é explicitada nessa dissertação ao longo de três capítulos. No Capítulo 2 apresento o processo histórico que marcou o surgimento do ciberfeminismo, desde a primeira utilização do termo pelas ciberfeministas australianas do grupo *VNS Matrix* e pela teórica cultural britânica Sadie Plant, até a realização das primeiras conferências ciberfeministas que iniciaram as discussões mais críticas sobre a definição e áreas de intervenções ciberfeminista. Ademais, trago algumas concepções sobre ciberfeminismo, a partir de teóricas brasileiras (WELLS, 2006; ROCHA, 2006; LEMOS, 2009; BRUNET e NATANSOHN, 2010; SOUZA *et.al.*, 2013) e algumas de suas respectivas referências (WILDING *et.al.*, 1997; WILDING, 2004; MARTÍNEZ-COLLADO e WILDING, 2006; MARTÍNEZ-COLLADO e NAVARRETE, 2007).

Já o contexto que marca especificadamente o cenário ciberfeminista no Brasil foi tratado no Capítulo 3, a partir da chegada e expansão da Internet no país, que impulsionou o surgimento dos primeiros *blogs*, *sites* e redes sociais *online* de mulheres e feministas e, conseqüentemente, os ciberfeminismos brasileiros. Ademais, diante da quantidade significativa de experiências ciberfeministas no Brasil, exponho um breve panorama de algumas experiências brasileiras, que individual ou coletivamente tem feito uso das TICs, sobretudo o ciberespaço.

Neste percurso, para um maior aprofundamento das experiências ciberfeministas brasileiras, apresento no Capítulo 4 uma análise detalhada da rede Universidade Livre Feminista, a partir de uma observação sistemática desse projeto feminista, que surge exclusivamente no ciberespaço, a partir da articulação de mulheres de diversos movimentos e grupos feministas organizados no ambiente *off-line* e no ciberespaço.

Por fim, apresento algumas reflexões conclusivas e reflexivas para pesquisas posteriores nas considerações finais dessa dissertação.

2. FEMINISMOS E CIBERFEMINISMO (S)

O surgimento do feminismo no Brasil acompanha o processo histórico do movimento feminista no Mundo, especialmente no final do século XIX, quando a partir dos anos 20, inicia-se a luta sufragista em alguns países da América Latina. Um trajeto que obteve importantes contribuições de formas e meios de comunicação das ideias feministas, a exemplo da imprensa feminina, que foi responsável pela divulgação e popularização da reivindicação das bandeiras e lutas das primeiras manifestações feministas (COSTA, 2004, p.2); e, no início do século XXI, especialmente entre 2000 e 2015, da emergência das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Essas tecnologias digitais foram responsáveis por novas formas de comunicação interativa entre movimentos feministas internacionais e locais, potencializando a mobilização, articulação e organização de mulheres de diferentes territórios, gerações, etnia e raça, e conseqüentemente, novas estratégias de intervenções políticas e teóricas (SARDENBERG e COSTA, 2012, p. 7).

Enquanto movimento social e político, o feminismo surge na Europa do século XVIII especialmente na França e Inglaterra e, posteriormente nos Estados Unidos, em meio às ideias liberais de igualdade trazidas pela revolução democrática burguesa com o estabelecimento do capitalismo, cujo auge desse movimento feminista se deu com a luta sufragista. Esse sistema econômico, regido pela constante busca pelo lucro, desencadeou transformações nas relações sociais, inclusive na família, que perde seu caráter de unidade produtiva para a produção fabril, tendo a maior parte dos meios de produção e força de trabalho transferida às fábricas. Desta maneira, passa a haver uma participação massiva das mulheres na força de trabalho – reflexo do interesse da burguesia por mão de obra barata e jornadas excessivas de trabalho, associada à condição de inferioridade à qual a mulher era submetida no espaço doméstico (COSTA e SARDENBERG, 2008, p. 25).

Nesse cenário universal de opressão e exploração das mulheres duas tendências do movimento feminista tomam corpo entre fins do século XVIII e início do século XIX, inclusive em alguns países da América Latina: o feminismo burguês e o feminismo socialista, ambos engajados na luta por direitos sociais e políticos das mulheres, conforme descrevem as pesquisadoras feministas Ana Alice Costa e Cecília Sardenberg:

Estas duas tendências principais dominarão o feminismo internacional por mais de um século, passando por momentos de grandes efervescências, como nas lutas pelo sufrágio encabeçadas principalmente pelas feministas burguesas e as lutas pacifistas, levadas pelas socialistas durante a I Guerra Mundial. Passando também por momentos de quase completa desarticulação, como foi nas décadas de quarenta, cinquenta e parte de sessenta, quando as sufragistas, após conquistarem o direito de voto, retornam a casa e as socialistas, envolvidas nas questões mais ligadas diretamente aos PC's [Partidos Comunistas] à guerra fria etc. (2008, p. 29).

Contudo, esse período de desmobilização feminista permaneceu até o ressurgimento de uma “imensa” onda contestatória dos anos de 1960, que marcou internacionalmente os movimentos sociais, a exemplo dos movimentos pacifistas nos EUA (contrárias/os a Guerra do Vietnã; lutas antirracistas; movimento *hippie*), movimento estudantil na Europa, organizações pela redemocratização no Brasil, assim como o movimento feminista internacional (COSTA, 2009, p. 2). Esse “novo feminismo”, como também ficou conhecido, emerge mergulhado numa consciência crítica da condição feminina para além das mudanças das leis, que se colocou como não suficiente para modificação das estruturas ideológicas patriarcais, que subordinam e oprimem as mulheres.

O movimento feminista da década de 1960 se articulou também em torno da bandeira do “pessoal é político” chamando atenção para o caráter político da opressão vivenciada pelas mulheres e, a partir daí, reiterando que os problemas das mulheres têm raízes sociais, ou seja, estendendo a ideia do doméstico enquanto dimensão da esfera pública (COSTA, 2004; 2009). Nesse período, o feminismo passa a criar sua práxis política “a partir da troca de experiência e vivência das mulheres, e de sua reflexão coletiva” (COSTA, 2009, p. 3), questionando inclusive a divisão sexual do trabalho e a construção dos papéis de gênero.

Contudo, essa nova onda que chega ao Brasil em pleno regime militar foi silenciada e massacrada com os demais movimentos populares pelos regimes autoritários, assim como noutros países Latino-americanos, desencadeando um feminismo de resistência que atuou desde os movimentos guerrilheiros até organizações políticas na luta contra a opressão das mulheres na sociedade e pela redemocratização do país (COSTA, 2009). Nessa direção a década de 1970 foi marcada pela necessidade da autonomia organizativa e ideológica do movimento

feminista frente a partidos políticos e outras organizações, especialmente as sindicais, o que desencadeou um amplo e heterogêneo movimento.

À luz do processo de redemocratização do País nos anos de 1980, o movimento feminista brasileiro foi marcado fortemente pela relação com o Estado, principalmente no que se refere à elaboração de demandas de transformação da condição das mulheres, bem como repensar a posição do movimento com o Estado. Nesse novo contexto, as feministas incluíram a agenda feminista na política pública e esferas normativas, garantindo o aumento significativo de organismos governamentais de políticas para as mulheres (programas de saúde; Delegacia de Defesa da Mulher e Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulheres; criação do Conselho dos Direitos das Mulheres, interferência na elaboração da Constituição de 1988) e ainda do crescimento da demanda de profissionais especializadas ou com conhecimento em gênero, a partir de espaços como o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), criado em 1983.

Todo esse processo articulado aos eventos nacionais e internacionais, a exemplo do Ano Internacional da Mulher (1975), e da fragilidade dos organismos de governo para mulheres, fizeram emergir várias arranjos de organizações e identidades feministas: trabalhadoras rurais, de fábricas, mulheres de classes trabalhadoras etc., começaram a identificar-se com propostas feministas, desencadeando no início da década de 1990, o chamado “feminismo popular” (COSTA e SARDENBERG, 2012, p. 6). Essa diversidade que assumiu o feminismo no Brasil teve importante participação na mobilização e organização preparatória da IV Conferência Mundial da Mulher, realizada em 1995, na qual as discussões sobre a comunicação, em especial as tecnologias digitais, foram colocadas como um direito de todas, desencadeando a inclusão de uma plataforma de ações que visavam, dentre outros objetivos, aumentar a participação e acesso das mulheres nas Tecnologias de Informação e Comunicação.

Essa experiência dos feminismos brasileiros nesses e noutros eventos internacionais introduziu novas estratégias, discursos e práticas no ativismo local (ALVAREZ, 2003, p. 542), especialmente a partir dos avanços das tecnologias digitais que promoveram o surgimento de redes *online* e *off-line* “como uma estratégia organizacional central, utilizada com sucesso pelos feminismos e

movimentos de mulheres num contexto global” (COSTA e SARDENBERG, 2012, p. 7).

Assim como nas articulações dos movimentos feministas, a revolução das TICs no final do século XX e início do século XXI – desencadeada essencialmente pela ascensão da Internet em convergência com a expansão da *Web 2.0* e da comunicação sem fio⁷ – resultou numa nova forma de sociabilidade fundamentada por redes conectadas no ciberespaço, a “Sociedade em Rede” (CASTELLS, 1999, 2012 e 2013). “Redes”, que embora sejam uma antiga forma de organização nas relações humanas, na era da informação, passam a ser reconfiguradas por novos arranjos organizacionais e sociais, que superam as limitações de tempo e espaço (CASTELLS, 2012).

Esse cenário de conexões insere o surgimento de um novo conceito no campo dos estudos feministas: o ciberfeminismo, que emerge enquanto uma formação histórica de cunho prático e teórico, suscitando ‘olhares’ sobre a relação que se configura no contexto histórico social das TICs com as mulheres, tanto no ciberespaço como fora dele. Um novo conceito que está ancorado numa perspectiva contestatória e politicamente ativa acerca dos disputados territórios das tecnologias digitais, conforme vem sendo evidenciados por algumas pesquisadoras brasileiras (ROCHA, 2006; WELLS, 2006; LEMOS, 2009; BRUNET e NATANSOHN, 2010; PAZ, 2013; SELAIMEN, 2013; SOUZA *et.al.*, 2013).

No bojo dessa revolução das tecnologias da informação e comunicação, as transformações se deram dos meios de comunicação de massa tradicionais (rádio, televisão, jornais) para um sistema de redes de comunicação organizados em torno da Internet e da comunicação sem fio, que expandiu fortemente na primeira década de 1990. Uma sociedade conectada em redes *online* à medida que uma multiplicidade de padrões de comunicação mediados pela virtualidade é inserida em nosso cotidiano: celulares, redes de computadores, *softwares* de código aberto⁸ e

⁷ Transferência de informações e dado sem a utilização de cabos, a exemplo de telefone celular. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Comunica%C3%A7%C3%B5es_sem_fio Acessado em 25 de outubro de 2014.

⁸ *Software* de código aberto é o *software* de computador com seu código fonte disponibilizado e licenciado com uma licença de código aberto, isto é, o direito autoral fornece o direito de estudar, modificar e distribuir o *software* de graça. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Software_de_c%C3%B3digo_aberto Acessado em 25 de outubro de 2014.

ainda pelo rápido desenvolvimento da capacidade de interligação e transmissão digital nas telecomunicações.

Tais intervenções tiveram ainda um forte efeito na capacidade de acesso, não só aos meios de comunicação de massa, como a qualquer forma de produto cultural ou informativo digitalizado (CASTELLS, 1999). Além disso, as convergências de múltiplas plataformas e linguagens interativas popularizadas pela emergência da *web 2.0* no início do século XXI modificaram significativamente a forma de utilizar e interagir no ciberespaço. Esse fenômeno envolveu ainda serviços de relacionamentos sociais, a exemplo das *wikis*⁹, redes sociais, *blogs*¹⁰ e *microblogging*¹¹ (*Twitter*), *softwares* de compartilhamento e indexação de vídeos e imagens (*Vimeo*, *You Tube*, *Flickr*, *Instagram*) e aplicativos baseados em *Tags*¹².

Todas essas transformações vêm se refletindo na relação das (os) indivíduos (os) com as tecnologias digitais, desde o acesso, uso até a produção tecnológica. Permitiram, também, uma participação mais interativa das pessoas, não apenas facilitando a distribuição de informações e mensagens, mas especialmente uma reconfiguração no papel e comportamento das (os) usuárias (os) a partir de diferentes padrões de produção, compartilhamento, armazenamento e consumo das informações e produtos culturais diversos (ANTUNES, 2011).

Tecnologias digitais, nas quais os ciberfeminismos surgem também ‘infectados’ de relações de controle e poder dos homens que, desde o conhecimento, acesso, uso e produção, têm se beneficiado dos avanços tecnológicos (CASTAÑO, 2005; WAJCMAN, 2006). Contudo, embora o processo de surgimento e expansão das TICs tenha uma trajetória marcada pela exclusão e rechaço de muitas mulheres, a emergência das tecnologias digitais possibilitou a

⁹ O termo *wiki* que significa “rápido”, “ligeiro”, “veloz”, permite que os documentos online sejam editados coletivamente com uma linguagem de marcação muito simples e eficaz, através da utilização de um navegador *web*, que permite a criação e alteração de páginas no ciberespaço. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wiki> Acessado em 20 de março de 2015.

¹⁰ É um site que permite a atualização rápida a partir de acréscimos de postagens que combina textos, imagens e links. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Blog> Acessado em 20 de março de 2015.

¹¹ É uma forma de informação de *blog* que permite as/os usuárias/os que façam atualizações breves de imagens e textos e publicá-los para que sejam visualizadas publicamente ou em grupo restritos, geralmente com menos de 200 caracteres. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Microblogging> Acessado em 20 de março de 2015.

¹² *Tag* ou etiqueta (em português) é um termo associado com uma informação/publicação, que descreve e permite uma classificação da informação baseada em palavras-chave. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Tag_\(metadados\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Tag_(metadados)) Acessado em 20 de março de 2015.

constituição de novas formas organizacionais no cerne dos movimentos feministas, que culminou no aparecimento dos ciberfeminismos. Um fenômeno, que cresce exponencialmente desde o início dos anos 2000, no qual diferentes mulheres, mesmo não se identificando enquanto feministas, têm expandido suas pautas e ações que comungam das políticas e estratégias dos discursos feministas dentro e fora do ciberespaço (FERNÁNDEZ e WILDING, 2006).

Diante da reprodução no ciberespaço dessas relações de poder e do domínio masculino presente na sociedade, fomentaram-se discussões teóricas, políticas e práticas feministas que também contextualizam essa emergência dos ciberfeminismos no final do século XX e início do XXI. Assim, a literatura feminista, apoiada à perspectiva das relações de gênero dominantes nas sociedades contemporâneas, tem oferecido diversas críticas e interpretações a essas complexas relações na ciência e tecnologia (HARDING, 1993; RAGO, 1998; SARDENBERG, 2004).

Hoje se desenvolvem teorias que reconhecem, em especial, que o processo de difusão na ciência e tecnologia não é neutro, nem homogêneo, mas que se projeta em expressões diversas que refletem diferenças de gênero, raça, classe e território, fortemente associada às relações de poder presentes na produção do conhecimento, mediante um conceito universal de homem branco-heterossexual-classe-média-angloamericano.

Por conseguinte, essas relações impactaram substancialmente na vida das mulheres, especialmente na relação das mulheres com as tecnologias digitais. Na contramão das possibilidades surgidas com as TICs, essas relações também desencadearam novas formas de exclusão e obstáculos (CASTAÑO, 2005, 2008). Ademais, essas contradições nas relações de poder estabelecidas no contexto das tecnologias digitais entre mulheres e homens, chamadas por algumas teóricas feministas de “brechas digitais de gênero”, têm atuado como barreiras no acesso, uso e participação das mulheres na produção das TICs (CASTAÑO, 2005, 2008; MAFFIA, 2013; NATANSOHN e BRUNET, 2010, 2011 e 2012; NATANSOHN, 2013; SELAIMEN, 2013).

Para Cecilia Castaño (2005; 2008), o gênero constitui um fator de grande relevância entre as (os) desfavorecidas (os) das TICs, apresentando assim, duas brechas digitais. A primeira delas está relacionada com as dificuldades de acesso às

tecnologias digitais: infraestrutura técnica, qualidade de acesso e uso das tecnologias. Logo, estão aqui envolvidas questões como disponibilidade de recursos computacionais, velocidade de banda de internet, acesso aos dispositivos de comunicação e o tempo e frequência de uso para um e outro sexo (CASTAÑO, 2005). Tendo como referência Gillian Marcelle (2000), a autora aponta ainda, outras complexidades nessa brecha: necessidade de qualificações e conhecimento especializados em tecnologias; preconceitos de gênero que limitam o acesso de mulheres à formação; experiência e postos de poder em empresas e mercado de tecnologias de informação e comunicação; aumento da insegurança nos empregos e salários reduzidos; e, os efeitos heterogêneos das tecnologias sobre as mulheres (MARCELLE *apud* CASTAÑO, 2005, p. 64).

Tais complexidades desencadearam a segunda brecha de gênero nas TICs: a escassez de mulheres nos postos de controle e poder nas áreas de ciências, engenharias e tecnologias digitais e ao domínio masculino nessas áreas estratégicas de educação, investigação e empregos (CASTAÑO, 2008). Ademais, três dimensões denominam essa brecha digital: a) o capital humano ligado à educação formal e experiência de trabalho; b) o contexto familiar, no que pesa a renda e os menores em casa; c) o contexto social, associado à idade, sexo, geração etc. (CASTAÑO, 2008). Uma brecha que está relacionada diretamente com os usos que as mulheres fazem dessas tecnologias, as *expertises* no ramo do conhecimento e as capacidades e habilidades tecnológicas, que muitas vezes têm discriminado e excluído algumas mulheres.

Conforme aponta Graciela Natansohn (2013), essas “brechas digitais de gênero” “não se refere somente às dificuldades de acesso à rede, mas também aos obstáculos que as mulheres enfrentam para apropriarem-se da cultura tecnológica” (NATANSOHN, 2013, p. 16), bem como, do lugar das mulheres no processo histórico social de surgimento e avanço das tecnologias de informação e comunicação.

Desse modo, sejamos urbanas, rurais, negras, brancas, de camadas populares, ricas, lésbicas, heterossexuais, trans, jovens, velhas ou estejamos em qualquer outro marcador social, as brechas digitais de gênero, que reforçam as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, têm impactado na vida de mulheres dentro e fora do ciberespaço. Contudo, dialeticamente, esses avanços

tecnológicos também têm feito emergir oportunidades de desenvolver novas capacidades e atividades para mulheres, inclusive de articulação, mobilização e disseminação dos movimentos feministas.

Essa ambivalência tem sido colocada em debate nas duas últimas décadas, a partir das práticas ciberfeministas, incitando debates e estudos sobre os complexos impactos das tecnologias de informação e comunicação na vida de mulheres, bem como desenhando uma política de presença e corporificação delas nas TICs (WILDING *et.al.*, 1997; WILDING, 2004; FERNÁNDEZ e WILDING, 2006). Desse modo, numa perspectiva contestatória e politicamente ativa, as ciberfeministas têm disputado os territórios das tecnologias digitais, especialmente a Internet, para novas atividades feministas, como por exemplo, campanhas políticas, formações, intervenções, alianças ativistas, assim como outras diversas formas de colaborações locais e internacionais.

Assim, buscando dar conta desse contexto histórico dos ciberfeminismos, apresento, a seguir, apresentarei o processo que marca o surgimento dos ciberfeminismos ao logo do tempo, contextualizando-os com uma breve introdução sobre os avanços das tecnologias de informação e comunicação. Na sequência, discorro sobre os marcos acerca dos primeiros usos do termo até às discussões mais críticas sobre a concepção e áreas de intervenção ciberfeministas, que serão tratados através da divisão de dois momentos, isto é, primeira onda e segunda onda ciberfeministas (FERNÁNDEZ e WILDING, 2006).

2.1. CONTEXTUALIZANDO OS CIBERFEMINISMOS

Abordar o ciberfeminismo não tem sido uma tarefa fácil, a começar pela questão de ser um fenômeno do final do século do XX e início do século XXI, assim como pela falta de consenso acerca da definição do próprio termo. Além disso, essa prática contemporânea teve seu ápice no Brasil apenas nos últimos dez anos, sendo parte do referencial teórico brasileiro ainda incipiente, no que se refere à produção acadêmica dessa temática (WELLS, 2006; ROCHA, 2006; LEMOS, 2009; BRUNET e NATANSOHN, 2010; SOUZA *et. al.* 2013). Assim, para entender o processo histórico que marcou o surgimento do ciberfeminismo, situo a primeira utilização do

termo pelas ciberfeministas australianas do grupo *VNS Matrix* e pela teórica cultural britânica Sadie Plant, associado ao contexto de expansão das TICs, especialmente da Internet, ambos ocorridos entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000.

Apesar de uma polifonia de concepções sobre ciberfeminismo entre algumas teóricas como Ana Martínez-Collado (1999), Tatiana Wells (2006), Ana Martínez-Collado e Ana Navarrete (2007); Marina Gazire Lemos (2009); Karla Brunet e Graciela Natansohn (2010), aponto para o entendimento de que ciberfeminismo é um conceito forjado no âmbito dos movimentos feministas do século XXI numa sociedade conectada em rede, criando novas formas de relação entre tecnologias digitais e as mulheres e entre elas, no ciberespaço. Algo semelhante a um ativismo feminista no espaço cibernético.

Ademais, pesquisadoras como Ana Martínez-Collado (1999), Ana de Miguel e Montserrat Boix (2013) e Alex Galloway (2007), discutindo em alguns de seus trabalhos sobre o processo histórico do surgimento do ciberfeminismo, são unânimes quanto aos marcos dos primeiros usos do termo, contudo essas autoras não sistematizam explicitamente como esse surgiu. Martínez-Collado (1999), por exemplo, apenas apresenta como ponto de partida as intervenções artísticas do grupo *VNS Matrix*, focalizando no ativismo artístico e nas contribuições de Sadie Plant e Sandy Stone, no âmbito teórico.

Já para as pesquisadoras espanholas, Ana de Miguel e Montserrat Boix (2013), existiram três tendências distintas nesse processo de surgimento do ciberfeminismo. Duas delas são referenciadas na divisão proposta por Alex Galloway (2007): o “ciberfeminismo radical”, cujo símbolo dessa tendência é o *VNS Matrix*; e, “ciberfeminismo conservador”, situado no grupo europeu *Old Boys Network* (OBN), responsável pela realização das primeiras conferências ciberfeministas no mundo. A terceira tendência acrescentada pelas próprias autoras foi o chamado “ciberfeminismo social”, que se desenvolve em paralelo ao radical e conservador, transitando entre os movimentos antiglobalização neoliberal e grupos de defesa dos direitos humanos, “estabelecendo pontes entre estes movimentos e o feminismo e proclamando o uso estratégico de novas tecnologias e do espaço virtual na transformação social” (DE MIGUEL e BOIX, 2013, p. 57).

Para pesquisadoras brasileiras como Cristina Tavares C. Rocha (2006), em seu artigo *Expressões do Ciberfeminismo na Contemporaneidade*, o processo que

marca o surgimento do ciberfeminismo está dividido em duas gerações, sendo uma delas as intervenções de Sadie Plant e outra considerando as australianas do *VNS Matrix*. Ademais, essa autora não especifica uma ordem cronológica nesse processo de surgimento e nem explica o que foram essas duas gerações.

Já a comunicóloga Tatiana Maria Wells (2006), no ensaio crítico *O ciberfeminismo nunca chegou à América Latina*, traça uma análise das diferenças e semelhanças teóricas e da prática cultural do ciberfeminismo, a partir da narrativa da experiência de algumas organizações feministas que, através das TICs, têm realizado esforços para a inserção de outras mulheres nas tecnologias digitais. Dentre elas, destaca-se Paolla dos Santos Souza (*et. al.*, 2013), que apresenta um estudo de caso do grupo de ativistas, “*Moça, você é machista*”, na perspectiva de investigar “a relação das mulheres inseridas na comunidade/página do Facebook” (SOUZA *et. al.* 2013, p.20)

Para outra pesquisadora brasileira, Marina Gazire Lemos (2009), o processo de construção do ciberfeminismo é separado em teórico e prático conforme apresenta em sua dissertação: “teorias ciberfeministas”, destacando as teóricas Sadie Plant e Sandy Stone; e “ciberfeminismos”, no qual a autora realiza um breve estudo de caso dos grupos *VNS Matrix* e *OBN*. Já as pesquisadoras Karla Brunet e Graciela Natansohn (2010) abarcam esse processo a partir da referência do “ciberfeminismo velho e novo”, assim como propõem as pesquisadoras Maria Fernández e Faith Wilding (2006).

Essa proposição que abarca um ciberfeminismo mais antigo e outro mais contemporâneo também é tratada por Fernández e Wilding (2006) como “primeira” e “segunda” onda do ciberfeminismo. A primeira – considerada o “ciberfeminismo velho” – é marcada pelo surgimento do termo ciberfeminismo, cunhado simultaneamente pelo coletivo artístico australiano *VNS Matrix* e pela teórica britânica Sadie Plant, cuja ênfase foi dada à relação de afinidade entre mulheres e máquinas e a idealização utópicas das tecnologias enquanto transformadora das relações patriarcais (CASTAÑO, 2005; FERNÁNDEZ e WILDING, 2006; WAJCMAN, 2006).

Já o “novo” ciberfeminismo, que seria a segunda onda, evidenciada no início do século XXI, teve como marco a Segunda Conferência Internacional Ciberfeminista – *Next Cyberfeminist Internacional* –, realizada em Roterdão,

Holanda, no ano de 1999. Neste evento, orientações mais críticas evidenciaram os complexos efeitos das tecnologias digitais sobre muitos aspectos da vida de mulheres, “promovendo o desenvolvimento de um ciberfeminismo corporizado e politicamente comprometido” (FERNÁNDEZ e WILDING, 2006, p. 5), diferentemente da proposta utópica de um ciberespaço inerentemente feminino proposto na primeira fase.

A partir desse referencial e na perspectiva de periodizar o processo histórico que marca o surgimento do ciberfeminismo no mundo, farei uso das proposições das pesquisadoras Maria Fernández e Faith Wilding (2006), uma vez que as mesmas se mostraram mais precisas na contextualização das fases do ciberfeminismo. Este processo me auxiliou no entendimento deste tema, desde os primeiros usos do termo, até à emergência de uma multiplicidade de experiências ciberfeministas, especialmente no Brasil.

2.1.1. Primeira onda ciberfeminista

Manifestações políticas feministas de contestação das relações patriarcais, a partir de métodos artísticos e propostas teóricas, marcaram esse primeiro momento do ciberfeminismo no mundo. Seja como “ciberfeminismo velho” ou como “primeira onda”, essa fase marcou o surgimento e primeiros usos do termo ciberfeminismo, bem como das discussões teóricas acerca dessa concepção. Uma fase que teve como ‘herança’ principal as concepções “ciborguianas” da teórica feminista socialista Donna Haraway.

2.1.1.1 Manifesto ciborgue e a origem do ciberfeminismo

Embora nunca tenha usado a expressão ‘ciberfeminismo’, a teórica feminista Donna Haraway (1994), com sua proposta de revolução *ciborguiana*, evidenciada em seu *Manifesto para os Ciborgues: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 1980*, forneceu para as primeiras ciberfeministas a base utópica, irônica e subversiva das fronteiras corporais e de ordens sociais e políticas no cerne das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

Mediante essa visão utópica de um mundo descorporificado, sem qualquer compromisso com a bissexualidade, que independe do gênero e de uma gênese, Donna Haraway no início dos anos 80 propõe o mito de uma criatura cibernética, híbrida de máquina e organismo e de realidade social e ficção chamada de *ciborgue*. Segundo ela, o ciborgue serviria como um novo paradigma feminista socialista de luta contra a “informática da dominação [masculina]” (HARAWAY, 1994, p. 59). Um mito que busca romper o labirinto dos dualismos – mente/corpo; animal/humano; organismo/máquina; público/privado; natureza/cultura; homens/mulheres – impactando em novas subjetividades e identidades mediante as tecnologias.

Essa perspectiva de pós-humano referenciada por Donna Haraway (1994) gerou inúmeras seguidoras, que elaboraram desde relatos ficcionais, perpassando intervenções teóricas, a exemplo de Sadie Plant, até produtos artísticos digitais, como é o caso das ilustrações e experiências ciberfeministas do grupo *VNS Matrix*, conforme será apresentado nas sessões seguintes.

Ademais, outras proposições de Donna Haraway (1995) também foram utilizadas pelas ciberfeministas da segunda onda; embora não tenham enfatizado essa referência, argumentaram, enquanto desafios das ciberfeministas na era da informação, a favor do “conhecimento situado e corporificado e contra várias formas de postulados não localizáveis” (HARAWAY, 1995, p.22).

2.1.1.2. *Do Primeiro Manifesto Ciberfeminista às Primeiras conferências internacionais ciberfeministas*

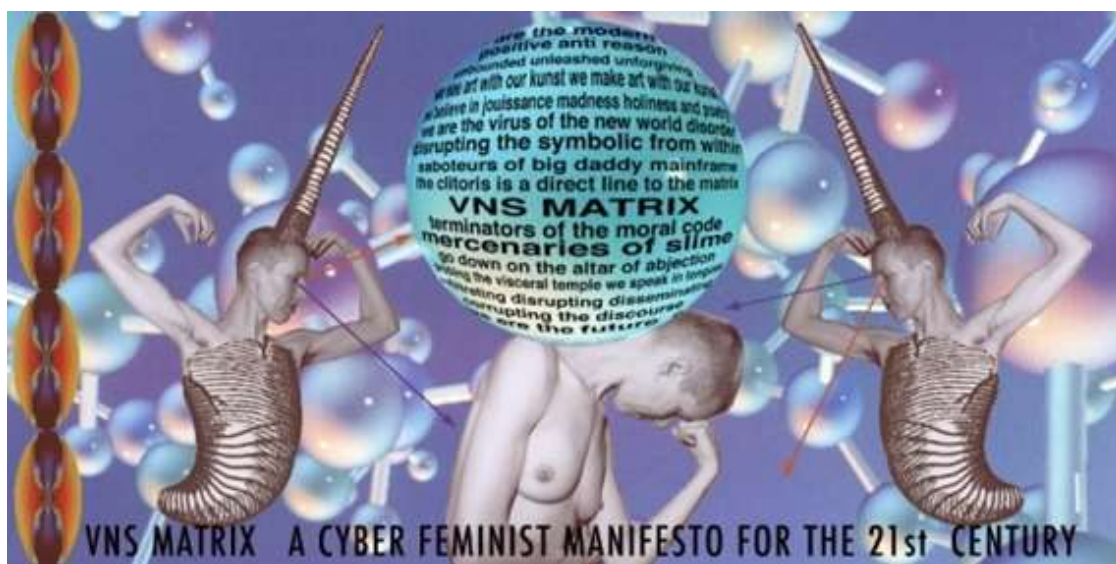
O aspecto fluido e parcial do sexo e da encarnação sexual do *ciborgue* sem gênero, associado às estratégias de ironia e inversão cultural estereotipada do corpo feminino em fusão com as tecnologias, proposto por Donna Haraway (1994), foi utilizado pelo coletivo de artistas feministas australiano *VNS Matrix* (VeNuS Matrix) numa das primeiras manifestações artísticas do grupo, o “Manifesto Ciberfeminista para o século XXI” – *Cyberfeminist Manifesto for the 21st Century* – publicado em 1991, e também em suas primeiras invenções artísticas digitais. Ademais, essa década foi marcada pela realização do primeiro evento acerca das práticas ciberfeministas no mundo, intitulado inicialmente de *First Cyberfeminist Internacional*,

no qual foram estabelecidas 100 antíteses de “definição” do conceito de ciberfeminismo.

Nesse contexto, as propostas descorporificadas das idealizadoras do *VNS Matrix* – que marcaram o surgimento do primeiro uso do termo ciberfeminismo, inicialmente cunhado no singular –, a partir de um manifesto tático e subversivo, foram disseminadas pelo mundo como um vírus digital. Tal “vírus” teria provocado então um “contágio” ao sistema sexista e racista tecnológico da informação, isto é, desencadeando o “ciberativismo” – a prática feminista no ambiente digital.

Numa ilustração textual, visual e autoirônica (FIGURA 1), o Manifesto Ciberfeminista enfatizou a ideia de apropriação pelas mulheres do âmbito informático e uma relação direta do corpo feminino com a arte e as tecnologias, cujo objetivo foi de corromper o patriarcado e as identidades fixas e genéricas das TICs (FERNÁNDEZ e WILDING, 2006).

Figura 1 – Primeiro Manifesto Ciberfeminista



Fonte: <http://www.sterneck.net/cyber/vns-matrix/index.php>

Nessa abordagem artística e virtual, as ciberfeministas Francesca da Rimini, Julianne Pierce, Josephine Starrs e Virginia Barrat, que formavam o grupo *VNS Matrix*, declararam, em vários idiomas, serem “o vírus da nova desordem mundial; desmembrando o simbólico de dentro [...] infiltrando, interrompendo, disseminando;

corrompendo o discurso; nós somos a boceta do futuro” (*VNS MATRIX*, 1991, tradução minha)¹³.

Para as componentes do *VNS Matrix*, que consideravam que “o clitóris é uma linha direta com a matriz [digital]” (*VNS MATRIX*, 1991, tradução minha), o uso da vagina e do clitóris representava algo semelhante à arte feminista da década de 1970, em que o símbolo da vagina foi incorporado às manifestações artísticas numa explosão autoconsciente da sexualidade feminina, buscando a recuperação dos próprios corpos como sinônimo de força e identidade (*WILDING et.al.*, 1997).

A essas proposições da “arte vagina/boceta” – *Cunt Art* – da década de 1970, as ciberfeministas australianas inseriram as potencialidades possibilitadas pelas tecnologias digitais, através das quais, o clitóris e a vagina funcionavam como dispositivos discursivos no âmbito da arte corporal no ciberespaço, cuja ênfase no corpo feminino e na máquina, enquanto coexistência material e política, fundamentariam ações políticas, artísticas e literárias (*WILDING et.al.*, 1997).

Além disso, a visão utópica do “não-gênero” (*WILDING*, 2004, p. 145) e da descorporificação e, conseqüentemente, do fim do dualismo mulher/homem no ambiente digital enquanto resultado complementar tático e subversivo da proposta de um “mundo ciborgue” (*HARAWAY*, 1994), também significaram as ‘armas’ estratégicas das primeiras lutas ciberfeministas. Desse modo, essa política de libertação e confronto para as mulheres na matriz digital desencadeou outras “problemáticas essenciais em torno da relação entre mulher e tecnologia: acesso, educação, trabalho, imagem das meninas/garotas/mulheres na cultura e nos vídeo-jogos populares etc.” (*GALLOWAY*, 2007, p.5, tradução minha)¹⁴.

Com esse propósito de explorar as tecnologias de informação e comunicação para a construção de práticas artísticas feministas e ainda na tentativa de eliminar os poderes centralizados, hierarquizados e sexistas evidenciados no ambiente *online*,

¹³ Manifesto Ciberfeminista para o século XXI: “We are the modern cunt; positive anti reason; unbounded unleashed unforgiving; we see art with our cunt we make art with our cunt; we believe in jouissance madness holiness and poetry; We are the virus of the new world disorder; Rupturing the symbolic from within; Saboteurs of big daddy mainframe; The clitoris is a direct line to the matrix; The VNS Matrix; Terminators of the moral code; Mercenaries of slime; Go down on the altar of abjection; Probing the visceral temple we speak in tongues; Infiltrating disrupting disseminating; Corrupting the discourse; We are the future cunt” (*CYBERFEMINIST MANIFESTO FOR THE 21ST CENTURY*, 1991).

¹⁴ “algunas de las problemáticas esenciales en torno a la relación entre mujer y tecnología: .. acceso .. educación .. trabajo .. imagen de las chicas/nenas/mujeres en la cultura y los videojuegos populares, etc., etc” (*GALLOWAY*, 2007, p.5).

enquanto reflexo do mundo *off-line*, o coletivo *VNS Matrix* realizou várias ações após a publicação do manifesto. Estas vão desde jogos de computador, textos, ilustrações de estéticas feministas a códigos interativos. Um exemplo foi o jogo hipertextual em CD-ROM, criado em 1993, chamado de *All New Gen*, no qual a protagonista lutava para sabotar o banco de dados industriais militares chamados de “Grande pai do sistema informático”¹⁵ (STEFFENSEN *apud* LEMOS, 2009, p.72, tradução minha). No ano seguinte, foi criada outra obra em *net-art* chamada, *Dirty Work for Slimey Girls*, que, assim como em outros trabalhos das australianas, buscava a “desestruturação de ideologias machistas sobre a tecnologia” (LEMOS, 2009, p. 72).

Contudo, apesar dos trabalhos do coletivo *VNS Matrix* terem sido desenvolvidos na Internet, potencializando a disseminação como um vírus cibernético pela rede mundial de computadores, o grupo foi atuante somente até 1997, ano do I Encontro Internacional Ciberfeminista, que foi realizado em paralelo à importante Mostra Internacional de Arte Contemporânea da Alemanha, a Documenta X.

A “*First Cyberfeminist Internacional*”, como foi intitulada essa primeira versão do congresso da Internacional Ciberfeminista, aconteceu em Kassel, Alemanha, entre 20 e 28 de setembro de 1997, marcando as primeiras discussões acerca do conceito ‘ciberfeminismo’, a partir da criação do grupo *Old Boys Network* (OBN). Na época, o grupo era formado por cinco ciberativistas, artistas e teóricas: Suzanne Ackers, Cornelia Sollfrank, Ellen Nonnenmacher, Vali Djordjevic e Julianne Pierce, ex-membra do *VNS Matrix*. Cabe evidenciar que o *Old Boys Network* foi responsável por todas as realizações das internacionais ciberfeministas.

Frente às discussões acerca do ciberfeminismo, as componentes do *OBN* propuseram debates críticos sobre, e no, ciberespaço, inicialmente, semelhantes ao *VNS Matrix*, usando estratégias sarcásticas que ironizaram a ‘fraternidade’ masculina nos espaços tecnológicos, conforme expressado no próprio nome do grupo: “velhos meninos da rede” (tradução minha). Um termo, que foi usado enquanto uma “expressão idiomática; uma metáfora para descrever uma inter-relação informal de homens” (OLD BOYS NETWORK, 1997)¹⁶ e, que propunha uma

¹⁵ *Big Daddy Mainframe* (STEFFENSEN *apud* LEMOS, 2009, p. 72).

¹⁶ Disponível em http://www.OBN.org/faq/fs_faq.html Acessado em 16 de outubro de 2014.

rede de apoio individual, na qual pessoas mais experientes pudessem ajudar outras mais jovens, para assim, estabilizar as posições de poder na tecnologia de informação. Além disso, o nome *Old Boys Network*, apesar de não ser encontrado em dicionários anteriores a 1997, também pode ser usado enquanto “rede ciberfeminista; uma marca para atividades ciberfeministas; um vírus perigoso ciberfeminista; a continuação” (OLD BOYS NETWORK, 1997, tradução minha)¹⁷.

Focando nas relações de gênero e tecnologia, através de suas listas de e-mails, site, produção de livros, protocolos e conferências, as idealizadoras do *Old Boys Network* se dedicaram à apropriação, criação e divulgação ciberfeminista, especialmente de uma política de dissidência ao sexismo. Ademais, as componentes do núcleo organizacional do grupo, na época, formado por Susanne Ackers, Faith Wilding, Julianne Pierce, Claudia Reiche, Helene Von Oldenburg, Verena Kuni, Yvonne Volkart e Cornelia Sollfrank, através da sua lista de e-mail, chamada de *FACES*, e do site, trocavam informações com outras mulheres de todo o mundo interessadas em construir – *online e off-line* – locais de investigação, experimentação e comunicação ciberfeminista.

Contudo, essa manutenção de estratégias irônicas semelhantes ao grupo *VNS Matrix*, evidenciadas no próprio nome do coletivo, reflete um posicionamento ambivalente, pois, mesmo conectadas e se definindo como ciberfeministas, essas mulheres apresentaram rechaço à história, prática e teoria feminista dos anos 1970, isto é, um repúdio ao feminismo da “velha guarda”, que para elas se caracterizava como “grandioso, às vezes restritivo (politicamente correto), [que] induz a culpa, é essencialista, antitecnológico, antisexo” (WILDING, 2004, p. 142)¹⁸. Em contrapartida, essas mesmas mulheres adotaram muitas das estratégias dos movimentos feministas: listas, grupos de auto-ajuda, chats, redes, bem como destacavam a relevância das TICs para as condições das mulheres imersas nas tecnologias digitais na contemporaneidade, incluindo ainda formações tecnológicas de mulher para mulher (*ibidem*).

¹⁷ “a cyberfeminist network, a brand for cyberfeminist activities, a dangerous cyberfeminist virus... [to be continued]” (OLD BOYS NETWORK, 1997, tradução minha). Disponível em http://www.OBN.org/inhalt_index.html Acessado em 16 de outubro de 2014

¹⁸ “Monumental, a menudo restrictivo (políticamente correcto), induce a la culpa, es esencialista, antitecnología, antisexo, y no es relevante para las condiciones de la mujer en las nuevas tecnologías” (WILDING, 2004, p. 142, tradução minha)

Desse modo, a utilização e reconhecimento de feministas anteriores ao surgimento do ciberfeminismo possibilitaram modelar a “política desavergonhada e disruptiva” das ciberfeministas do *OBN*, especialmente a perspectiva de desconstrução das condições patriarcais dos espaços tecnológicos que tem produzido os códigos, as linguagens, imagens e estruturas da rede (WILDING, 2004). Isto é, perceberam as possibilidades de construir locais, nos quais as mulheres pudessem investigar, experimentar, comunicar, intervir, produzir e organizar, desde listas de discussões a encontros presenciais, a partir de uma presença contextualizada de diferentes formulações/expressões artísticas, teóricas e políticas na égide do ciberfeminismo (OLD BOYS NETWORK, 1997)¹⁹.

Nesse contexto, com a preocupação principal acerca do que é ciberfeminismo, as idealizadoras do *OBN* consultaram e reuniram na Primeira Internacional Ciberfeminista 38 mulheres de países da Europa, Ásia, Oceania e América do Norte²⁰. Além disso, toda articulação foi realizada através da lista de e-mails da *Old Boys Network*, através da qual foi organizado o evento, desde a sua logística até seu conteúdo (WILDING, 2004).

Durante oito dias essas mulheres discutiram, apresentaram e participaram de conferências, palestras, projetos de internet e oficinas, cujos debates tiveram seis eixos principais: arte, cultura, política, comunicação, tecnologias e teorias. Perpassaram ainda outros assuntos surgidos nos debates e que foram colocados como motivos de preocupação para as ciberfeministas: informações sobre a rede por trás do poder, das políticas e negócios; necessidade de teorias que visibilizem a diferença sexual na rede, inclusive entre programadores (as) e *hackers*, e diferenças de modelos feministas de educação tecnológica; autorrepresentações digitais de mulheres; análise de representações de gênero, *sites* de sexo, “cibersexo” e pornografia; estratégias de fusão de gêneros e hibridismo de combate aos

¹⁹ Disponível em http://www.OBN.org/faq/fs_faq.html Acessado em 16 de outubro de 2014.

²⁰ Países tais quais, Suécia, Alemanha, Áustria, Estados Unidos, Rússia, Suíça, Austrália, Holanda, Letônia, Hungria, Iugoslávia, Croácia e Japão Participantes: Susanne Ackers, Ina Wudtke, Kerstin Weiberg, Gudrun Teich, Rena Tangens, Cornelia Solfrank, Claudia Reiche, Daniela Alina Plewe, Helene von Oldenburg, Ingrid Moldar, Ellen Nonnenmacher, Verena Juni, Sabine Helmers, Valentina Djordjevic, Ulrike Bergermann, Eva Wohlgemuth, Barbara Rechbach, Margarete Jahrmann, Kathy Rae Huffman, Faith Wilding, Shu Lea Cheng, Olga Egerova, Natalja Pershina, Alla Mitrofanova, Barbara Strel, Josephine Starrs (alemanha), Julianne Perce, Debra Solomon, Tamara Rouw, Corrine Petrus, Mathilde Mupe, Josephine Bosma, Babeth, Rasa Smite, Diana McCarty, Vesna Manojlovic, Vesna Jankovic, Marina Grizinic. Disponível em <http://www.OBN.org/kassel/participants.html> Acessado em 16 de outubro de 2014.

estereótipos, o essencialismo e as representações sexistas de mulheres; feminismo como "motor de busca"; difusão de conhecimentos sobre as mulheres na história; questões de saúde de mulheres conectadas; e a discussão sobre a forma de organizar e apoiar a ligação entre projetos de redes feministas em diferentes países (WILDING, 2004, p. 149).

Diante de mulheres que já se reconheciam pelo mundo como ciberfeministas, tais discussões, conjuntamente com a proposta epidêmica e viral da Primeira Internacional Ciberfeminista, concentraram outro importante debate no cerne da relação mulheres/tecnologias de informação: o que é ciberfeminismo? Esse debate culminou numa proposta consensual entre as participantes desta Conferência acerca da concepção de ciberfeminismo, uma declaração elaborada pelo critério de exclusão.

Nessa perspectiva, foram estabelecidas 100 antíteses que definiram o termo ciberfeminismo a partir do que não é. Uma espécie de performance²¹ artística através da linguagem e da polifonia ciberfeminista evidenciada entre as participantes, que segundo Faith Wilding (2004), abarcou variadas atitudes a partir de seis categorias: arte, cultura, teoria, política, comunicação e tecnologia (WILDING, 2004, p. 141). Para elas, se tratava de uma definição performática permeada pela arte e a política, que poderia ser "simplesmente lida com um gesto de recusa, mas a ideia por trás era brincar com a situação como tal e refletir estruturas (hierárquicas) dentro das quais o 'conteúdo' é geralmente produzido, transformado, mediado e apresentado" (SOLLFRANK, 2002, p.110).

Contudo, na perspectiva de entender essa definição estabelecida pelo critério de exclusão, construí uma sistematização (FIGURA 2) a partir da tradução das antíteses correlacionando-as com as categorias apresentadas por Faith Wilding (2004), mesmo reconhecendo a possibilidade de possíveis equívocos de uma tradução e interpretações diante das diferenças culturais. No entanto, cabe evidenciar que tais categorias não deram conta de todas as dimensões encontradas, fazendo emergir outras três: subjetividade, gênero e mercadoria. Deste modo, segui os seguintes passos até chegar à Figura 2: primeiro traduzi cada uma das antíteses;

²¹ Performance é aqui expressa a partir da contribuição introdutória de Carla Rodrigues (2012), que entende esse termo enquanto "espetáculo em que o [a] artista atua com inteira liberdade e por conta própria, interpretando papel ou criações de sua própria autoria[e] atividade artística inspirada em formas de arte diversas" (HOUAISS *apud* RODRIGUES, 2012, p. 142).

segundo, categorizei as antíteses nas categorias apresentadas por Faith Wilding (2004), a partir do entendimento de cada uma delas. Em seguida, criei novas categorias para as antíteses que não se encaixaram nas categorias propostas por Wilding (2004). Por fim, tive como resultado o quadro ilustrativo construído no formato de uma nuvem de palavras. Essa nuvem foi criada a partir da frequência das palavras definidoras das categorias, ou seja, do número de vezes que cada categoria foi abordada, através do programa *Wordle*²², que permite criar nuvens de palavras a partir da frequência dessas no texto de origem.

FIGURA 2 – Nuvem de palavras sistematizada a partir das antíteses



Fonte: produção própria

²² Disponível em <http://www.wordle.net/> Acessado em 16 de outubro de 2014.

Essa “contra-definição” (WILDING, 2004, p.141), visualizada em categorias, evidencia uma proposta fluída e polifônica expressa como uma obra de arte contemporânea²³, a qual é visualizada, sentida e entendida por cada pessoa diferentemente a cada visualização. Uma forma que estimula várias definições, como uma espécie de metáfora a multiplicidade dos ciberfeminismos expressos no ciberespaço. Essa perspectiva, não única, também me levou a entendê-la como uma arte/linguagem ciborguiana, condensada tanto de imaginação quanto de realidade material, a qual “não é parte de qualquer narrativa que faça apelo a um estado original de uma narrativa origem” (HARAWAY, 1994, p.38), mas que está na fronteira da “ficção” e da realidade social que emergiu com a expansão das TICs, algo semelhante aos trabalhos de *VNS Matrix* e da própria Donna Haraway.

Além disso, essa estratégia artística performática também é referenciada por Faith Wilding (2004) – uma das participantes da Primeira Internacional Ciberfeminista e componente da *OBN* – como ambivalente em relação ao grande número de mulheres conectadas e à história, teoria e prática feminista. Segundo ela, essa rejeição às “armadilhas da definição” manifesta quatro dimensões problemáticas à medida que elas reconhecem as relações de poder e controle estabelecidas nas tecnologias digitais (WILDING, 2004, p. 142-148):

- 1) Uma negação excessiva ao feminismo de décadas passadas, especialmente dos anos 1970, segundo elas, por ser restritivo, antitecnológico, essencialista e antisexo;
- 2) Mantém uma atitude contra a teorização, limitando-se às representações emergentes no ciberespaço, sem uma perspectiva crítica da posição das mulheres no ambiente digital;
- 3) Estabelece uma visão utópica de corromper o patriarcado através das TICs, livre de conotações e condicionantes sexistas e racistas;
- 4) Rejeita o compromisso político com medo de anular a diversidade e o ciberfeminismo.

²³ A arte contemporânea que surge na metade do século XX, e tem sua efervescência na década de 1960, apresenta importantes conexões com o movimento feminista, especialmente no aspecto questionador da subjetividade e do inconsciente, no caso da arte feminista, especialmente, da “formação da “masculinidade” e “feminilidade”, e, mais crucialmente, examinando as relações patriarcais que dão forma à toda prática social e grifam a “tradição visual como um todo”” (KELLY apud TRIZOLI, 2008, p. 1502) Disponível em <http://feminismo.org.br/web/wp-content/uploads/2014/09/Feminismo-e-arte-contempor%C3%A2nea-Talita-Trizoli.pdf> Acessado em 20 de outubro de 2014.

Faith Wilding (2004) destaca ainda que essas dimensões merecem ser teorizadas pelas ciberfeministas, diante da relevância e condições que as tecnologias têm possibilitado na vida de nós mulheres na contemporaneidade, inclusive no ciberespaço, que aponta enquanto um local crucial para a luta de gênero. No entanto, ela reconhece que o momento da Primeira Conferência Internacional Ciberfeminista demarca os “primeiros passos” contestatórios do completo território das tecnologias (WILDING *et. al.*, 1997).

Desse modo, a variedade de conteúdos e discussões artísticas e políticas, na perspectiva de criar mundos virtuais colonizando o ciberespaço, permearam desde as manifestações das australianas do *VNS Matrix* até esta Conferência do coletivo *Old Boys Network*. Ademais, esse primeiro momento do ciberfeminismo incitou debates acerca das relações de gênero e a política corporificada e interseccional do conhecimento, que posteriormente serão as bases para a segunda fase do ciberfeminismo.

Julianne Pierce, participante desses dois coletivos, argumenta que o ciberfeminismo da primeira onda “foram ideias, ironia, apropriação e entretenimento direto no campo informático” (PIERCE *apud* FERNÁNDEZ e WILDING, 2006, p.5, tradução minha)²⁴, assim como o trabalho da pesquisadora britânica Sadie Plant.

2.1.1.3. *Sadie Plant e as raízes do ciberfeminismo*

Responsável pelos primeiros usos e discussões acerca do ciberfeminismo fora dos trabalhos artísticos do *VNS Matrix*, Sadie Plant, semelhante a esse grupo, esboçou uma visão utópica e descorporificada da “alta tecnologia, tecnologia de informação, tecnologia digital ou simplesmente novas tecnologias que surgiram nas duas últimas décadas [1980/1990]” (PLANT, 2000, p. 49). Dedicada a enfatizar a presença e participação nas tecnologias como essencialmente femininas e, especialmente, a possibilidade libertadora do ciberespaço para as mulheres, a filósofa britânica associou o termo ciberfeminismo ao intercruzamento simultâneo da aliança e complexidade entre mulheres e tecnologia como íntimo e subversivo (SOLLFRANK, 2007).

²⁴ “trataba de ideas, ironía, apropiación y entrenamiento directo en el campo informático” (PIERCE *apud* WILDING, 2006, p.5).

Em seu livro *Zeros e uns: mulheres e as novas tecnologias* – marco de suas primeiras discussões acerca de ciberfeminismo – publicado em 1997, Sadie Plant adota a premissa básica de que há uma relação inata das mulheres com as máquinas, a partir do reconhecimento das tecnologias digitais enquanto procedentes do mundo das mulheres, desde os teares elétricos, perpassando as máquinas de escrever até a predominância de mulheres telefonistas e programadoras.

Reinterpretando a ideia de que as mulheres estão particularmente adaptadas a esse contexto e enfatizando a decadência das estruturas hegemônicas tradicionais e das bases de poder e dominação masculina (WAJCMAN, 2006), Sadie Plant, propõe uma “resposta teórica” ao fato do crescimento cada vez maior de mulheres fazendo usos e acessando a arte eletrônica e tecnologias virtuais (SOLLFRANK, 2007, p.2). Um termo que ela associa a “uma revolta absolutamente pós-humana; a revolta de um sistema emergente que inclui as mulheres e os computadores, contra a visão do mundo e da realidade material de um patriarcado que ainda procura subjugar-las. É uma aliança dos bens contra seus senhores, uma aliança de mulheres e máquinas” (BASSNET *apud* WILDING, 2004, p. 141, tradução minha)²⁵.

Contudo, assim como as propostas do *VNS Matrix*, os argumentos de Sadie Plant são apontados por algumas autoras como ambivalentes: ora evidenciando as estruturas patriarcais de identidades masculinas nas tecnologias e seus usos militares, ora enfatizando a informática como uma tecnologia libertadora das mulheres, que abre as portas para um futuro pós-patriarcal (WAJCMAN, 2006).

Essas estruturas patriarcais que subscrevem as relações de gênero são abordadas por Sadie Plant a partir de “provas corroborantes” que demonstram que o papel “intermediário” das mulheres contribuiu para o estabelecimento da matriz feminina no contexto tecnológico. Nesse contexto, Plant enfatiza um dos argumentos ciberfeministas de subversão da lógica binária da identidade masculina e de uma multiplicidade de subjetividades inovadoras (WAJCMAN, 2006), através da linguagem da informática dos zeros e uns. Os ‘uns’, que correspondem a uma identidade masculina singular em comparação com a qual se mede a identidade feminina, que resulta ser nada, um ‘zero’, ou seja, que não é um. A esse zero, que

²⁵ “una insurrección absolutamente posthumana; la revuelta de un sistema emergente que incluye a las mujeres y las computadoras, contra la visión del mundo y de la realidad material de un patriarcado que aún busca subyugarlas. Es una alianza de los bienes contra sus amos, una alianza de mujeres y máquinas” (BASSNET *apud* WILDING, 2004, p. 141).

também significa um buraco – “ânus voadores, vaginas aceleradoras, não há castração” –, é designado à inversão da definição estereotipada da mulher; um buraco que não é “ausência de partículas, mas sim partículas que se descolam mais depressa do que a velocidade da luz” (PLANT, 2000, p. 68).

Essa metáfora evoca uma nova atribuição de gênero na tecnologia, que propõe “uma clara transformação na relação mulher-máquina, haja vista que há uma transformação da natureza das máquinas” (WAJCMAN, 2006, p.101, tradução minha)²⁶. Isto é, a simbólica alocação dos zeros (as mulheres) para ocupar um lugar próprio, que desloca a ordem fálica dos uns (dos homens), reflete a transferência fundamental de poder dos homens para as mulheres, gerando assim, “oportunidades econômicas, qualificações técnicas e poderes culturais sem precedentes, [que] tem colocado em questão as expectativas, os estereótipos, e o sentido de identidade e os princípios de épocas anteriores” (WAJCMAN, 2006, p. 100, tradução minha)²⁷.

Para Plant (2000), o ciberespaço sintetiza uma forma não linear e descentralizada, que “emergiu como uma zona desencarnada” (PLANT, 2000, p.193). Contudo, segundo Cornélia Sollfrank (2007), essa visão essencialista e utópica da relação das mulheres com as tecnologias, enquanto intrinsecamente feminina, proposta por Sadie Plant, também reforça a ideia da autora de um processo que não resultou de inversão política (SOLLFRANK, 2007).

Ademais, a relação das mulheres com as TICs é tratada por Sadie Plant através da recuperação da presença e participação ativa das mulheres na história das tecnologias. Um exemplo é a história da primeira programadora de computadores, Ada Lovelace, que em 1833, conheceu uma máquina e acabou por considerá-la “uma amiga”, a Máquina Diferencial. Um sistema de cálculo, no qual ela deu seus primeiros passos na programação a partir da investigação do sistema que permitiu especificar as operações; um projeto que representou antecipar quase um século nas bases de programação dos computadores.

²⁶ “clara transformación en la relación mujer-máquina, porque hay una transformación de la naturaleza de las máquinas” (WAJCMAN, 2006, p.101).

²⁷ “a oportunidades económicas, cualificaciones técnicas y poderes culturales sin precedentes, se han puesto en tela de juicio las expectativas, los estereotipos, el sentido de identidad y los postulados de épocas anteriores” (WAJCMAN, 2006, p. 100).

Plant (2000) utiliza também as vivências das mulheres com os teares, argumentando a existência de uma relação direta dos teares com o funcionamento da Internet como rede. Ela, metaforicamente, reforça a ideia das mulheres tecelãs enquanto programadoras, pois essas estariam adaptadas às habilidades da informática moderna, uma vez que as máquinas de tecer funcionariam como redes e as mulheres como “tecelãs da informação” (CASTAÑO, 2005, p. 52).

Todas essas metáforas e reflexões construídas por Sadie Plant (2000) reafirmam a tese da autora, de uma liberdade sem limites às mulheres nos espaços tecnológicos, que reflete na transferência de poder dos homens para as mulheres, a partir da decadência das estruturas hegemônicas patriarcais atingidas pela transformação tecnológica e pela rápida difusão das ideias feministas na cibercultura, um “mundo interligado por onde pessoas e experiências passam e se misturam, tecendo rapidamente uma imensa colcha de retalhos formada por vozes femininas” (CASTELLS, 1999, p.172).

Contudo, essa proposta de descorporificação é questionada por algumas pesquisadoras (WAJCMAN, 2006; ZAFRA, 2009), pois ao contrário do que argumenta Sadie Plant ao propor a criação de identidades descorporificadas no ciberespaço, as relações na Internet não estão livres das relações de poder e, conseqüentemente da corporeidade. Até mesmo, as palavras que escolhemos resultam de um processo de socialização associado com uma dada identidade. “Portanto, é muito difícil criar uma nova identidade sem ser socializado ou socializada nesse papel. Embora seja possível imitar, a mímica é limitada e não dá o mesmo resultado que a criação de uma nova identidade viável” (WAJCMAN, 2006, p. 108, tradução minha)²⁸. Ademais, o corpo desempenha papel importante nas relações de gênero

Ademais, a visão utópica das primeiras ciberfeministas de uma libertação da mulher oferecida pelas tecnologias digitais, bem como da ênfase numa tecnologia que seria essencialmente feminina, não considerou as diferenças culturais, de classe, geração, sexualidade, raça, entre outros marcadores sociais que permeiam o ambiente *off-line* e, conseqüentemente, tem emergido no ciberespaço.

²⁸ “Por consiguiente, es muy difícil aprender una nueva identidad sin haber sido socializado o socializada en ese rol. Aunque es posible imitarlo, la mímica es limitada y no da el mismo resultado que crear una nueva identidad viable” (WAJCMAN, 2006, p. 108).

Desse modo, essa crítica às metáforas propostas por Sadie Plant e os apontamentos da segunda onda ciberfeminista coloca entre as ciberfeministas “mais críticas” (FERNÁNDEZ e WILDING, 2006) uma necessidade de pensar o futuro do ciberfeminismo para além dos efeitos dos métodos artísticos dos grupos *VNS Matrix* e *OBN*. Estabelecer a identificação das componentes e seus entornos apresentou-se como um vínculo crucial da ação política-ideológica da prática feminista em rede, conforme propuseram as ciberfeministas da segunda onda.

2.1.2. Segunda onda ciberfeminista

Frente às proposições utópicas, descorporificadas e apolíticas dos grupos *VNS Matrix* e *Old Boys Network* e das propostas da teórica Sadie Plant, outras orientações evidenciaram a necessidade de um “conhecimento situado e corporificado” (HARAWAY, 1995) e interseccional “politicamente comprometido” (FERNÁNDEZ e WILDING, 2006). Marcando o surgimento da segunda onda do ciberfeminismo no final dos anos 1990 e início do século XXI, essas pressuposições evidenciavam também o acesso de mulheres e homens às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e seus complexos efeitos e possibilidades sobre muitos aspectos da vida das mulheres.

Esse “novo” ciberfeminismo surgia no contexto da emergência da *Web 2.0*, que modificou ainda mais a forma de utilizar e interagir no ciberespaço a partir da convergência de múltiplas plataformas e linguagens comunicacionais. Tais transformações desencadearam mudanças na relação das (os) indivíduos (os) com as tecnologias digitais, uma vez que permitiram uma participação mais interativa das (os) usuárias (os), trocando informações tanto entre pessoas como em comunidades (MOTA, 2009). Além disso, o significativo aumento do número de usuárias (os) da Internet no mundo no início dos anos 2000 chegava a 6,77% de cada 100 habitantes no mundo, ultrapassando os 19% apenas quatro anos depois, quando o acesso chegou a 19,07% em todo mundo, em 2004.

Mas foi a Segunda Internacional Ciberfeminista – *Next Cyberfeminist International*²⁹ – realizada em março de 1999, em Roterdão, Holanda, que marcou o

²⁹ Disponível em <http://www.OBN.org/nCI/> Acessado em 25 de outubro de 2014.

início das discussões que se associam à segunda onda feminista. Organizada pela *Old Boys Network*, em parceria com a programadora Corrine Petrus da *TechWomen*, o evento teve como tema as estratégias para um novo ciberfeminismo, cuja intenção foi distinguir a visão “estreita” da primeira geração e tornar o termo uma “ferramenta útil e operacional para todos os tipos de novas utopias” (VOLKART e SOLLFRANK, 1999, p.5, tradução minha)³⁰. Outras questões ligadas aos temas sociais, econômicos e políticos também foram incluídas nos debates, uma vez que elas reconheciam as relações de poder que repetem o sexismo e racismo dos ambientes sociais *off-line* na matriz tecnológica (FERNÁNDEZ e WILDING, 2006, p. 6).

Nesse momento, em vez de procurar um ciberfeminismo homogêneo com mulheres apenas interessadas em reunir ciberfeministas – conforme foi a Primeira Internacional Ciberfeminista – as organizadoras e participantes da segunda versão da conferência enfatizaram as diferentes relações no campo do ciberfeminismo, a partir da participação de um grupo interdisciplinar de mulheres artistas, escritoras, acadêmicas, críticas da mídia, cientistas e sociólogas.

Distribuídas em palestras, painéis, trabalhos e performances, as temáticas trataram sobre a história e atualidade do ciberfeminismo no mundo – tomando como referência as experiências de cada conferencista – sobre as relações de gênero na era da informação e no mundo *hacker* – seções nas quais foram debatidas teorias críticas e utópicas –, além de práticas e possibilidades de ação no ciberespaço a fim de formular estratégias concretas acerca do ciberfeminismo (VOLKART e SOLLFRANK, 1999).

A Segunda Internacional Ciberfeminista, que reuniu 31 participantes, levantou outra importante questão acerca da necessidade de novas formulações de dissidências, problemas e estratégias comuns para o conceito de ciberfeminismo (VOLKART e SOLLFRANK, 1999, p.5). Logo, ao invés de antíteses, uma multiplicidade de concepções foi levantada por diversas participantes do evento como “ponto de partida para discussões futuras” (OLD BOYS NETWORK, 1999, p. 4-11):

³⁰ “Useful and operational tool for all kinds of new utopias” (VOLKART; SOLLFRANK, 1999, p.5). Disponível em http://www.OBN.org/OBN_pro/downloads/reader2.pdf Acessado em 16 de outubro de 2014.

- a) Ciberfeminismo é uma especulação, um mito, uma ideia utópica, e uma construção estratégica;
- b) Um discurso de “teimosia” feminista na era pós-humana das tecnologias da informação e biotecnologias;
- c) O Ciberfeminismo, como o feminismo, é uma motivação política e uma ideia antifalocêntrica, no qual é preciso formular e organizar a compreensão da política de uma maneira mais concreta do que foi feito até agora;
- d) O ciberfeminismo incorpora a noção de diversidade, como uma questão do nosso tempo, um tempo de pós-humanismo e virtualização em curso;
- e) Ciberfeminismo é um terreno adubado para a produção de provérbios, subjetividade e práxis;
- f) O ciberfeminismo lida com corpos pré-formados, recriando conceitos de feminino e analisando a internet e outras produções micropolíticas atuais;
- g) Trata-se de múltiplas identificações.

Esse híbrido de ideias estimulou pensar um “novo” ciberfeminismo a partir de estratégias alternativas sobre as novas condições das mulheres nas tecnologias da informação já existentes, entrelaçando o pensamento político, tático e o conhecimento interdisciplinar, mediante novas perguntas sobre a dicotomia de gênero, especialmente atentas a uma multiplicidade de conhecimentos localizados (HARAWAY, 2005). Concentra-se, assim, nas diferenças culturais, raciais e econômicas entre as mulheres diante dos avanços e transformações dessas tecnologias, ou seja, na perspectiva de conhecimento partilhado e coletivo.

No entanto, as questões fundamentais da diferença e da exclusão e a busca por uma identidade teórica ciberfeminista (ARISTARHOVA, 2002) vieram à tona efetivamente apenas nos debates da Terceira Internacional Ciberfeminista, realizada em Hamburgo, Alemanha. A *Very Ciberfeminist Internacional*³¹, como foi intitulada pelas organizadoras do evento, a *Old Boys Network*, trouxe implicitamente, a partir do uso do termo “very”³², o sentido de construção de um evento “planejado para ser

³¹ Disponível em http://www.OBN.org/OBN_pro/vCI/index.html Acessado em 25 de outubro de 2014.

³² Apesar da variedade de termos que surgem com a tradução “very”: ‘muito’, ‘próprio’, ‘bastante’, ‘melhor’, escolhi a palavra ‘verdadeiramente’, que no meu entendimento é compatível com a perspectiva da terceira internacional ciberfeminista.

verdadeiramente ciberfeminista, verdadeiramente internacional, verdadeiramente algo a mais?” (ARISTARHOVA, 2002, p.2, tradução minha)³³.

Realizada entre os dias 13 e 16 de dezembro de 2001, o evento tinha como objetivo as análises dos cinco anos do grupo *OBN*, desde a estrutura organizacional, as estratégias do sistema artístico, teórico e prático até as fronteiras entre utopias políticas, ficção científica e inovações tecnológicas (OLD BOYS NETWORK, 2001). Ademais, foram tratados também temas bastante previsíveis, que outrora foram debatidos nas duas últimas conferências: rede, híbridos de mulher/máquina, *ciborgue* e biotecnologias, entre outras.

Mas foi a ausência de mulheres de outras culturas e perspectivas que marcou o debate acerca da importância da diversidade ciberfeminista, direcionando um olhar para a necessidade da interseccionalidade reconhecendo as diferenças culturais e ainda a corporificação dessas mulheres que tem utilizado e/ou sido ‘atingidas’ pelas TICs. Uma construção ciberfeminista no sentido de ser “parcialmente compartilhado e amistoso em relação a projetos terrestres de liberdade finita, abundância material adequada, sofrimento reduzido e felicidade limitada” (HARAWAY, 1995, 15-16), na qual a proposta de rede, defendida pelas componentes da *OBN*, pudesse refletir uma conexão entre comunidades distintas e diferenciadas em termos de poder.

Tal perspectiva trouxe à tona também uma espécie de ‘releitura’ do feminismo da segunda onda, especialmente no que se refere ao pensamento feminista sobre a descolonização dos saberes, neste momento, a partir da perspectiva da cibercultura. Nesse contexto, a socióloga Irina Aristarhova (2002), uma das participantes da terceira versão da internacional, defendeu seu argumento acerca da importância da hospitalidade e heterogeneidade das comunidades ciberfeministas:

Há necessidade de ter uma relação mais ética entre atores [e atrizes] 'locais', 'globais' e 'ocidentais' dentro da comunidade ciberfeminista. Isso implicaria não só uma autocrítica reflexiva, até uma posição padrão sobre parte das comunidades ciberfeministas locais (no meu caso, russo), contudo com maior urgência para o diálogo crítico e aberto acerca dos 'globais' e 'ocidentais' – parceiros da comunidade ciberfeminista. Como uma via de mão dupla, isto nos permitirá evitar oposição e atitude subalterna/esclarecedora que ainda é eminente no âmbito das redes ciberfeministas, quando a consciência 'subalterna' ou 'fixa' são assumidas por parte das parceiras "globais" sempre que

³³ “[...] the event planned to be ‘Very Cyberfeminist’, ‘Very International’, or ‘Very’ something else?” (ARISTARHOVA, 2002, p. 2). Disponível em <http://www.metamute.org/editorial/articles/future-female> Acessado em 25 de outubro de 2014.

elas se deparam com diferentes quadros de referência própria. Ao mesmo tempo, alegar a 'subalternização' ou 'alteridade' por parte das comunidades (ciber)feministas 'locais' em relação ao Ocidente, muitas vezes obscurece as relações de poder dentro de contextos locais, o que mais me interessa. Assim, trabalhando na avaliação crítica das práticas e conceitos, que são eficazes em determinados contextos locais, permitiria tanto à comunidade ciberfeminista local, quanto à internacional, lidar com situações de abertura e fechamento de antigas formas de trabalho político, teoria e produções culturais. (ARISTARHOVA, 2002, p. 66, tradução minha)³⁴.

Essa necessidade de inserção de novas vozes nos debates ciberfeministas, que outrora estiveram ausentes, marcou a busca pela construção de uma sociedade em rede plural e polifônica, algo semelhante às questões teóricas advindas da perspectiva de 'traficar' teorias e práticas feministas através das "fronteiras geopolíticas e múltiplas" (LIMA COSTA, 2009), isto é, mediante um pensamento descolonizado também entre as ciberfeministas. Deste modo, a necessidade de reconhecerem a multiplicidade e diferença das mulheres, que fogem à referência branca, ocidental, heterossexual, de classe média, urbana, possibilitaria atender às complexas intersecções das relações de poder que as mulheres enfrentam no ciberespaço. Nesse sentido, Teresa de Lauretis (1986), ao tratar os estudos críticos feministas, explica que,

Diferenças entre as mulheres podem ser melhor compreendidas como diferenças no interior das mulheres... Mas, uma vez compreendidas em seu poder constitutivo - isto é, uma vez que se compreende que essas diferenças não apenas constituem a consciência e os limites subjetivos de cada mulher, mas que, juntas, definem o **objeto feminino do feminismo** em sua própria especificidade, em sua contradição inerente e pelo menos por ora inconciliável - essas diferenças não podem, então, ser outra vez desmanchadas através de uma falsa identidade, uma mesmice de todas as mulheres como a Mulher, ou como uma representação do

³⁴ "The necessity to have a more ethical relationship between 'local' and 'global', 'Western' players within cyberfeminist community. This would imply not only self-critical, reflexive and up to the standard position on the part of local (in my case, Russian) cyberfeminist communities, but more urgently, critical and open dialogue on the part of 'global, Western', partners of cyberfeminism community. As a two-way street, this would allow us to avoid 'subaltern'/enlightening' opposition and attitude which is still pertinent within feminist and cyberfeminist networks, when 'inferior' or 'fixed' consciousness is assumed on the part of 'global' partners whenever they encounter different frames of reference from their own. At the same time, claiming 'subaltern' or 'otherness' status on the part of 'local' (cyber)feminist communities in relation to the West often obscures power relations within local contexts, which interests me most. Working on critical evaluation of practices and concepts which are effective in particular local contexts would allow both local and international cyberfeminist community to deal with situations opening up and not closing new ways of political work, theory and cultural productions" (ARISTARHOVA, 2002, p. 66). Disponível em http://www.OBN.org/OBN_pro/downloads/reader3.pdf Acessado em 20 de maio de 2015.

Feminismo como uma imagem coerente e disponível (LAURETIS *apud* HARAWAY, 1995, p. 26).

Compreender que as diferenças entre mulheres constituem o poder entre elas é, conseqüentemente reconhecer a importância da visão que subscreve os “corpos marcados”, que reflete a multiplicidade heterógena entre todas nós (HARAWAY, 1999), inclusive na cibercultura. Permite então, que outras visões possam embasar o ciberfeminismo com identidade teórica, o que “aponta para uma maturidade e proliferação, a sua profundidade crescente” (ARISTORKHOVA, 2002, p.3, tradução minha)³⁵.

Esse constante processo de transformação pelo qual o ciberfeminismo vem passando – reflexões teóricas, políticas e práticas, inclusive “dentro dos campos discursivos dos estudos de gênero, teoria da mídia, teoria política e ação, e conceitos da arte etc.” (OLDENBERG e REICHE, 2002, p.4, tradução minha)³⁶ – marcou a ressignificação do termo ciberfeminismo na Terceira Internacional Ciberfeminista. Embora não tenha sido discutido especificadamente numa das sessões, tampouco reflita a concisão de uma definição, no relatório da terceira e última Internacional Ciberfeminista, o termo ciberfeminismo foi colocado como o “feminismo em relação à mídia digital” ou ainda “muita coisa para muitas pessoas” (*ibidem*, tradução minha)³⁷.

Em suma, as ciberfeministas da segunda onda reconhecem que o ciberespaço não é um local intrinsecamente “livre da velha luta feminista contra um sistema do capitalismo patriarcal” (FERNÁNDEZ e WILDING, 2006, p.6, tradução minha)³⁸, que confronta as bases das superestruturas sexistas e racistas situadas no contexto histórico, cultural, político e econômico da matriz tecnológica da informação. Nessa perspectiva, as teóricas María Fernández e Faith Wilding (2006), apontam algumas áreas de intervenções estratégicas para a construção crítica desse ciberfeminismo plural e “contestatório”:

- a) Necessidade de definição teórica enquanto estratégia e ações políticas;

³⁵ “This points to its maturity and proliferation, to its increasing depth” (ARISTORKHOVA, 2002, p.3).

³⁶ “influence within discursive fields of gender studies, media theory, political theory and action, concepts in art etc” (OLDENBERG e REICHE, 2002, p.4).

³⁷ “feminism in relation to digital media”; “Many things to many people” (OLDENBERG e REICHE, 2002, p.4). Disponível em http://www.OBN.org/OBN_pro/downloads/reader3.pdf Acessado em 20 de maio de 2015.

³⁸ “libre de la vieja lucha feminista contra un sistema capitalista patriarcal” (WILDING, 2006, p.6).

- b) Compartilhamento das análises e estratégias feministas acumuladas até o momento da terceira Internacional Ciberfeminista;
- c) Investigações sobre o impacto específico das TICs sobre diferentes populações de mulheres, sexualidade, subjetividades e condições de produção e reprodução;
- d) Educação tecnológica contextualizada com a análise crítica feminista num discurso sobre as mulheres e a cibercultura;
- e) Reconhecimento das possibilidades técnicas, de transformação social e política dos espaços virtuais;

Essas intervenções marcam a necessidade de continuação do debate acerca desse “novo ciberfeminismo”, que tem começado a abrir o disputado território das TICs, para além de uma ação artística politicamente ativa da primeira onda, desconstruindo os estereótipos femininos e masculinos estabelecidos nos usos subversivos de dispositivos digitais, das narrativas e códigos para além das relações de gênero; elaborando novas estratégias e temas de investigações feministas; desenhando uma política de presença e corporização no combate aos discursos sexistas e racistas; e, ainda abarcando outros discursos, críticas e práticas de mulheres outrora reprimidas nos ambientes *off-line* e digital.

Em síntese, essa breve contextualização da trajetória histórica do ciberfeminismo demonstrou quão curto foi o processo de surgimento dessa nova concepção, que acompanhou a emergência das Tecnologias de Informação e Comunicação no início da década de 1990 e a ascensão da *Web 2.0* no século XXI até agora. A herança dos primeiros usos artísticos e políticos das feministas do coletivo *VNS Matrix* e das discussões teóricas de Sadie Plant, e ainda das ciberfeministas da rede *Old Boys Network*, fez emergir uma significação conflituosa e claramente divergente nos contextos políticos e científicos do ciberfeminismo, haja vista que esse conceito ainda se encontra em discussão e em processo de construção.

Desse modo, é de suma importância que possamos dar continuidade aos horizontes ciberfeministas, fazendo pensar novas formulações, levantamentos e alianças, uma vez que a emergência das tecnologias da informação tem transformado nossas vidas desde como nos comunicamos, até o surgimento de

novas maneiras de organização e articulação, mas que também tem reproduzido relações de poder vivenciados no ambiente *off-line*.

Nesse sentido, um dos pontos aqui evidenciados para pensar outras pesquisas é a definição desse fenômeno, que se apresenta como um paradigma no contexto dos estudos feministas na contemporaneidade. A sessão a seguir traz uma breve discussão acerca da concepção do ciberfeminismo por algumas pesquisadoras, inclusive brasileiras.

2.2. A DEFINIÇÃO COMO ESTRATÉGIA

O título dessa sessão reflete uma apropriação intencional acerca do reconhecimento da definição como uma estratégia política e teórica do ciberfeminismo, evidenciado no ensaio crítico *Dónde está el feminismo en el ciberfeminismo* da pesquisadora Faith Wilding (2004). A construção do conceito de ciberfeminismo, já apresentado nessa dissertação, também reconhece as contribuições dos estudos de teóricas brasileiras que tratam explicitamente sobre ciberfeminismo – uma diversidade de significações, que incluem distintas perspectivas e diferentes ferramentas acerca das relações de gênero e as tecnologias (WELLS, 2006; ROCHA, 2006; LEMOS, 2009; BRUNET e NATANSOHN, 2010; SOUZA *et. al.*, 2013).

Conforme já evidenciado no processo histórico do surgimento do termo ciberfeminismo, essa nova concepção tem abarcado diversas temáticas tratadas nos feminismos anteriores à emergência das tecnologias de informação: sexualidade, identidade, manifestações artísticas, relações de poder, corpo, prática política, etc. Desse modo, algumas teóricas apontam que o ciberfeminismo tem sido uma promessa do pensamento e prática pós-feminista – entendendo aqui, não como uma superação do feminismo –, consubstanciada na era da informação (WILDING *et.al.*, 1997; WAJCMAN, 2006; MARTÍNEZ-COLLADO e NAVARRETE, 2007; ZAFRA, 2009) ou ainda, uma tradução da própria realidade do feminismo hoje (MACEDO, 2006), ao reconhecer um discurso patriarcal, desterritorializado, híbrido e interseccional no cerne das propostas das ciberfeministas críticas. Logo, um pós-feminismo que traduz a “multiplicidade de feminismos, ou de um feminismo “plural”, que reconhece o fator da diferença como uma recusa da hegemonia de um tipo de

feminismo sobre outro” (MACEDO, 2006, p. 814), exigindo o fortalecimento e participação das mulheres na luta em diversas frentes através das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

Ademais, o surgimento do termo ciberfeminismo constrói uma aposta irônica, uma estratégia de *marketing* e ainda uma oferta de interpretações alternativas sobre o ambiente virtual (SOLLFRANK, 2007) ao fundir as palavras ‘feminismo’ e ‘*ciber*’ que, apesar de quando separadas trazerem perspectivas semelhantes quanto ao enfrentamento do controle, juntas, necessariamente modificam o significado uma da outra.

O termo ‘*ciber*’ significa “dirigir, governar e controlar”. Essa palavra é uma derivação de ‘cibernética’, criada por Nobert Wiener com o propósito de “desenvolver uma linguagem e técnicas que nos capacitem, de fato, a havernos com o problema do controle e da comunicação em geral, e a descobrir o repertório de técnicas e ideias adequadas para classificar-lhe as manifestações específicas sob a rubrica de certos conceitos” (WIENER, 1954, p.17). Desse prefixo, ramifica-se ainda o termo ‘ciberespaço’, criado pelo autor de ficção-científica, William Gilson, que comunga substancialmente com a perspectiva das artistas australianas do *VNS Matrix* ao afirmar que no mundo virtual o “corpo desaparece ficando apenas um fluxo corporal” (SOLLFRANK, 2007). Já o ‘feminismo’, que é entendido como um movimento social, político e intelectual, têm como objetivo a libertação das opressões patriarcais vivenciadas pelas mulheres, que “foca nas condições materiais, emocionais, sexuais e psíquicas que surgem da construção social diferenciada da mulher e dos papéis de gênero” (WILDING, 2004, p. 146, tradução minha)³⁹.

Nessa justaposição a prefixação de ‘*ciber*’ não consiste em definir ou alterar o conceito de ‘feminismo’, mas sim o inverso, no qual ‘*ciber*’ pode ser a palavra modificada pelo sufixo feminismo (SOLLFRANK, 2007). Isto é, ao vincular ‘*ciber*’ e ‘feminismo’ criou-se uma nova concepção na história do feminismo nos meios tecnológicos da informação, o ‘ciberfeminismo’, que gerou um potencial nas ações políticas e intelectuais no enfrentamento ao controle e poder masculino na sociedade, no/atraves do ciberespaço (SOLLFRANK, 2007).

³⁹ “Se enfoca en las condiciones materiales, políticas, emocionales, sexuales y psíquicas que surgen de la construcción social diferenciada de la mujer y los roles de género” (WILDING, 2004, p. 146).

Como um campo que surge entre esses dois polos, o ciberfeminismo consegue estabelecer um novo quadro de referências pela sua própria existência no contexto político e científico. Segundo a pesquisadora Remedios Martinez Verdu (2006), à concepção de ciberfeminismo são estabelecidas três dimensões, que a caracterizam não apenas como uma liberdade de construção individual, mas também como a possibilidade coletiva de estar em rede: a) o uso dos computadores e internet pela comunidade para propagar a causa feminista; b) um movimento que procura desmascarar os pressupostos machistas e patriarcais que estão por trás da informática e da rede, tentando tornar a Internet um lugar muito mais amigável e útil para as mulheres; c) criar “cibercomunidades” e zonas autônomas temporárias onde as mulheres podem encontrar-se e reconstruir a sua identidade fora da influência da mentalidade patriarcal (VERDU, 2006).

Resguardadas as possibilidades de disseminação das causas feministas e do “desmascarar” dos pressupostos machistas e patriarcais através do uso do ciberespaço, a proposta de Verdu (*ibidem*) merece ao menos duas ressalvas, haja vista que traz algumas limitações acerca de um ciberfeminismo que se mostra muito mais híbrido. Primeiro porque o ciberfeminismo não se restringe ao ciberespaço, posto que, essa é apenas uma pequena parte da infraestrutura na imensa dimensão das Tics, incluindo do uso ao acesso, produção e apropriação; além disso, não há apenas a “causa feminista”, mas as causas e lutas de feministas, estejam elas no ambiente *online* ou fora dele. Segunda questão, nem o ciberespaço, muito menos, as tecnologias digitais estão livres das interferências patriarcais ou são inerentemente libertadoras, uma vez que a própria tecnologia é moldada à sombra de uma tecnociência sexista e racista, inclusive com influências de corporações midiáticas e de instituições de comunicação, nas quais se desenvolvem as tecnologias e seus usos; por fim o contexto e relações sociais da utilização das tecnologias também incidem na vida das pessoas.

Desse modo, o cenário de convergência de múltiplas plataformas e linguagens popularizadas com a *Web 2.0* modificou significativamente a forma de utilizar e interagir no ciberespaço e possibilitou que ciberfeministas pudessem vincular suas práticas filosóficas e históricas dos feminismos, questionando, teorizando ou ativamente confrontando diferentes aspectos: fabricação e desenho dos *softwares* e *hardware*; ausência de mulheres nos espaços tecnológicos

estratégicos de controle e poder; multiplicidade de ciberfeministas que emergem em serviços de relacionamentos sociais; a emergência de novas construções de gêneros nesses territórios.

Nesses espaços virtuais, o ciberfeminismo ganhou intensa extensão à medida que o acesso e uso das TICs têm crescido no mundo – mesmo com as exclusões que também marcam essas tecnologias –, especialmente no Brasil que, no cenário de acesso de usuárias (os), as mulheres chegam a 53% enquanto que os homens somam 47% dos internautas (IBOPE, 2014). Uma cultura de acumulação e avanço das tecnologias de informação e comunicação, que continuam expressivas com suas exclusões, disparidades, pluralidade e intersecções, na qual “convivem muitas trajetórias diferentes” (GALLOWAY, 2007, p.1, tradução minha)⁴⁰. Um campo profícuo a novas possibilidades teóricas e políticas, tal como indica Faith Wilding (2004):

As ciberfeministas têm a chance de criar novas formulações de teoria e prática feministas que indiquem as novas e complexas condições sociais, culturais e econômicas criadas pelas tecnologias globais. Os usos estratégicos e politicamente experientes podem facilitar o trabalho de um movimento transnacional que pretende se infiltrar e atacar as redes de poder e comunicação por meio de projetos de ativistas-feministas de solidariedade, educação, liberdade, opinião e força. Para serem eficazes na criação de um ambiente feminista politizado na Internet que desafia suas estruturas atuais de gênero, raça, idade e classe, as ciberfeministas precisam aprender com as estratégias históricas do feminismo *avant garde* e sua crítica ao patriarcado institucionalizado (WILDING, 2004, p.150, tradução minha)⁴¹.

Nesse ponto de vista, além das possibilidades apontadas por Faith Wilding (2004), fica evidente a similaridade filosófica, política e social entre ciberfeministas e feministas, em especial as que fazem uso da *web*, embora nem todas se intitulem enquanto ciberfeministas. Mas então, o que é ciberfeminismo? Um produto cultural da década de 1990, desenvolvido como uma teoria e prática artística que representa

⁴⁰ “convivan muchas trayectorias diferentes” (GALLOWAY, 2007, p.1).

⁴¹ “Las ciberfeministas tienen la oportunidad de crear nuevas formulaciones de teoría y práctica feministas que apunten las nuevas y complejas condiciones sociales, culturales y económicas creadas por las tecnologías globales. Los usos estratégicos y políticamente inteligentes pueden facilitar el trabajo de un movimiento transnacional que pretende infiltrar y asaltar las redes de poder y comunicación por medio de proyectos activistas-feministas de solidaridad, educación, libertad, visión y resistencia. Para ser efectivas en la creación de un entorno feminista politizado en la Red, que desafíe sus estructuras actuales de género, raza, edad y clase, las ciberfeministas necesitan aprender de las investigaciones y estrategias de la historia feminista *avant garde* y su crítica del patriarcado institucionalizado” (WILDING, 2004, p.150).

uma visão social? (*Old Boys Network*, 2001) ou apenas um “vírus” que desordena as relações simbólicas dentro e fora do ciberespaço?

Na busca por uma resposta a esses questionamentos, optei por recorrer à literatura feminista brasileira acerca dessa concepção, mais precisamente nas produções que fazem explícito uso do termo ciberfeminismo, isto é, que evidenciam no título ou resumo de seus trabalhos a palavra ‘ciberfeminismo’. Um campo, que apesar de incipiente no cenário brasileiro, tem contribuído para o mapeamento de algumas das experiências ciberfeministas com as TICs no Brasil – essas que datam da primeira década do século XXI.

Ademais, grande parte das referências encontradas nos repositórios pesquisados – Pontifícia Universidade Católica (PUC), Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (Ppgneim), periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) e *Google Acadêmico*, a partir das palavras-chave: ‘ciberfeminismo’ e ‘Brasil’ –, trata apenas dessas experiências, não deixando claro suas concepções sobre o termo (WELLS, 2006; ROCHA, 2006; SOUZA *et.al.*, 2013). No entanto, duas das cinco pesquisas encontradas, destacaram o conceito utilizado pelas pesquisadoras conjuntamente a análise de ações ciberfeministas.

Saliento que, embora tenhamos essas discussões sobre o conceito de ciberfeminismo, é visível que ainda não há clareza, nem certezas sobre a definição do termo. Em geral, grande parte das proposições advém de traduções anglo-americanas (MARTÍNEZ-COLLADO, 1999; WILDING *et. al.*, 1997, 2004; BRAIDOTTI, 2004; FERNÁNDEZ e WILDING, 2006; GALLOWAY, 2007; MARTÍNEZ-COLLADO e NAVARRETE, 2007). Aliás, há aquelas que afirmam que o ciberfeminismo não chegou ao Brasil, como é o caso de Tatiana Wells (2006). Em seu artigo: “*O ciberfeminismo nunca chegou a América Latina*”, mesmo se tratando de análise sobre grupos que através das TICs desenvolvem ações de inserção de mulheres nessas tecnologias aqui no país, a autora argumenta na direção dessa não existência. Similarmente, outras pesquisadoras tratam exclusivamente de análises de experiências ciberfeministas, sem a inclusão dessa concepção e do processo histórico que marcam o surgimento do ciberfeminismo no mundo ou mesmo no Brasil (SOUZA *et.al.*, 2013; ROCHA, 2006).

Já as pesquisadoras Marina Gazire Lemos (2009) e Carla Brunet e Graciela Natansohn (2010), propuseram, respectivamente, investigações acerca dos novos discursos dos ciberfeminismos na rede; e, sobre um projeto de práticas e estudos teóricos acerca da mulher na cultura digital. Além disso, trouxeram discussões sobre a definição do termo ciberfeminismo adotado em suas pesquisas.

Na dissertação de Marina Lemos (2009), por exemplo, é encontrado um conceito através da citação de duas autoras espanholas que tratam do assunto, as quais definem ciberfeminismo como “uma prática feminista em rede, que tem por intuito, tanto politicamente, quanto esteticamente, a construção de novas ordens e desmontagem de velhos mitos da sociedade através do uso da tecnologia” (MARTÍNEZ-COLLADO e NAVARRETE *apud* LEMOS, 2009, p. 9). Segundo a autora, um ciberfeminismo que “não é uno, desde o seu surgimento” (LEMOS, 2009, p. 9) e que se apresenta de diversas formas e grupos, diferentemente de feminismos anteriores. Já a proposição de Carla Brunet e Graciela Natansohn (2010), trata o termo como “uma terminologia usada para designar a parte do movimento feminista que se compromete com questões como identidade e direitos da mulher dentro do âmbito do ciberespaço” (*ibidem*, 2010, p. 1).

Assim, nesse contexto brasileiro e internacional de um conceito multifacetado e plural, abrangendo desde as práticas ativistas e artísticas até intervenções políticas e intelectuais, que diversas vezes tem se apresentado como um híbrido de possibilidades de articulação, comunicação e formação. Entendo o ‘ciberfeminismo’ como uma formação histórica que abrange desde práticas feministas no ciberespaço até um campo de conhecimento acerca da relação TICs e gênero. Um conceito que ainda reflete as contradições utópicas da primeira onda ciberfeminista de tecnologias libertadoras para as mulheres, bem como a polifonia emergente dos ciberfeminismos conectados à rede e fazendo uso dessas interconexões a todo o momento.

Nessa direção, Judy Wajcman (2006) destaca a emergência de uma nova relação entre o feminismo e a tecnologia:

Ciberfeminismo deve entender como uma reação ao pessimismo de abordagens feministas da década de 1980, que enfatizavam a natureza inerentemente masculina da ciência e tecnologia. Em contraste, o ciberfeminismo enfatiza a subjetividade e agência de mulheres, bem como os prazeres inerentes às tecnologias digitais. Aceita que de fato, a tecnologia industrial tinha uma natureza

patriarcal, mas insiste que as novas tecnologias digitais são muito mais difusas e abertas. (WAJCMAN, 2006, p. 100, tradução minha).⁴²

Reforçando essa ideia do ciberfeminismo, que marca uma nova era no bojo das teorias e práticas feministas no século XXI, Cecilia Castaño (2005, p. 51) afirma que essa concepção permite incluir nos estudos feministas discussões sobre a sociedade, a cultura e a linguagem, desde a visibilidade das diferenças sexuais e representações de gênero no ciberespaço até a perspectiva de combater estereótipos de gênero na Internet e na cultura *hacker*. A autora destaca ainda, que para o ciberfeminismo, “existe um enorme potencial de libertação das mulheres nas tecnologias da informação e comunicação” (CASTAÑO, 2005, p.51, tradução minha)⁴³.

Deste modo, contrária à afirmativa de Castaño (2006, p. 52) quando a mesma diz que “as ciberfeministas, por tanto, não são as teóricas feministas”, defendo o entendimento de que as ciberfeministas, dentre diversas ramificações e experiências, também se manifestam através da atuação de teóricas e feministas, no ciberespaço e fora dele, pelo menos na realidade brasileira, conforme apresentarei algumas experiências.

Neste sentido, abordo no capítulo seguinte uma contextualização dos ciberfeminismos que têm se manifestado no ambiente digital no Brasil. Experiências que em alguns casos se manifestam dentro e fora do ciberespaço e que vão desde o uso da Internet a *softwares* e dispositivos de comunicação, para a organização, produção e disseminação de movimentos feministas, ou ainda de outras atividades que emergem à medida que as tecnologias e seus usos avançam. Ademais, os ciberfeminismos aqui tratados foram ‘escolhidos’ a partir da minha rede de relacionamento *online*, bem como da participação no grupo de pesquisa Gênero, Tecnologia Digital e Cultura (Gig@).

⁴² “En parte es preciso entender el ciberfeminismo como una reacción frente al pesimismo de los planteamientos feministas de la década de 1980, que insistían en la naturaleza inherentemente masculina de la tecnociencia. En contraste con ello, el ciberfeminismo subraya la subjetividad y la agencia de las mujeres, así como los placeres inmanentes a las tecnologías digitales. Acepta que efectivamente, la tecnología industrial tuvo un carácter patriarcal, pero insiste en que las nuevas tecnologías digitales son mucho más difusas y abiertas” (WAJCMAN, 2006, p. 100).

⁴³ “existe un enorme potencial de liberación de las mujeres en las nuevas tecnologías de la información y la comunicación” (CASTAÑO, 2005, p. 51).

Cabe ratificar que o espaço *online* é apenas uma parte da grande infraestrutura das tecnologias de informação, que abrange ainda computadores, a *Web 2.0*, telefones celulares, *tablets* entre outros dispositivos, bem como as bases de dados como ferramenta de comunicação.

3. CIBERFEMINISMOS NO BRASIL

Assim como noutros lugares do mundo, o surgimento dos ciberfeminismos no Brasil é reflexo da revolução nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), marcada principalmente pela chegada da Internet, expansão da *World Wide Web*⁴⁴ e das novas tendências de mobilidade (celulares, internet sem fio e *wi-fi*). Além disso, a emergência da *web 2.0*⁴⁵, popularizada a partir de 2004, mudou significativamente a forma como as pessoas utilizavam e interagiam no ciberespaço, especialmente as mulheres (NATANSOHN, 2013)⁴⁶.

Desse modo, entendendo a importância do contexto histórico, no qual surgem os ciberfeminismos, a inserção desse tópico pretende contextualizar o cenário ciberfeminista brasileiro, desde as mensagens iniciais trocadas entre pesquisadoras e pesquisadores da Rede Nacional de Pesquisa (RNP), até o surgimento dos primeiros *blogs*, *sites* e redes sociais *online* de ciberfeministas no país, conforme apresentarei nas sessões seguintes.

3.1. DA INTERNET AOS CIBERFEMINISMOS – UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Similar aos primeiros acessos a Internet no mundo, a chegada da rede mundial de computadores no Brasil se deu inicialmente nas universidades e instituições de pesquisa. Pesquisadoras e pesquisadores da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) – através da Rede Nacional de Pesquisa (RNP) –, começaram a trocar informações com outras (os) profissionais do exterior e do país, através da BITNET – uma rede de universidades – e logo depois do protocolo TCP/IP, que permitiu o envio de correio eletrônico de textos.

⁴⁴ Desenvolvida em Genebra, por um grupo de cientistas do no Centro Europeu de Pesquisa Nuclear (CERN), chefiados pelo programador inglês Tim Berners-Lee. Ver Manuel Castells (2003 p. 17-18; 2012 p. 87-88).

⁴⁵ O termo *web 2.0* foi usado pela primeira vez em janeiro de 1999 por Darcy DiNucci, num artigo publicado na Print Magazine, “para referir as mudanças que, segundo ela, estavam a tornar a web mais interativa, mas interconectada e mais presente no nosso cotidiano” (MOTA, 2009, p.13).

⁴⁶ O livro: *Internet em código feminino: teorias e práticas*, organizado pela pesquisadora Graciela Natansohn (2013) traz um debate diverso acerca do uso que mulheres e meninas fazem das Tecnologias de Informação e Comunicação, perpassando especialmente as brechas digitais de gênero e algumas intervenções no contexto brasileiro e latino-americano.

Essa Internet que chega ao Brasil advém de uma tecnologia criada e desenvolvida nas três últimas décadas do século XX, como consequência de uma fusão singular de estratégias militares e cooperação científica e tecnológica. Na época chamada de ARPANET⁴⁷, o processo dessa primeira versão da Internet contou com a participação de várias mulheres cientistas e engenheiras que fizeram parte das equipes de desenvolvimento, conforme relembra Elizabeth Feinler, responsável por gerenciar a ARPANET e os registros de nomes e domínios da Internet. Numa entrevista concedida a Marc Weber (2009), para o Museu da História da Computação na Califórnia, Elizabeth Feinler conta sobre sua experiência:

Comecei com o Manual de Recursos que era um manual descrevendo todos os sites que estavam na rede. [E como,] originalmente a Arpanet [...] queria algo que dissesse o que existia em cada local, quem eram os contatos do site, que tipo de coisas o local tinha a oferecer etc, então era sobre isso que o Manual de Recursos tratava. Além disso, nós também colocamos um diretório de todos os usuários na rede no momento. Estes dois documentos foram essencialmente as "páginas amarelas e brancas eletrônicas" da Arpanet. [Sobre as mulheres ela lembra que] tinha bastantes mulheres que trabalhavam no meu grupo. Havia um monte de mulheres na rede, mas elas parecem ter sido esquecidas. Mas no MIT [Instituto de Tecnologia de Massachusetts], havia muito poucas mulheres lá [...] No ISI [Instituto de Ciência da Informação], houve uma série de mulheres. Havia um número de mulheres na BBN, MIT. A maioria dos sites tinha algumas mulheres. Eu tenho uma lista delas em algum lugar, pois penso e escrevo sobre elas, mas quando você me perguntou, deu branco os nomes delas. Havia uma mulher, Ellen Golden, no MIT. Ela passou algumas das coisas de informação no MIT e ela tinha várias máquinas, ela era uma espécie de centro de coisas de lá. (WEBER, 2009, p. 28-29, tradução minha).⁴⁸

⁴⁷ Arpanet é o acrônimo em inglês de *Advanced Research Projects Agency Network* do departamento Departamento dos Estados Unidos, foi a rede operacional de computadores à base de comutação de pacotes e o precursor da Internet foi criada para fins militares. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/ARPANET> Acessado em 20 de abril de 2015.

⁴⁸ "I started with the Resource Handbook and what that was, was a handbook describing all the sites that were on the network. Originally, the Arpanet was supposed to be a resource sharing network, so we wanted something that told who was at each site, who were the site contacts, what kinds of things the site have to offer, etc. So that's what the Resource Handbook was all about. We also put out a directory of all the users on the network at the time. These two documents were essentially the "electronic yellow and white pages" of the Arpanet. [...] I had quite a few women working in my group. There were a lot of women on the net but they seem to have been forgotten [over time]. MIT, there were quite a few women] there [...] At ISI, there were a number of women. There were a number of women at BBN, MIT. Most of the sites had some women. I've got a list of them somewhere. As I think of them, I'm writing them down, but when you ask me, I blank on people's names. There was a women, Ellen Golden, at MIT. She ran some of the information stuff at MIT and they had several machines, so she was kind of the center of things there. (WEBER, 2009, p. 4, 28 e 29).

Essas e outras mulheres cientistas e universitárias, conforme destacou Elizabeth Feinler, direta ou indiretamente, estiveram presentes no processo de criação da ARPANET, que entrou em funcionamento em 1969 e somente em 1990 saiu de operação.

Essa primeira rede de computadores representou uma espécie de "espinha dorsal do sistema de comunicação" (CASTELLS, 2012, p. 83) de todas as redes que vinham surgindo desde sua criação, a exemplo da MILNET – orientada diretamente às aplicações militares – e da BITNET – uma rede criada para troca de mensagens e *e-mails* entre universidades. Resultado da difícil separação entre a pesquisa para fins militares e as comunicações científicas das conversas pessoais que ocorreram à medida que as pesquisas avançavam (CASTELLS, 2003, 2012), outras redes autônomas surgiram com serviços de *e-mail* internos e entre empresas, concomitantemente ao desenvolvimento da ARPANET.

No Brasil, as ações de cientistas, em especial da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), em parceria com o Governo Federal, através do Ministério da Ciência e Tecnologia, criaram, em 1989, a Rede Nacional de Pesquisa (RNP). Essa rede, que, a partir de 1991, viabilizou a montagem de toda a estrutura para o acesso à Internet no Brasil. Inicialmente, efetivou-se a interligação de pontos de conexão presentes em São Paulo, Brasília, Belém, Recife, Fortaleza, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre e Salvador, sendo que as velocidades destes pontos chegavam a apenas 64 Kbps (FREITAS, 1999, p. 74-89⁴⁹).

Nesse processo, diversas pesquisadoras puderam utilizar a rede nesse início da trajetória da Internet no Brasil, a exemplo das feministas acadêmicas do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), vinculado à Universidade Federal da Bahia, que desde 1992 participavam de discussões feministas junto à Rede Feminista Norte e Nordeste (REDOR), através dessa internet. Neste período, o envio de mensagens *online* era possibilitado pelo uso do provedor TELIX. Além disso, a parceria da RNP com outras universidades do exterior e do país possibilitou

⁴⁹ Ao referenciar a dissertação, "*Nem tudo é notícia: o grupo folha na Internet*" (FREITAS, 1999), tomo como base o sumário que disponibiliza a página inicial e final de cada capítulo e tópico, haja vista que não foi encontrada uma versão mais atualizada do formato disponibilizado na internet, com as páginas especificadas.

às pesquisadoras o acesso à base de dados de bibliotecas de instituições acadêmicas nacionais e internacionais, marcando assim, uma das primeiras experiências das feministas brasileiras com o ciberespaço. Conforme relata a antropóloga Cecília Sardenberg em informações concedidas em entrevista:

Eu lembro que em 1992, eu queria fazer um grupo através de e-mails, na REDOR, mas pouca gente tinha e-mail. Nós aqui na UFBA fomos um dos primeiros lugares que começou a ter – a gente trabalhava com TELIX [...] Naquela época o Brasil entrou logo na rede, o CNPq criou a Rede Nacional de Pesquisa (RNP) e a UFBA fez parte. A gente mandava e-mail da seguinte forma: tinha que discar o número do CPD da universidade, através do programa Telix – e ainda tinham poucas linhas, você entrava numa fila e não podia usar telefone pra outra coisa em casa [...] Eu lembro ainda, que pouca gente tinha e-mail e computador naquela época. (CECÍLIA SARDENBERG, 08 de abril de 2015).

Assim, enquanto as ciberfeministas da *VNS Matrix* apresentavam pela primeira vez o termo ciberfeminismo no *Manifesto Ciberfeminista*, em 1991, aqui no Brasil a Internet ainda estava em seu estágio inicial. Contudo, em 1995, a partir de um plano de popularização da Internet desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômico (Ibase⁵⁰) e a RNP, a rede mundial de computadores deixa de ser exclusividade das Universidades e Instituições de pesquisa e passa a ser oferecida a uma parcela da população brasileira, através do serviço discado de acesso à Internet controlado pela Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel).

Vale sinalizar que quando a Embratel inaugura o serviço de Internet no país, o maior número de usuárias (os) eram homens. Segundo a terceira pesquisa sobre o perfil da (o) internauta brasileira (o), realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística (IBOPE) e pelo site *Cadê* – primeiro site brasileiro –, a diferença de acessos entre mulheres e homens era de 17% de internautas mulheres, enquanto que os homens representavam 83%, em 1996. Outros números ainda apontavam para a distância entre as classes sociais quanto ao uso da rede nos primeiros anos

⁵⁰ “Essa nova frente surgiu a partir de um projeto do Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica (Ibase), com sede no Rio de Janeiro. Fundado em 1981 como um órgão pioneiro para democratização social e econômica da informação, o Ibase vem dedicando muita energia para encontrar caminhos criativos e de baixo custo para o uso da tecnologia dos microcomputadores com vistas ao processamento e troca de informações. A busca de instrumentos e mecanismos que tornassem possíveis suas diretrizes fez com que, em julho de 1989, fosse inaugurado oficialmente a Alternex, um serviço de informação eletrônica com em sistemas UNIX, fornecendo serviços de e-mail e conferências internacionais” (FREITAS, 1999, p. 74-89).

de popularização. Ainda de acordo com a pesquisa, 90% das (os) usuárias (os), que tinham acesso à internet em 1996 apresentavam uma renda familiar de 10 a 50 salários mínimos; enquanto que apenas 10% desses (as) internautas tinham até 10 salários mínimos.

A abertura da Internet no Brasil representou também a criação de diversos provedores que ganharam significativo mercado no país, como por exemplo, o Rempac da Embratel, Telnet, Zaz, Mandic BBS, entre outros. Quando esse número de provedores já ultrapassava 400, em 1996, entre comerciais e não-comerciais, surgia o primeiro diário *online* do país⁵¹ – similar ao que conhecemos hoje como *Blog* –, produzido pela então, universitária Viviane Menezes, que na época eram páginas produzidas diariamente em HTML. Até dezembro desse mesmo ano, por exemplo, foram registrados junto ao Comitê Gestor de Internet e a Fapesp 11.402 domínios e 74.458 de hosts⁵², o que representou um crescimento de 1.095% e 427%, respectivamente, em apenas um ano (FREITAS, 1999, p. 74-89).

Desse modo, a regulamentação da Internet e a criação dos primeiros domínios exclusivos brasileiros impulsionaram o aumento no número de acessos no país. A exemplo do que acontecia no âmbito mundial, a Internet no Brasil crescia em ritmo acelerado: saindo de cerca de 120 mil usuárias (os) em 1995⁵³ a 2,5 milhões em 1998 (FREITAS, 1999, p. 74-89). Contudo, apesar do pequeno aumento de 8% entre 1996 e 1997 e 2% entre 1997 e 1998 no número de mulheres, em dois anos de internet no país, as disparidades entre mulheres e homens ainda permaneciam, sendo 29% de mulheres e 71% de homens de internautas, em 1998 (IBOPE/Cadê, 1998).

Diante desse cenário de expansão da internet no mundo, especialmente no Brasil, a partir de 1995, o Governo Federal brasileiro, conjuntamente com outros países Latino-americanos e Caribenhos, assinou na IV Conferência Mundial de Mulher, uma plataforma de ações que visava, dentre outros objetivos, aumentar a

⁵¹ Disponível em <http://web.archive.org/web/20020606203343/www.wiredkitsune.net/weblog/eu.html> Acessado em 20 de abril de 2015.

⁵² *Host* ou Hospedeiro “é qualquer máquina ou computador conectado a uma rede, podendo oferecer informações, recursos, serviços e aplicações aos usuários ou outros nós na rede. É o responsável por implementar a estrutura da camada de rede de endereçamento. Os hosts variam de computadores pessoais a supercomputadores, dentre outros equipamentos”. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Host> Acessado em 19 de abril de 2015

⁵³ Disponível em <http://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/noticias/-populacao-comum-ganhou-acesso-a-internet-em-1995-20090927.html> Acessado em 18 de abril de 2015.

participação e acesso das mulheres nas Tecnologias de Informação e Comunicação. Esses avanços expostos no relatório de acompanhamento dessas ações, em março de 2015, não contemplaram a perspectiva de gênero, especialmente no que se trata das mulheres. Contudo, alguns resultados e conquistas, ao longo desse período, beneficiaram indiretamente o acesso de mulheres a internet: a expansão da infraestrutura e serviços de telecomunicações; o acesso da população a banda larga; e, melhores condições de preço, cobertura e qualidade (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2014).

Somam-se a essas ações a crescente capacidade de conectividade e largura de banda nas telecomunicações, no início dos anos 2000, reflexo do significativo aumento dos pontos de acesso à internet no Brasil; e ainda, as mudanças regulatórias, a difusão de computadores pessoais e a expansão do compartilhamento de informação – que desencadeou um rápido crescimento da organização em rede, refletindo inclusive nos movimentos sociais, como os movimentos feministas e de mulheres.

Segundo dados do Banco Mundial, a cada 100 habitantes do Brasil, 2,87% utilizavam a internet no país no ano 2000, chegando a 40,65% em 2010. Já as assinaturas de telefonia celular (incluindo os planos do tipo pré-pago ou pós-pago) cresceram de 23,1882%, em 2000, para 196,93%, em 2010 (BANCO MUNDIAL, 2015)⁵⁴. Nessa mesma década, alguns sites feministas também surgiram na Internet: Projeto *Software Livre Mulheres*⁵⁵, 2003, Universidade Livre Feminista e Mulheres nas Tecnologias⁵⁶, ambas em 2009; *blogs*: Quitéria⁵⁷, em 2003, Ofensiva Contra a Mercantilização do Corpo e da Vida das Mulheres⁵⁸, em 2008 (pertencente às integrantes da Marcha Mundial das Mulheres), Rede Feminista de Saúde⁵⁹ e Blogueiras Feministas⁶⁰, ambos em 2010. Quanto às experiências artísticas feministas no ciberespaço, identifiquei o Andros Hertz⁶¹, em 2006, e no que se

⁵⁴ Dados atualizados em 17 de abril de 2015.

⁵⁵ Disponível em <http://web.archive.org/web/20031118194940/http://mulheres.softwarelivre.org/> Acessado em 12 de abril de 2015.

⁵⁶ Disponível em <http://mulheresnatecnologia.org/> Acessado em 12 de abril de 2015.

⁵⁷ Disponível em <http://web.archive.org/web/20040923203149/http://www.quiteria.com.br/> Acessado em 12 de abril de 2015.

⁵⁸ Disponível em <http://www.ofensivamm.blogspot.com.br/> Acessado em 12 de abril de 2015.

⁵⁹ Disponível em <http://redesaude.blogspot.com.br/> Acessado em 12 de abril de 2015.

⁶⁰ Disponível em <http://blogueirasfeministas.com/> Acessado em 12 de abril de 2015.

⁶¹ Disponível em <https://www.flickr.com/photos/helgastein> Acessado em 12 de abril de 2015.

reporta às manifestações articuladas através das redes sociais e grupos de *webmail*, sinalizo a Marcha Mundial das Mulheres, em 2000 e a Marcha das Vadias, em 2011.

Outro momento importante de incorporação do Brasil na pauta internacional sobre as tecnologias de informação foi a publicação do livro *Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde* (TAKAHASHI, 2000), financiado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, marcando, no início dos anos 2000, a necessidade de formulações de políticas e programas de “inclusão digital”. Desse modo, tal publicação marcou novas demandas dirigidas a respeito, principalmente do funcionamento da Internet, bem como da necessidade de “promover a universalização do acesso e uso dos meios eletrônicos de informação” (TAKAHASHI, 2000, p. V).

Por conseguinte, a expansão do acesso das (os) brasileiras (os) à Internet foi impulsionada pela implantação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), no governo Lula, em 2010, cujos objetivos eram, além de ampliar o acesso à banda larga, tornar serviços e terminais mais acessíveis, expandir os serviços de telecomunicações para áreas rurais e remotas, incentivar investimentos em infraestrutura de telecomunicações, reduzir os preços e tarifas, bem como melhorar a qualidade dos serviços de voz e de dados (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2014). Enquanto resultados, o balanço da PNBL 2010-2014 apresentado pelo Ministério das Comunicações, entre 2005 e 2012 houve um avanço de mais de 16 mil domicílios com microcomputador com acesso à Internet no Brasil, já entre 2010 e 2014 esse aumento de acessos chegou a 16,95% no país (BANCO MUNDIAL, 2016).

Esse crescimento de acesso à Internet nos territórios brasileiros ao longo de duas décadas também refletiu no aumento de uso das tecnologias de informação e comunicação, conforme aponta as informações estratégicas do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)⁶². Segundo os dados desta pesquisa, o ano de 2013 revelou 85,9 milhões de usuárias (os), assim como 49% de domicílios com computadores de mesa, notebooks e *tabletes* – 53% da área urbana e 21% em áreas rurais –, e 82% com aparelhos celulares, dos quais 31% usam a Internet pelo

⁶² Sobre acessos e uso das TICs por brasileiras/os Disponível em http://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_DOM_EMP_2013_livro_eletronico.pdf Acessado em 21 de abril de 2015.

celular. Contudo, apesar da pesquisa não evidenciar a presença ou ausência das TICs por mulheres e homens, dados do Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística (IBOPE) apontam que em 2014, 53% das/os internautas da internet eram mulheres (IBOPE, 2014).

Nesse contexto, outro marco regulatório foi estabelecido no Brasil: o “Marco Civil da Internet”. Considerado um texto pioneiro no mundo ao estabelecer princípios, direitos e deveres no ambiente virtual, a “constituição da Internet”, sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff em 23 de abril de 2014, reconhece expressamente a liberdade de expressão, a proteção da privacidade, os direitos humanos e o estabelecimento da neutralidade, bem como define as responsabilidades do Estado e dos provedores de serviços no desenvolvimento da rede (BRASIL, 2014).

Esse marco representou um importante contributo às lutas feministas no ciberespaço, principalmente para mulheres que utilizam a internet, visto que diversos movimentos sociais participaram de discussões e mobilizações que antecederam a regulamentação, a exemplo das militantes da Marcha Mundial das Mulheres⁶³, da Articulação de Mulher e Mídia e do Instituto Patrícia Galvão. Assim, com a regulamentação, alguns benefícios foram conquistados, sobretudo se pensarmos para as ciberfeministas: possibilidade do anonimato, a privacidade das usuárias, o tráfego de determinados conteúdos, formatos ou plataformas ciberfeministas e o combate a violências sofridas pelas mulheres na rede.

Tais ações governamentais, apoiadas a outros organismos internacionais e ainda a intensificação da convergência tecnológica entre a internet, a *web* e a comunicação via dispositivos móveis com a emergência do fenômeno global da *web* 2.0 que vinha acontecendo no mundo, desencadearam mudanças socioculturais significativas na relação das (os) indivíduos (os), e entre eles (as) no ciberespaço, assim como com a informação e o conhecimento (MOTA, 2009). Intervenções, nas quais as (os) próprias (os) utilizadores (as) passaram a criar e organizar seus conteúdos, deixando de ser apenas consumidores (as) de conteúdos e informação à produtores (as), num processo de construção colaborativa ao mesmo tempo local e global.

⁶³ Disponível em <https://marchamulheres.wordpress.com/2013/10/18/marco-civil-ja-feminismo-nas-ruas-e-nas-redes-ate-que-todas-sejamos-livres/> Acessado em 21 de abril de 2015.

Esse fenômeno envolveu ainda serviços de relacionamentos sociais: redes sociais, *wikis*, *blogs* e *microblog*, *softwares* de compartilhamento e indexação de vídeos e imagens e aplicativos baseados em *tags*, o que permitiu uma participação mais interativa das pessoas, trocando informações tanto entre elas como em comunidades, criando assim, novas formas e canais, nas quais a informação passa a ser “gerada, armazenada, recuperada, processada e transmitida” (CASTELLS, 2012, p. 68).

Embora as inovações tecnológicas de informação e comunicação tenham se expandido tardiamente no Brasil (apenas no início do século XXI) – se comparamos a outros países – e, inicialmente restrita ao ambiente acadêmico, com demora na abertura para a popularização, esse novo sistema de comunicação, mediado pelas TICs, desencadeou o surgimento de espaços sociais através da rede, bem como a apropriação de novos instrumentais: sites, *Blog*, *Podcasting*⁶⁴, *SMS*, *e-mail*, redes sociais, entre outros, que conectam e desconectam indivíduos (os) e grupos, reforçando a ideia de uma Sociedade em Rede. Trata-se de uma nova estrutura social baseada na rede mundial de computadores e que é constituída “por redes em todas as dimensões fundamentais da organização e da prática social” (CASTELLS, 2012, p. II).

Por conseguinte, no cerne dessa sociedade conectada em rede, novos modelos de relações sociais foram se constituindo e formando comunidades virtuais de vínculos interpessoais e afinidades no ciberespaço para além da proximidade física (CASTELLS, 2003, 2012; CASTAÑO, 200; WAJCMAN, 2006). Para este exemplo, apresento a seguir algumas ciberfeministas brasileiras.

3.2. AO LADO DOS NÚMEROS DE ACESSOS SURGEM AS CIBERFEMINISTAS

A esse contexto, que marca o aumento do número de mulheres acessando a Internet no Brasil⁶⁵ e, conseqüentemente o surgimento dos ciberfeminismos no país, sugiro a hipótese da combinação de três elementos: 1) Transformações na

⁶⁴ *Podcasting* é uma forma de publicação de arquivos de mídia digital (áudio, vídeo, fotos) pela internet.

⁶⁵ Relembrando, que dados do Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística (2014) apontam que 53% de internautas são mulheres.

comunicação, a partir da convergência da Internet, *Web* e novos sistemas de mobilidade e relações de poder e controle na Tecnociência; 2) Acordos internacionais acerca da participação e acesso às TICs pelas mulheres, impulsionados pela articulação dos movimentos de mulheres e feministas na última década de 1990 e início do século XXI, assim como, os marcos regulatórios da Internet e os planos governamentais de inclusão digital; 3) Por fim, as ações de entidades, grupos, instituições de mulheres e/ou feministas e as pesquisas desenvolvidas pelas brasileiras acerca das TICs, que tem impulsionado o debate acerca dessa nova estrutura social que cresce exponencialmente. A seguir, apresento a discussão de cada um destes tópicos.

1) Transformações na comunicação – Convergência – Relações de poder e controle na Tecnociência

Conforme já tratado no capítulo anterior, os avanços tecnológicos da informação e comunicação foram impulsionados pela ciência e tecnologia e pelas intervenções políticas do Estado, inclusive aqui no Brasil (CARVALHO, 2006), reflexo da revolução tecnológica que vinha acontecendo no mundo nos últimos 30 anos do século XX, como destaca Manuel Castells (2012):

As novas tecnologias de informação difundiram-se pelo globo com a velocidade da luz em menos de duas décadas, entre meados dos anos 70 e 90, por meio de uma lógica que a meu ver, é característica dessa revolução tecnológica: a aplicação imediata no próprio desenvolvimento da tecnologia gerada, conectando o mundo através da tecnologia de informação [...] Além disso, a velocidade da difusão tecnológica é seletiva tanto social como funcionalmente. O fato de países e regiões apresentarem diferenças quanto ao momento oportuno de dotarem seu povo do acesso ao poder da tecnologia representa fonte crucial de desigualdade em nossa sociedade. (CASTELLS, 2012, p. 70).

Em conformidade com essa ideia de que uma revolução tecnológica não ocorre isolada da sociedade (CASTAÑO, 2005), a literatura feminista aponta para uma construção, tanto das tecnologias como das ciências, historicamente marcadas por um contexto racista e sexista impregnado de valores masculinos de caráter ideológico na produção do conhecimento e nas relações de poder, a partir de um conceito universal de homem (HARDING, 1993; 1996; RAGO, 1998; SARDENBERG, 2002, 2004). Desse modo, a estrutura parcial de constituição dos campos científicos e tecnológicos configurou algumas bases para as desigualdades

e contradições no acesso e uso dessas tecnologias digitais por mulheres e homens, refletindo principalmente no dualismo mulher/máquina.

Nesse sentido, Cecilia Castaño (2005) ressalta sobre a simetria das relações de poder no âmbito científico e tecnológico apontando que ambos são “ferozmente dominado [s] pelos homens, que em todo momento tem excluído as mulheres. [E que] a exclusão levou, por sua vez, sentimentos de rejeição em relação a estes campos da atividade humana, por parte de muitas mulheres” (CASTAÑO, 2005, p. 22, tradução minha)⁶⁶. No caso do Brasil, é importante destacar que embora a Internet tenha sido marcada por uma trajetória de significativos avanços no mundo durante as últimas décadas do século XX, nesse período as brasileiras ainda estavam ascendendo nas universidades e instituições de ensino superior, principalmente nas áreas da educação científica e tecnológica (TABAK, 2002) – essas foram uma das principais bases dos avanços da rede mundial de computadores no País.

Destarte, esse cenário de exclusão e invisibilidade das mulheres nas TICs provocou a primeira “brecha digital de gênero” no Brasil (NATANSOHN, 2013), cujo momento se manifesta na existência de uma “lacuna”/“brecha”, isto é, um espaço de desigualdades e discriminações nos acessos a Internet pelas mulheres. Conforme já mencionado, em 1996, as mulheres representavam apenas 17% dos acessos, enquanto que os homens somavam 83% entre as/os usuárias/os (IBOPE/Cadê, 1998).

Embora esses números tenham sido alarmantes dentro de uma perspectiva de gênero, os anos seguintes de expansão da Internet no Brasil foram marcados pelo crescimento progressivo do número de usuárias. Em 1998, por exemplo, o acesso de brasileiras cresceu de 17% (1996) para 29% (1998), enquanto que os homens apresentaram uma queda de 12% no mesmo período. Mas o grande salto no uso do ambiente digital pelas mulheres se dá no século XXI, cujo crescimento foi de mais de 50%, entre 2000 e 2014 (IBOPE, 2014; BANCO MUNDIAL, 2016)⁶⁷.

⁶⁶ “férreamente dominado por los hombres, que en todo momento han excluido las mujeres. La exclusión ha provocado, a su vez, sentimientos de rechazo hacia estos campos de la actividad humana por parte de muchas mujeres” (CASTAÑO, 2005, p. 22).

⁶⁷ Cabe salientar que grande parte das/os usuárias/os de internet até 2014 se concentra nas classes B com 34% e C com 52%, enquanto que a classe A soma 4%, embora represente 2% da população. Já as classes D/E possuem 10% das/os usuárias/os, mesmo representando 21% da população (IBOPE, 2014), o que reflete uma disparidade também na categoria de classe social.

Esse novo cenário aponta para a “segunda brecha digital de gênero”, que está relacionada ao conhecimento, a capacidade de educação e habilidades necessárias para obter apropriação das TICs pelas mulheres e homens (CASTAÑO, 2008). No Brasil, essa brecha de gênero tem afetado especialmente as mulheres, diante do domínio masculino em áreas estratégicas de educação e pesquisa, assim como em profissões relacionadas às ciências, engenharias e tecnologias de informação e comunicação (CASAGRANDE, 2014). Deste modo, tem ocasionado uma escassa presença feminina nos postos de tomada de decisões na sociedade de informação. O Comitê Gestor da Internet no Brasil é um desses exemplos, composto por 22 membros – distribuídos entre o governo federal, acadêmicas (os) e empresárias (os) e terceiro setor – tem apenas duas mulheres em sua composição, sendo elas, a administradora Loreni Foresti representante do setor governamental e a consultora jurídica Flávia Guimarães, do terceiro setor⁶⁸.

Logo, a relação dialética entre o crescimento no número de usuárias e o acesso das mulheres ao conhecimento tecnológico, principalmente em áreas estratégicas de educação, investigação e empregos, isto é, postos decisórios sobre conteúdos, programas, políticas e mercado das TICs, marcam parte do contexto do surgimento dos ciberfeminismos no Brasil.

2) Acordos internacionais – Planos governamentais de inclusão digital – Marcos regulatórios da Internet

Por conseguinte, a emergência e expansão das Tecnologias de Informação e Comunicação em todas as dimensões de nossas vidas e, a consequente inserção das discussões acerca das relações de gênero nesses espaços, pautaram os debates de instituições internacionais, assim como, dos movimentos de mulheres e feministas do Brasil no final dos anos 1990.

Nesse contexto, a IV Conferência Mundial sobre Mulheres, realizada em Pequim em 1995 – que reconheceu o acesso às TICs como uma necessidade humana, inserindo em sua plataforma final de ações – apresentou uma importante contribuição ao cenário nacional, impulsionando a introdução de programas e

⁶⁸ Membros (as) do Comitê Gestor da Internet. Disponível em <http://www.cgi.br/membros/>. Acessado em 21 de abril de 2015.

projetos de inclusão digital para meninas e mulheres no país. Contudo, a partir de informação dada pelo Programa de Direitos das Mulheres, da Associação para o Progresso das Comunicações (PDC/APC)⁶⁹, apenas o eixo de educação desenvolveu uma iniciativa considerando a perspectiva de gênero e geração, desde a assinatura do acordo. O projeto “Meninas e jovens fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação”, cuja primeira versão foi realizada em 2013, tinha como objetivo apoiar projetos de estímulo à formação de mulheres nessas áreas.

Ainda segundo o relatório, em 2011 foi incluído o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que em 2014 teve 68% de mulheres inscritas – embora o informe não apresente quais foram as áreas de distribuição dessas mulheres. Foi anexado também às “ações específicas para o desenvolvimento e fortalecimento do uso e apropriação das TICs no âmbito do trabalho” (PDC/APC, 2015, p.18): o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), que em maio de 2014 cobriu cerca de 3.000 cidades do país, chegando a 123,6 milhões de acessos. Apesar de tais programas não apresentarem em seus objetivos e metas questões específicas de gênero, nem dispor de indicadores de gênero, a partir da criação da PNBL de 2010 a 2013, por exemplo, houve um aumento de 40,65%, em 2010, para 51,6%, em 2013, no número de acessos de internautas no país (BANCO MUNDIAL, 2015). Este número representou um dado significativo para os estudos das relações de gênero, principalmente no que se refere ao acesso das mulheres às tecnologias digitais, em especial à internet, chegando a 53% das (os) internautas (os) no país, em 2014.

Ademais, a percepção da centralidade das Tecnologias de Informação e Comunicação em diversas áreas de atividades humana na sociedade de informação, começa a ser pautada também noutros eventos feministas internacionais, nos quais feministas brasileiras também participaram:

⁶⁹ O informe “La mujer y las tecnologías de información y comunicación”, disponibilizado pelo Programa de Direitos das Mulheres, da Associação para o Progresso das Comunicações (PDC/APC), levou em consideração as políticas e ações tomadas pelos governos para os avanços das mulheres no âmbito das TICs. Tal análise levou em consideração os informes oficiais repassados pelos países Latino-americanos e Caribenhos, acerca da Seção J da Plataforma de Ação de Beijing (PDC/APC, 2015).

- a) XI Conferência Regional sobre Mulher da América Latina e o Caribe⁷⁰, realizada no ano de 2013, em Brasília, que teve pela primeira vez em seu tema principal a questão do empoderamento e igualdade de gênero nas TICs;
- b) Plano Nacional de Políticas para as Mulheres de 2013-2015, elaborado pela Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM) em parceria com entidades/movimentos de mulheres e feministas, cujas linhas de ações perpassam desde as contribuições ao marco regulatório do sistema de comunicação brasileiro até as metas mais específicas no campo das tecnologias: promoção e ampliação do acesso das mulheres as tecnologias de informação e a capacitação delas para a inclusão digital;
- c) Estímulo ao acesso das mulheres aos benefícios da Banda Larga;
- d) Ampliação do número de mulheres nas áreas de ciência e tecnologia (PNPM, 2013).

3) Ações de entidades, grupos, instituições de mulheres e/ou feministas – estudos desenvolvidos por pesquisadoras brasileiras acerca das TICs

Tendo como referência a chegada da Internet no Brasil, a agenda feminista brasileira apresenta um atraso quanto à utilização das possibilidades de comunicação que emergem com as tecnologias de informação e comunicação. Primeiro porque, logo no início dessa expansão, pesquisadoras feministas já faziam uso da Internet, através da Rede Nacional de Pesquisa, assim como outras mulheres, a exemplo da universitária Viviane Menezes, que inaugura o primeiro *blog* brasileiro, ainda em 1996. Segundo que, à medida que a Internet foi se popularizando, assim como a possibilidade de adesão de computadores e celulares, diversas mulheres, individual ou coletivamente – movimento feminista e de mulheres – foram acessando as TICs e percebendo este potencial, que não poderia ser ignorado.

Cabe sinalizar, que semelhante ao surgimento do feminismo no Brasil e no Mundo, as práticas ciberfeministas acontecem numa classe social definida e num nível escolar estabelecido. Nos três primeiros anos de internet no Brasil, entre 1996 e 1998, o alto índice de acessos permaneceu entre pessoas que trabalhavam e/ou

⁷⁰ Disponível em <http://www.cepal.org/12conferenciamujer/> Acessado em 21 de abril de 2015.

estudavam – 40%, em 1996; 39%, em 1997 e 35%, em 1998 – e, que apresentavam renda familiar entre 20 e 50 salários mínimos. Além disso, o grau de instrução desses (as) usuários (as) permaneceu entre os (as) que tinham nível superior (apenas 1998 apresentou uma diferença entre superior e 2º grau, apresentando 26% e 42% respectivamente) e também entre àquelas com domínio da língua inglesa (62% em 1996; 58% em 1997; e, 55% em 1998).

Ademais, debates acerca das desigualdades e dificuldades de mulheres que já faziam uso – seja como usuárias ou profissionais das TICs – e aquelas que não tinham aproximação com as tecnologias digitais; a necessidades de criação de mecanismos de acesso, uso e produção dessas tecnologias; e ainda, a promoção da qualificação profissional nas áreas que pensam, discutem e produzem essas tecnologias, foram pautados em duas importantes conferências sobre as mulheres, já citadas: IV Conferência Mundial de Mulher e a XI Conferência Regional sobre Mulher da América Latina e o Caribe.

A necessidade de novas articulações e novos espaços feministas brasileiros também vinha se fortalecendo na década de 1990, reflexo da “situação de fragilidade dos organismos de governo para mulheres, bloqueados pelo clima conservador dominante no Estado e o descrédito no movimento autônomo” (COSTA, 2004, p. 8). É nesse período que um número significativo de redes feministas *online* de articulação e mobilização surge no contexto global, refletindo significativamente no movimento feminista brasileiro (SARDENBERG e COSTA, 2012, p. 7).

Esse cenário, marcado por uma multiplicidade de organizações e identidades feministas, impulsionou a articulação dessas mulheres em redes, que encontraram no uso das TICs – especialmente a Internet e dispositivos móveis de comunicação – um importante aliado para realização de reuniões, formações, mobilizações, disseminar informações e discutir outras problemáticas do ambiente *off-line*. Um exemplo dessa articulação foram as feministas ligadas à saúde, que questionavam a ausência de debates acerca das tecnologias desenvolvidas na biomedicina e a necessidade de “publicitar” tal assunto, uma vez que, segundo elas, a discussão não estava sendo tema de importância nas “mídias tradicionais” (WELLS, 2006).

Somam-se a essa iniciativa, outras instituições e grupos de mulheres que passaram a desenvolver projetos fazendo uso das TICs em ações voltadas para o público feminino, a partir da perspectiva de estimular a participação de mulheres

interessadas em aprender a criar, produzir e usar a tecnologia, como é o caso do projeto de extensão das pesquisadoras Carla Brunet e Graciela Natansohn. Trata-se de um laboratório de práticas tecnológicas voltado para o público feminino, o LabDebug⁷¹, cujo objetivo, na época foi, “a transformação sócio-política e o empoderamento de grupos minoritários” (BRUNET e NATANSOHN, 2010, p. 11). Semelhante a esse projeto, surge em 2009, o grupo Mulheres na Tecnologia, uma “organização sem fins lucrativos que visa aumentar a participação feminina na área de tecnologia da informação”⁷².

Por fim, pesquisas desenvolvidas nos estudos feministas brasileiros acerca da relação entre mulheres e tecnologias de informação e comunicação (ROCHA, 2006; BRUNET e NATANSOHN, 2010; NATANSOHN, 2013; PAZ, 2013; SELAIMEN, 2013; VIEIRA, 2012) têm impulsionado o debate acerca dessa nova estrutura social. Importante dizer que tal estrutura cresce exponencialmente e tem moldado a vida de todas nós, bem como estimulado a reflexão teórica a partir dos primeiros estudos que trataram especificadamente dos ciberfeminismos no Brasil (WELLS, 2006; ROCHA, 2006; LEMOS, 2009; BRUNET e NATANSOHN, 2010; SOUZA *et.al.*, 2013).

Assim, ao contrário do que afirma Tatiana Wells (2006) em seu título “*o ciberfeminismo nunca chegou à América Latina*”, inclusive no Brasil, sejam elas acadêmicas, militantes, ativistas ou apenas usuárias, através de suas contas particulares e/ou em grupos de redes sociais, *Blogs*, *webmails*, as mulheres têm manifestado suas práticas feministas em rede tanto para a mobilização, articulação, troca de experiências, como para formação e ainda de outras maneiras, que surgem diariamente no ciberespaço, embora muitas delas não se intitulem de ciberfeministas.

Diferentemente do contexto de experimentação entre o sujeito feminino, a arte e a virtualidade do grupo *Old Boys Network* e das artistas australianas *VNS Matrix*, e ainda, das propostas de pós-humano de Donna Haraway (1984) e Sadie Plant, os ciberfeminismos “à brasileira”, emergem alicerçados numa multiplicidade de feminismos. Dentro desta diversidade, encontramos propostas políticas de ativismo, articulação, formação, comunicação e organização através de redes ou

⁷¹ Disponível em <http://labdebug.net/labdebug/> Acessado em 20 de abril de 2013.

⁷² Disponível em <http://mulheresnatecnologia.org> Acessado em 20 de janeiro de 2015.

individualmente, envolvidas muito mais com as problemáticas dos ambientes *off-line*, mas que também tem refletido debates acerca das opressões que [re]produzidas no ciberespaço.

Contudo, apesar de incipiente, associa-se a essas proposições uma crítica ciberfeminista de pesquisadoras brasileiras que reflete sobre a relação das mulheres com as TICs, desde o uso e acesso, perpassando a produção e controle das tecnologias sob o domínio masculino (WELLS, 2006; ROCHA, 2006; LEMOS, 2009; BRUNET e NATANSOHN, 2010; SOUZA *et.al.*, 2013). Característica de suas referências, que se colocam enquanto um ciberfeminismo mais crítico e politicamente contestatório que surge no início do século XXI e que incita outros estudos sobre os desafios dos complexos efeitos da tecnologia sobre aspectos de nossas vidas. Assim, a perspectiva é desenhar uma política de presença e corporificação que insista no pleno combate aos discursos de poder colonizados e descorporificados (FERNÁNDEZ e WILDING, 2006, p.8).

3.3. CIBERFEMINISMOS À BRASILEIRA

Ao puxar o fio histórico do processo que culminou na expansão da Internet no Brasil, alguns usos dessas recentes Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) pelas mulheres foram aparecendo simultaneamente. De modo diferente dos ciberfeminismos europeu e australiano, as brasileiras estabeleceram usos táticos das tecnologias digitais, a partir de novos modos de engajamento político de mulheres e feministas (LEMOS, 2009), fazendo uso das potencialidades dessas, em especial da expansão da conectividade. Ciberfeminismos que surgem numa época de polifonia narrativa, identitária, tecnológica e de institucionalização dos movimentos feministas, a partir de novas formas e espaços de ação coletiva marcada pela organização em rede, fazendo uso das TICs, especialmente da Internet e usos de dispositivos móveis.

Assim, traçando uma ordem cronológica, a partir da trajetória da Internet no país, com algumas pesquisas que tratam especificadamente de experiências ciberfeministas brasileiras (WELLS, 2006; ROCHA, 2006; LEMOS, 2009; BRUNET e NATANSOHN, 2010; MANHAES *et.al.*, 2013; ALENCAR *et.al.*, 2013; PAZ, 2013)

estabeleci dois estágios dos ciberfeminismos no Brasil: Ciberfeminismos enquanto objeto de pesquisa e Ciberfeminismos enquanto práticas sociais de mulheres.

Para melhor entendimento dessa divisão, cabe retomar que construí minha concepção de ciberfeminismos a partir de contribuições dessas teóricas feministas que vêm se dedicando aos estudos ciberfeministas no Brasil, bem como, a partir das manifestações brasileiras que foram se multiplicando exponencialmente no ciberespaço. Assim, ratifico meu entendimento acerca de ciberfeminismo como uma formação histórica de cunho prático e teórico, baseada na expansão da Internet e no surgimento da Sociedade da Informação, criando novas formas de relação entre as TICs e as mulheres, além das interrogações intelectuais, que permitem uma variedade de interpretações.

Arelado a essa ideia, darei um breve panorama de experiências de mulheres e feministas brasileiras com as TICs, sobretudo daquelas que fazem uso do ciberespaço, através de *blogs*, site ou perfis em redes sociais. Um fenômeno, que em sua multiplicidade tem permitido desde o questionamento político até a “construção de novos símbolos, linguagens e representações do feminismo” (LE MOS, 2009, p. 87). Acrescenta-se a essa ideia, a construção de novas práticas sociais e de novos contextos de interação.

Assim, ao contrário das experiências espanholas apresentadas pela teórica Cecilia Castaño (2005), em *Las Mujeres y las tecnologías de la información: internet y trama de nuestra vida*, quando a mesma afirma que as ciberfeministas “não são as teóricas do feminismo” (CASTAÑO, 2005, p. 52), no Brasil, essas teóricas também estão inclusas no cenário do ciberespaço, seja de maneira nômade, espontânea ou anárquica, tanto em pesquisas, como no processo de prática política através das TICs.

Dada a complexidade do movimento ciberfeminista no Brasil e, mesmo, apesar do incipiente debate, destaco duas perspectivas que me ajudaram a entender melhor esse fenômeno:

- 1) Ciberfeminismos enquanto objeto de pesquisa

No Brasil, não há muita clareza em relação ao conceito de ciberfeminismo. Não apenas a questão é pouco debatida nos estudos feministas, como, em geral, os debates vêm traduzidos de publicações norte-americanas ou europeias, conforme

tratado no Capítulo 1. Algumas autoras, inclusive afirmam que “o ciberfeminismo nunca chegou à América Latina” (WELLS, 2006), apesar de diversos estudos apontarem experiências ciberfeministas no Brasil, conectadas à trajetória histórica da Internet no país.

Nesse cenário ainda em construção, o *corpus* teórico das ciberfeministas brasileiras tem concentrado suas atenções nas diferentes realidades vivenciadas por mulheres e feministas na relação com as tecnologias de informação e comunicação, a partir de uma perspectiva de gênero. Este *corpus* abrange projetos de apropriação das TICs por mulheres (WELLS, 2006; LEMOS, 2009; BRUNET e NATANSOHN, 2010), perpassando “o ciberfeminismo nos contextos laboratoriais de informática/computação” (ROCHA, 2006), o ativismo feminista nas redes sociais (SOUZA *et.al.*, 2013) e as desenvolvedoras de tecnologias (SELAIMEN, 2013), inclusive numa perspectiva de *software* livre (PAZ, 2013). Os ciberfeminismos à brasileira têm despontado como um campo profícuo para outras pesquisas engajadas, que devem incluir as questões da interseccionalidade com classe, raça/etnia, sexualidade, geração, entre outros marcadores sociais.

Apesar dessas pesquisas acerca das ciberfeministas no Brasil, a expansão das experiências ciberfeministas no país e das tecnologias de informação e comunicação no mundo tem desencadeado a necessidade de outros encontros da relação das mulheres com essas no contexto brasileiro. Assim, as diferentes formas de apropriação e uso dessas tecnologias digitais pelas brasileiras têm disponibilizado um campo empírico diverso para futuras pesquisas.

2) Ciberfeminismos enquanto práticas sociais de mulheres

Novas táticas e usos das TICs no Brasil, numa perspectiva de engajamento político de mulheres e feministas brasileiras num contexto ao mesmo tempo local e global, emergem conectados em rede, através de sites, *blogs*, redes sociais e plataformas de *software* livre. Usos para diferentes fins: disseminação de conhecimentos e saberes feministas, através de repositórios ou noticiários; realização de cursos *online*; articulação e mobilização para atividades e/ou ações feministas; formação e contato com outras redes de mulheres e feministas do mundo, entre outras. São representadas através de entidades, organizações, grupos

e movimentos de mulheres e feministas que se conectam em rede ou individualmente, “num encontro às cegas entre si e com o destino que desejam forjar, ao reivindicar seu direito de fazer [e mudar o fluxo] da história – sua história, numa manifestação da autoconsciência que sempre caracterizou os grandes movimentos sociais” (CASTELLS, 2013, p.8).

Desse modo, as experiências brasileiras têm promovido múltiplas possibilidades *online* de articulação, ações e atividades de apropriação das TICs pelas mulheres, mobilização, divulgação e comunicação, formação/cursos (EAD), além de espaços de compilação de produções de mulheres e feministas em repositórios digitais, algumas experiências mediante o uso de *software* livre⁷³.

Posto isso, diante da quantidade significativa de experiências ciberfeministas no Brasil e com objetivo de sistematizá-las para uma melhor discussão, serão apresentadas algumas delas, sejam de instituições, redes, grupos ou movimentos, que se auto intitulam feministas. Tal objetivo foi construído a partir da divisão em quatro categorias de análise: 1) Ações individuais (blogueiras e perfis em redes sociais); 2) Disseminação e comunicação (repositórios e espaços de notícias); 3) Articulação e mobilização; 4) Formação (profissionais das TICs e cursos de uso, acesso e apropriação de mulheres); 5) Outras (ações ciberfeministas esporádicas).

Cabe salientar que essas categorias foram elaboradas a partir da observação sistemática de experiências ciberfeministas brasileiras, construída dentro do processo de desenvolvimento dessa concepção. Além disso, utilizei como referência as caracterizações que estes grupos, instituições, redes ou movimentos feministas fazem de si em suas páginas na Internet. Vale dizer ainda que refletem a lógica de uma teia de construção em rede que, muitas vezes, se inicia em ações individuais, seguidas da disseminação e comunicação entre essas, refletindo assim, na articulação e mobilização coletiva e num processo mais complexo de formação feminista.

1) Ações individuais

⁷³ Em *A divisão digital de gênero o movimento software livre do Brasil* (2013), a pesquisadora Mônica de Sá Dantas Paz apresenta grupos de mulheres de *software* livre que atuam no Brasil, direcionando seu escrito para as barreiras existentes do consumo ao desenvolvimento e, a baixa participação de mulheres nessas comunidades. Ademais, a autora dialoga a partir das relações de poder estabelecidas no espaço digital, em especial nas relações de gênero nas comunidades de *software* livre.

A essa categoria estão indexadas uma *blogueira* feminista e uma artista que, respectivamente, no *blog* e no site de hospedagem e partilha de imagens fotográficas (*Flickr*s), desenvolvem ações ou discussões feministas acerca de temáticas de seus interesses. Esses dois exemplos ampliam ações de cunho político e arte-feminista:

- *Escreva Lola Escreva* – criado em 1998, um dos primeiros *blogs* do país surgiu como um espaço de críticas cinematográficas e crônicas pessoais da Doutora em Literatura Inglesa, Lola Aronovich. Contudo, em 2009, o *blog* passou por uma modificação no foco das temáticas a serem tratadas pela blogueira, passando a discutir questões ligadas aos feminismos e temas relacionados ao racismo, homofobia e “cinema, literatura, política, mídia, bichinhos de estimação, maridão, combate a preconceitos, chocolate, e o que mais me der na telha” (ARONOVICH, S/D)⁷⁴;
- *Andros Hertz*⁷⁵ – numa página hospedada no *Flickr*, a artista Helga Stein cria e recria uma arte corporal na rede, através de álbuns de imagens fotográficas, organizados em séries de retratos e autorretratos dela mesma, “em que a identidade é questionada e o tempo e objeto/index são deixados para trás” (HERTZ, S/D, tradução minha⁷⁶);

2) Disseminação e comunicação

Essa categoria inclui exemplos de grupos, organizações e movimentos feministas que através de suas plataformas principais – sites ou *blogs*, associadas a redes sociais – disseminam e estabelecem comunicação com pessoas interessadas em conhecimentos e saberes feministas, além de noticiarem ações e atividades cotidianas que tenham a ver com estas temáticas.

- *Site Geledés* – criado em 2009, o site é um espaço do Instituto da Mulher Negra, cujo objetivo, através de publicações diversas, tem sido o “combate ao

⁷⁴ Disponível em (<http://escrevalolaescreva.blogspot.com/> Acessado em 24 de janeiro de 2015

⁷⁵ Disponível em <https://www.flickr.com/photos/helgastein> Acessado em 24 de janeiro de 2015.

⁷⁶ “where the identity is questioned and time and object/index are left behind.” (HERTZ, S/D). Disponível em <https://www.flickr.com/photos/helgastein> Acessado em 24 de janeiro de 2015. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/helgastein> Acessado em 24 de janeiro de 2015.

racismo, preconceito, discriminação e violência contra a mulher. Em defesa dos direitos humanos”⁷⁷;

- Blogueiras Feministas – esse *blog* é resultado de um grupo de discussão criado em 2010 por feministas que trocavam informações e debates sobre questões relacionadas com política e mulher. Contudo, “o grupo cresceu e surgiu a necessidade de se criar um *blog*, para espalhar nossas ideias e mostrar o quanto o feminismo é um movimento plural”⁷⁸. Atualmente, a equipe responsável apresenta o *blog* enquanto um espaço político, no qual são publicados textos que discutem feminismo em “suas pluralidades e particularidades”;
- Blogueiras negras – um espaço de publicações de mulheres negras e afrodescendentes, “reunidas em torno das questões da negritude, do feminismo e da produção de conteúdo”, que encontraram no ciberespaço um local de resignificação do “universo feminino afrocentrado através do registro de nossas histórias, nossas teorias e sentimentos [...] Mulheres de pena e teclado, reinventando a tela para que amplifique nossas vozes” (NUNES, S/D)⁷⁹;
- Blog Transfeminismo – um espaço de ativismo feminista “interseccional relacionado às questões Trans”, que nasceu da iniciativa de duas ativistas que propõe a discussão e crítica “em relação às questões de justiça social [*social justice*], questões trans*, feminismo interseccional, *transfeminismo*, corpo-positividade [*body-positiveness*], cissexismo, e outras formas de discriminação direcionadas aos corpos ou expressões de gêneros”⁸⁰;

3) Articulação e mobilização

Nessa categoria se destacam aquelas que se organizam para mobilizações que acontecem tanto no ambiente digital – *twittaço*, por exemplo –, ou através de plataformas específicas de campanhas – *Tumblr* –, ou ainda em ações no espaço

⁷⁷ Disponível em <http://www.geledes.org.br/geledes/> Acessado em 24 de janeiro de 2015.

⁷⁸ Disponível em <http://bloqueirasfeministas.com/> Acessado em 24 de janeiro de 2015.

⁷⁹ Disponível em <http://bloqueirasnegras.org/quem-somos/> Acessado em 24 de janeiro de 2015.

⁸⁰ Disponível em <http://transfeminismo.com/about/> Acessado em 24 de janeiro de 2015.

urbano, articuladas através de redes sociais, sites, *blogs* ou em grupos de *webmail*. São exemplos dessa perspectiva:

- Marcha Mundial das Mulheres (MMM) – criada no ambiente digital no ano de 2008, com o *blog* “ofensiva contra a mercantilização do corpo e da vida das mulheres”, a MMM na rede tinha como objetivo imediato: comunicar e articular suas ações e atividades no ciberespaço com outras militantes do Brasil e do mundo. Atualmente, com o slogan “feminismo 2.0 até que todas sejamos livres”, o *blog*, que agora recebe o nome da ‘marcha’, se coloca no ciberespaço “articulando o mesmo feminismo que marca presença nas ruas, entendendo que o virtual é mais uma expressão do real, e que as novas ferramentas da internet podem servir para potencializar ainda mais a nossa luta”⁸¹;
- Rede Feminista de Saúde – um *blog* criado pela Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos em 2010, enquanto um espaço de postagens de notícias acerca das temáticas de saúde, direitos sexuais e reprodutivos, especialmente sobre a legalização do aborto no Brasil. Na atualidade, a rede mantém o *blog* – apesar das publicações datarem de 2010 – e um site, no qual é realizado campanhas e publicações sobre ações e atividades da rede, bem como uma biblioteca com documentos sobre saúde das mulheres (normas técnicas, legislação, políticas e programas, marcos) e artigos, boletins, cartilhas, dossiês, jornais, documentos de estudo, entre outras publicações da rede;
- Marcha das Vadias – movimento que surgiu no Canadá, no ano de 2011, em protesto à violência contra a mulher, e que se espalhou pelo mundo a partir da conectividade entre militantes e ativistas de movimentos feministas e de mulheres. Um circuito ou uma conexão de redes (escolher) de redes, que chega ao Brasil ainda em 2011, através do anúncio numa página no *Facebook* da publicitária curitibana Madô Lopez, e da escritora paraguaia Solange De-Ré, levando mais de seis mil pessoas a confirmarem presença. Assim, numa difusão rápida e viral através das redes sociais, a Marcha das Vadias aconteceu em São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Itabuna e Recife

⁸¹ Disponível em <https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/na-rede/> Acessado em 24 de janeiro de 2015.

nesse mesmo ano e, em 2012, em Teresina, Salvador, além de outras cidades nos anos seguintes;

- Marcha das Margaridas – com uma página no *Facebook* e *Twitter*, desde junho e agosto de 2011, respectivamente, as organizadoras da Marcha das Margaridas vêm utilizando as redes sociais como ferramentas de divulgação e mobilização de trabalhadoras rurais e outros grupos de mulheres, em prol do “desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade para todas as mulheres”⁸²;
- Ppgneim2013.1 – organizado por mestrandas e doutorandas da turma 2013.1 do Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. O Ppgneim2013.1⁸³ abrange um site de Banco de Dados e uma página no *Facebook*⁸⁴. No primeiro é disponibilizado um material bibliográfico, artigos, *papers* e *links* acerca de estudos sobre mulheres, gênero e feminismos, inicialmente com referências de textos indicados nas disciplinas oferecidas pelo programa. Já a página do grupo no *Facebook* é um “espaço de interação (acadêmica) entre as/os mestrandas/os e doutorandas/os” com publicações diárias de eventos, material bibliográfico, editais, campanhas, entre outras discussões ligadas a temas feministas.

4) Formação

Experiências de formações são marcadas por ações e atividades voltadas para realização de cursos, oficinas, eventos, cujo objetivo é fomentar a participação e relação das mulheres com as Tecnologias de Informação e Comunicação. Além disso, a depender da proposta de cada um desses três exemplos que trago a seguir, essas ações são realizadas tanto no ambiente virtual como em atividades presenciais:

- LabDebug – criado em 2010, a partir de um projeto de Pesquisa e Extensão: “Mulheres e tecnologias: teoria e práticas na cultura digital” da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, esse “laboratório de

⁸² Disponível em <https://www.facebook.com/Marchadasmargaridas?fref=ts>. Acessado em 24 de janeiro de 2015.

⁸³ Disponível em <https://sites.google.com/site/ppgneim/>. Acessado em maio de 2013.

⁸⁴ Disponível em <https://www.facebook.com/groups/250249821783412/?fref=ts>. Acessado em maio de 2013.

práticas, ensaios e encontros”⁸⁵ propunha ser “um lugar de aprendizagem crítica, tanto despertando para uma visão crítica da tecnologia quanto do papel da mulher neste cenário. Pretendemos proporcionar a criação coletiva, produção artística e usos da tecnologia com o intuito de uma transformação sócio-política e de um empoderamento de grupos minoritários” (BRUNET; NATANSOHN, 2010);

- Mulheres na Tecnologia – organização sem fins lucrativos, composta por profissionais e interessadas na área de tecnologias de informação visando o aumento da participação de mulheres nesse campo. Criada em 2009, o grupo possui além do site, lista de discussões por e-mails e contas no *Facebook*, *Tiwtter* e *Linkedin*;

5) Outras

Há ainda ações ciberfeministas esporádicas através de campanhas e divulgações de eventos. Nessas, são criadas contas temporárias em redes sociais, principalmente no *Facebook*, ou em grupos de discussões, para exposição convites, inscrições, envio de fotos e certificados. A exemplo dos encontros do Seminário Internacional Fazendo Gênero, realizado em 2013⁸⁶, do 18º Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste⁸⁷ e o Simpósio Baiano de Pesquisadoras e Pesquisadores sobre Mulheres e Relações de Gênero, realizado em 2015⁸⁸, entre outros.

Por fim, construí uma linha do tempo (FIGURA 3) na perspectiva de sistematizar os eventos que marcaram o processo de surgimento do ciberfeminismo, desde as primeiras práticas políticas, perpassando as conferências ciberfeministas até as intervenções teóricas de algumas publicações brasileiras e internacionais. Um panorama histórico de alguns elementos que influenciaram o desenvolvimento e movimentação ciberfeminista no Brasil e no Mundo, cuja não linearidade reflete um processo multifacetado desse fenômeno: o ciberfeminismo.

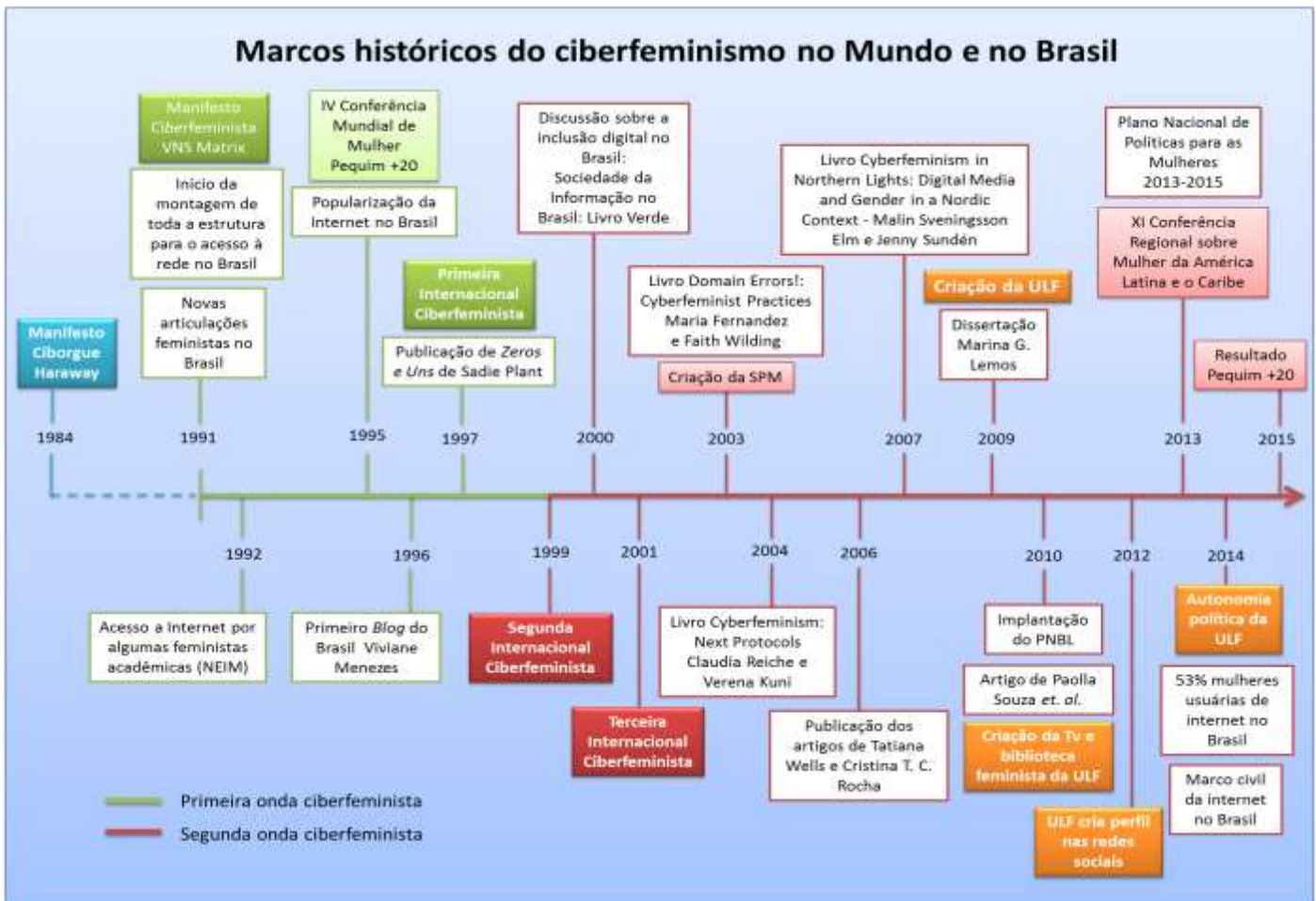
⁸⁵ Disponível em <http://labdebug.net/>. Acessado em 24 de janeiro de 2015.

⁸⁶ Disponível em <http://www.fazendogenero.ufsc.br/>. Acessado em 24 de janeiro de 2015.

⁸⁷ Disponível em <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor>. Acessado em 24 de janeiro de 2015.

⁸⁸ Disponível em <https://www.facebook.com/SimposioNEIM2015>. Acessado em 24 de janeiro de 2015.

FIGURA 3 – Marcos históricos do ciberfeminismo no Mundo e no Brasil



Fonte: Produção minha

Após ter discorrido sobre algumas experiências ciberfeministas brasileiras, é importante frisar que há um contingente maior e diversificado que merece ser explorado. No Capítulo a seguir, apresento uma análise detalhada sobre a rede Universidade Livre Feminista, a partir de uma observação sistemática desse projeto que surge exclusivamente no ciberespaço.

4. UNIVERSIDADE LIVRE FEMINISTA – UMA EXPERIÊNCIA CIBERFEMINISTA NO BRASIL

Meus primeiros contatos com a Universidade Livre Feminista (ULF) aconteceram em 2012, ano de lançamento oficial do Portal de Comunicação, quando eu fazia uma rápida pesquisa na internet sobre feminismo no Brasil. Na época, realizei um cadastro na página principal do portal e me tornei usuária dos conteúdos publicados na Universidade Livre. Passei a receber diariamente um *feed* de notícias no e-mail cadastrado. Mas, foi em meados de 2013, que a ULF passou a fazer parte de minha pesquisa enquanto objeto de estudo, quando o portal ainda estava sob a coordenação do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea). Trata-se de uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, cujos marcos políticos e teóricos são o feminismo, os direitos humanos, a democracia e igualdade racial, que atua nacional e internacionalmente em favor da cidadania plena para as mulheres e de relações de gênero igualitárias e fraternas, e que, além disso, luta de forma autônoma e não partidária, por uma sociedade e um Estado justos e democráticos⁸⁹.

Assim, transitando no contexto de uma pesquisadora comunicóloga, feminista e usuária do site, iniciei meus primeiros registros nos diários de campo e as entrevistas – instrumentos de coleta de dados escolhidos para meu estudo – com diversos questionamentos que acompanhavam minhas observações e inquietações sobre a Universidade Livre Feminista: Quando surgiu? Porque ‘universidade’? A que se propunha? Quem foram as/os idealizadoras/res? Quem participa e quem pode participar? É apenas um portal? O que postam nesse portal de notícias? Quais ações e atividades são desenvolvidas? São apenas mulheres? Além dessas, questões mais especificadamente sobre o uso que redes feministas tem feito das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), também suscitaram questionamentos, principalmente o porquê delas escolherem a internet para suas ações, ou ainda o que as TICs estavam possibilitando para elas.

À medida que era realizada a etnografia virtual do portal, a partir da observação sistemática do site entre maio de 2014 e janeiro de 2015, outras dúvidas

⁸⁹Disponível em http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1444&Itemid=94 Acessado em 08 de agosto de 2014.

foram aparecendo, que embasaram minhas observações e me ajudaram a entender esse espaço, isto é, um lugar pensado por e para mulheres e que por meio de uma rede *online* desenvolve suas atividades e lutas políticas.

A cada página acessada, a ULF foi se mostrando um projeto feminista de formação e comunicação, criado para dar suporte às diversas organizações, entidades, grupos e movimentos sociais que não dispunham de recursos para tal.

Assim, o percurso histórico de criação e desenvolvimento desse projeto coletivo serve de âncora para minhas reflexões sobre o uso que as redes feministas têm feito das Tecnologias de Informação e Comunicação e, principalmente da Internet. Entretanto, até a conclusão dessa dissertação, esses suportes tecnológicos que servirão de fontes, poderão sofrer alterações, haja vista que novos *softwares* e dispositivos vão surgindo e transformando a comunicação no ciberespaço. Por isso, evidencio que o repasse de como a Universidade Livre se encontra atualmente será apresentado a partir de observações realizadas entre maio de 2014 a janeiro de 2015.

4.1. A HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE LIVRE FEMINISTA – 2009 A 2015

Em direção a um espaço que começava a ser percorrido por organizações e movimentos de mulheres e feministas na primeira década dos anos 1990, surgiu em 2009, no Brasil, um portal de comunicação intitulado de Universidade Livre Feminista (ULF). Um projeto de mulheres que se propunha a uma construção coletiva e colaborativa de formação, informação e comunicação feminista, cuja ideia nascia a partir da dificuldade de captar recursos para realização de formações educativas feministas, mas principalmente, da necessidade de formar e comunicar conhecimento e saberes populares e acadêmicos, com base no pensamento e na prática política feminista.

A Universidade Livre Feminista surge enquanto um projeto de formação e comunicação entre mulheres e feministas de movimentos e ainda daquelas que nunca pertenceram a alguma estrutura política ou social. Um experimento de comunicação surgido numa reunião do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) – entidade idealizadora do portal – a partir da percepção de que diversas

entidades e organizações de mulheres e feministas ligadas ao centro vinham enfrentando dificuldades financeiras para manter e criar programas de formação e atividades educativas.

Os orçamentos escassos das organizações e movimentos feministas, especialmente em um contexto de redução do apoio da cooperação internacional às esses sujeitos, não tem [na época] permitido se investir em processos educativos feministas mais amplos. Processos capazes de produzir efeitos que impactem mais profundamente na qualidade da ação feminista e na quantidade de pessoas mobilizadas para essa ação [...] Processos mobilizadores da vontade política de milhares de mulheres que gostariam de se engajar mais intensamente em ações feministas e de catalisar a força política que emerge de novos grupos e militantes feministas, principalmente jovens, que tem ocupado ruas e outros espaços públicos e privados. Nesse contexto, pensou-se em reunir esforços que aumentassem as chances de superar essas dificuldades e ampliar a ação feminista de forma contundente. (PROGRAMA ULF, 2014, p.3).

Esses esforços refletiram na proposta de criação de um novo espaço político, educacional e cultural mantido e coordenado pelas próprias feministas, que possibilitasse mobilizar, formar e comunicar com e para mulheres do Brasil, da América Latina e de outros continentes. Portanto, um “universo livre” a todas as pessoas interessadas em ações feministas, engajadas em desconstruir e combater o poder patriarcal, racista, capitalista, etnocêntrico e heteronormativo predominantes na sociedade, a partir do uso que elas poderiam fazer das Tecnologias de Informação e Comunicação.

A partir da perspectiva de um processo contínuo de autoformação, a Universidade Livre Feminista foi “desenvolvida nos moldes das antigas universidades livres europeias” – organizada por movimentos de trabalhadoras e trabalhadores na luta pela opressão capitalista, no final do século XIX – e elaboradas a partir das possibilidades oferecidas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Essa ideia propunha uma universidade livre e feminista, baseada na rede mundial de computadores e no uso das TICs, em prol do fortalecimento do movimento feminista e da transformação das relações históricas de desigualdade vivenciadas pelas mulheres.

Um espaço, no qual mulheres e feministas pudessem além de desenvolver formações, promover a estruturação de uma rede de comunicação e informação, articulando o maior número de diferentes identidades e campos de atuação (político,

artístico, cultural, acadêmicos, comunitário), bem como estimular a troca de ideias, experiências e vivências subsidiadas pela luta feminista, na perspectiva de fortalecer esta ação política.

Para tal, o primeiro passo foi criar um espaço que pudesse viabilizar a existência da Universidade Livre Feminista na rede mundial de computadores. Assim, com o objetivo de contribuir com a fomentação e produção das ações educativas, culturais, artísticas e políticas, surge em 2009, concomitantemente a ideia da rede, o site de notícias, que pouco tempo depois se torna um portal de comunicação. A esse, foram acopladas outras ferramentas de comunicação e formação: primeiro a Plataforma Feminista de Formação, seguida da Biblioteca Feminista, da TV Feminista, por fim, das redes sociais *online*: *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e *Tumblr*.

Desde 2009, o portal de notícias da ULF passou a ser atualizado por um dos responsáveis pela comunicação do CFEMEA, Ivonio Barros, cujas publicações eram sobre atividades, intervenções, eventos e acontecimentos sobre as lutas de mulheres e feministas no Brasil e no mundo. Quase sempre retiradas dos *e-mails* da ULF e do CFEMEA, as notícias eram inseridas na íntegra, uma vez que, segundo Priscilla Brito, atual secretária executiva da rede, a grande demanda e o pequeno número de pessoas envolvidas com o projeto da universidade livre, não possibilitava a discussão das pautas, “o único critério de seleção era que tratasse de assuntos que tivessem ligação com feminismo ou movimento de mulheres” (PRISCILLA BRITO, 19 de novembro de 2014).

Já em 2010, após um ano desde a criação da Universidade Livre, foram acoplados ao portal de notícias, a Biblioteca Feminista – um espaço de documentação de materiais acerca de estudos feministas distribuídos em mais de 500 publicações de teses, livros, dissertações, entre outros textos disponíveis em formato digital – e a TV Feminista, onde são arquivados vídeos de produções brasileiras e estrangeiras que dão suporte as discussões e programas educativos da ULF, bem como de outras organizações de mulheres. Além dessas, foi criado o primeiro perfil da universidade numa rede social *online*, o *Twitter*, um site de publicações com textos de até 140 caracteres, que direcionam as/os usuárias/os para as demais ferramentas de comunicação da ULF.

Foi criado também em 2010 o primeiro curso de ensino à distância (EAD) da Universidade Livre, a Plataforma Feminista de Formação, na época intitulada de “Cursos e Debates”. Numa base técnica do sistema de *software* livre utilizado em processos EAD, *Moodle*, essa formação foi direcionada às gestoras participantes de conselhos de direito das mulheres e ativistas feministas, consolidando assim tanto a formação quanto a realização de cursos *online*, conferências livres e debates em *chats*, conforme a descrição da rede no portal de notícias:

Ali vimos que as expectativas quanto à demanda e à vontade das mulheres em participar de processos de formação com referenciais feministas estavam corretas, o que nos animou a seguir com a proposta. Por isso, em 2012, lançamos oficialmente a Universidade Livre Feminista na expectativa de que ela se consolide como um instrumento de enfrentamento às dificuldades financeiras e políticas que têm afetado sobremaneira todo o movimento feminista independente, especialmente no que se refere à formação. (PORTAL, 2014).

Associado a essas expectativas foi criado em 2012 o perfil da Universidade Livre no *Facebook*, e em 2014, no *Instagram*. Além disso, também em 2014, foi criada a primeira campanha da Universidade Livre na plataforma do *Tumblr*: “O que você aprendeu com o feminismo?”, uma plataforma para campanhas curtas que permite receber pequenos diálogos de usuárias (os) através de textos, imagens, vídeos, *links* de citações e áudio.

Neste percurso, a introdução desses suportes de comunicação anexados ao portal de notícias, seja como espaços de publicidade, divulgando atividades da ULF ou notícias publicadas no portal, ou até mesmo recebendo e repassando informações e sugestões de pautas, têm possibilitado a articulação, comunicação e atividades educativas com mulheres de diversas partes do mundo, bem como de diferentes gerações, etnias, orientações sexuais, diante da dinamicidade e rapidez possibilitada por essas ferramentas.

Por conseguinte, a adesão desses suportes, conjuntamente com as propostas de consolidação de uma rede feminista libertária, coletiva e colaborativa, e a ideia de ampliação do projeto, fez com que no início de 2014 a Universidade Livre Feminista deixasse de ser uma ação pensada e anexada exclusivamente às atividades do Centro Feminista de Estudos e Assessoria para ser uma rede independente. Mantendo, entretanto, o posicionamento político de um feminismo múltiplo, assim

como sua característica principal de formar, informar e comunicar mulheres do Brasil e do mundo, principalmente aquelas que não têm vivência em grupos, entidades e movimentos de mulheres ou feministas. Nesse sentido, Beth Ferreira, uma das secretárias executivas da ULF, em entrevista, descreve um pouco dessa experiência:

Esse grupo que vem pensando e essas mobilizadoras que têm chegado junto [...] tem como elemento central, até mesmo como princípio feminista, respeitar a autonomia e liberdade de cada mulher; então, nós buscamos um projeto feminista que não tenta enquadrar todas numa só linha política. Numa das reuniões que tivemos, por exemplo, discutimos que é importante a gente ter uma linha política feminista, mas que seja uma “linha de nalho” – que, ao mesmo tempo em que é forte, é flexível – que seja possível a gente incorporar várias visões desde que elas não se opunham ao elemento principal de nosso feminismo que é ser um feminismo antipatriarcal, antirracista, anticapitalista e anti-heteronormativo. Assim, há várias linhas do feminismo que se encontram nesse campo e isso vai depender muito da postura de cada pessoa. Do ponto de vista acadêmico, por exemplo, tem várias teorias e elas podem ser usadas nessa linha ou não, mas eu diria que esses quatro elementos seriam os elementos centrais desse feminismo que a gente defende. (BETH FERREIRA, 26 de novembro de 2014).

Essas mudanças refletiram então na base de sustentação da ULF. No início, foi criada uma coordenação responsável pela parte técnica, política e de mobilização, chamada de Secretaria Executiva, composta pelas feministas Beth Ferreira – educadora e militante da Articulação das Mulheres Brasileiras e do Fórum Cearense de Mulheres – e Priscilla Brito – formada em Ciências Políticas, participa da Articulação das Mulheres Brasileiras desde 2011, quando na época era da coordenação acadêmica do Diretório Central de Estudantes na Universidade de Brasília –, ambas atuam respectivamente do Ceará e Rio de Janeiro. Além dessa secretaria, a ULF conta com o apoio de uma equipe de suporte técnico, que mantém o portal (incluindo as atividades de formação *online*), a Biblioteca e a TV feminista. Essa equipe, que está com a ULF desde janeiro de 2014, após edital de seleção para o suporte técnico, é acompanhada pela programadora e militante feminista, Vanessa Guedes de São Paulo. Ela é responsável também pelo desenvolvimento e manutenção dos sistemas de informação, além do suporte às atividades de comunicação realizadas via internet.

Ademais, foi constituída uma rede de colaboradoras, que reúne educadoras populares, técnicas de ONGs, professoras universitárias, militantes de movimentos, comunicadoras, artistas, entre outras profissionais, na perspectiva de colaborarem, tanto voluntariamente quanto através de contratos, para realização das atividades da ULF. Além disso, esse grupo é responsável pela produção de materiais para os cursos e outras ações da rede, assim como pelo desenvolvimento de mobilização e organização de eventos.

Por fim, essas mudanças consolidaram a introdução de uma “Coletiva Dinamizadora”, que tem como função articular a rede num processo expansivo, fomentando diálogos e angariando recursos para a concretização das propostas de ampliação da Universidade Livre. Atualmente, a dinamizadora é composta por representantes do SOS corpo, Coletivos Cunhã, Leila Diniz, Cfemea e pela Secretaria Executiva. “A ideia é que o Cfemea assuma um lugar igual das demais organizações, ou seja, mesmo peso político” (PRISCILLA BRITO, 19 de novembro de 2014). Além disso, a proposta é que a coletiva se renove ao passo que a Universidade Livre Feminista vá crescendo e tendo a adesão de outras entidades.

Essa estratégia de reestruturação revelou-se impactante também noutras ações da Universidade Livre Feminista, que intensificou o uso das tecnologias digitais em suas campanhas, divulgação e cobertura de eventos, publicações, cursos e contatos com outras mulheres e feministas brasileiras e de outros países. Durante o ano de 2014, por exemplo, foi realizada a reconfiguração do *layout* do portal, da plataforma *Moodle* dos cursos e formação e da Biblioteca Feminista, além disso, ampliou-se a utilização das redes sociais *online*, conforme enfatizou Priscilla Bitto (2014):

Acho que hoje não tem como ignorar as Tecnologias de Informação e Comunicação, por isso precisamos entrar nesse lugar e entrar consciente dos seus limites. [Entretanto] o acesso e democratização da internet ainda é uma questão delicada aqui no Brasil; e o monopólio das grandes empresas que mantém as redes sociais (tipo o *Facebook*) também são outras questões. Tudo isso está dentro de uma reflexão anticapitalista que precisa ser feita, pois precisamos caminhar no sentido de construir uma formação que dialogue com isso e que se posicione criticamente. [Por isso,] lutamos pela democratização da comunicação, pelo *software* livre, por comunicação livre, internet para todo mundo. Essas são dimensões importantes de nossa luta, porque quando a gente entrou na internet a gente se deparou com isso: ao mesmo tempo em que criticamos, precisamos ir dialogando, uma vez que as pessoas estão ali,

algumas produzindo conteúdo no *Facebook*, outras em *Blogs*, e a gente também fazendo parte disso de um jeito consciente e coletivo, promovendo as ações políticas do movimento feminista e de mulheres. (PRISCILLA BRITO, 19 de novembro de 2014).

Essa democratização da comunicação citada por Priscilla inclui ainda a produção de conteúdos próprios, tanto a partir da informação das temáticas consideradas prioritárias pela rede, como também apoiando campanhas e ações de outros espaços feministas. Possibilita, assim, o acesso a textos de reflexão comum aos conhecimentos nesta área, produzidos por feministas.

As modificações incidiram também num dos objetivos da Universidade Livre, que é o de mobilizar o maior número de mulheres possível. A partir dessas reconfigurações houve um significativo aumento no número de acessos das (os) usuárias (os), que atualmente ultrapassa 5.000 visualizações diariamente no portal de notícias e, aproximadamente 8.000 nas redes sociais. Entre maio e novembro de 2014, por exemplo, foram 17.471 acessos, dos quais 12.607⁹⁰ acessaram pela primeira vez, o que pode ser reflexo da inserção das redes sociais, responsável por 5.830 dos acessos no portal (TABELA 1) e ainda, a expansão da assinatura de telefonia celular⁹¹, que em 2014 chegou a cerca de 280 milhões no Brasil (BANCO MUNDIAL, 2015).

⁹⁰ Dados repassados pela Secretaria Executiva da Universidade Livre Feminista. Cabe evidenciar que elas têm acesso a essas informações do perfil e acesso das/os usuárias/os através de *softwares* específicos de estatísticas disponíveis pelos respectivos programas e/ou sites utilizados, ou seja, a partir do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação saber quem, de onde, quando e horários dos acessos a rede.

⁹¹ Assinaturas de telefonia celular são assinaturas de um serviço público de telefonia móvel usando a tecnologia celular, que fornece acesso à rede telefônica pública comutada. Estão incluídas assinaturas de serviço pós-pago e pré-pago. (BANCO MUNDIAL, 2015).

Quadro 1 - Estatísticas de busca do site na internet: entre maio e novembro de 2014

Tipo de acesso	Buscas
<i>Organic Seach</i> - A/o usuária/o clicou no link em alguma rede social	5.830
<i>Direct</i> - A/o usuária/o digitou o site diretamente no navegador	5.395
<i>Organic</i> - busca feita por palavra-chave na internet	3.986
<i>Referral</i> - A/o usuária/o clicou no link em algum outro site	2.218
<i>Other</i> - A/o usuária/o está usando algum mecanismo que bloqueia a interceptação dessa informação	42
Total de visualizações	17.471

Fonte: Universidade Livre Feminista

Quando se trata do perfil das (os) usuárias (os) da Universidade Livre Feminista, incluindo as pessoas participantes dos cursos, os números apontam também para uma significativa adesão e presença de mulheres. Por exemplo, no perfil do *Facebook*, 87% das (os) que acompanham a página na internet são mulheres, enquanto que os homens representam apenas 11% – o restante não identifica o sexo. Essas porcentagens equivalem à pesquisa de contabilidade feita desde a inscrição do perfil da Universidade Livre no *Facebook*, que data de 6 de janeiro de 2012. No que se refere às demais redes sociais, *Instagram* e *Twitter*, essas agregam pouco mais de 500 pessoas seguindo oficialmente a Universidade Livre, considerando o mesmo período. Além disso, a ULF conta com cerca de 3.000 pessoas inscritas em sua rede e mais de um milhão de visitantes na biblioteca virtual, desde a criação.

Todo esse processo de reconfiguração da Universidade Livre Feminista foi embasado na sistematização de um conjunto de novas propostas de consolidação de uma rede ampla que pudesse articular diferentes sujeitas e sujeitos numa ação “político e pedagógica libertária”. Essas propostas foram estabelecidas no *Programa Especial da Universidade Livre Feminista: formação para transformação social*, produzido em fevereiro de 2014 pelas idealizadoras e colaboradoras da rede. Nesse programa, elas enfatizam grande parte das perspectivas de transformações da rede, conforme reforça a secretária Beth Ferreira (2014):

A gente está passando por mudanças na perspectiva de se constituir como um sujeito com identidade própria; um projeto próprio. Ou seja, não somos mais uma ação do Cfemea (apesar dele continuar construindo conjuntamente conosco) e com outras organizações e também com outras mulheres, ou seja, não só com organizações, pois a ideia é que as mulheres individuais também possam construir esse projeto. Então essa é a principal mudança que a gente vem passando, com um modo de funcionamento próprio. Outras mudanças que a gente vem fazendo são como a gente desenvolve e aproveita melhor essas tecnologias, nas quais circulam muita informação, entretanto, apesar de ser um processo de fácil acesso para muita gente, ainda tem seus limites – os próprios processos de formação à distância em universidades apontam seus limites quanto o acesso e permanência das pessoas nos cursos, e isso também é um desafio para a gente mobilizar. Por isso, estamos reorganizando para que nossa estrutura esteja mais disponível pros movimentos e não seja uma coisa de um grupo apenas, a nossa expectativa é de que a ULF e seus canais de comunicação estejam acessíveis para outros grupos e movimentos de mulheres, especialmente a Plataforma de Formação, a Biblioteca e a TV – esses últimos são importantes canais de subsídios para os processos de formação. [Além disso] a gente espera fazer parcerias com outras organizações para ampliar os processos de formações, pois como somos uma organização em rede e que não tem uma institucionalidade legal própria – no caso de um CNPJ – pois optamos por isso, a gente vem trabalhando a partir de processo colaborativo. Por isso, a parceria com outros grupos e com outras organizações vai ser fundamental para instituir a ULF como esse espaço de formação e circulação de informação sobre o feminismo. (BETH FERREIRA, 26 de novembro de 2014).

Tal construção e perspectivas possibilitaram estruturar três diretrizes centrais que incluem estratégias e ações no enfrentamento aos novos desafios da Universidade Livre enquanto uma rede independente: 1) formação política feminista para a transformação social; 2) articulação entre diferentes sujeitas (os) para ações em rede de formação e “ativismo” político; 3) fortalecimento institucional da Universidade Livre Feminista.

Para a efetivação de cada uma dessas diretrizes, foram estabelecidas estratégias e ações. Primeiramente, promover e/ou apoiar processos de formação, através do sistema de Educação à Distância, com o objetivo de gerar, catalisar e impulsionar processos de formação, produção de conhecimentos e aprendizagens livres através da internet, redes sociais e outras tecnologias de informação e comunicação. Além disso, essa estratégia inclui ainda quatro ações distintas, porém conectadas:

1) Realização de cursos *online* – atividades de formação política, realizadas a partir de um tema, geralmente com inscrições abertas para todo o país. Nos cursos são formadas turmas que podem ser acompanhadas e dinamizadas por educadoras para estimular a reflexão e a troca de experiências entre as participantes, além de aportar conteúdos em consonância com os debates. Há, também, os cursos sem educadoras; nestes, as/os cursistas contam com um sistema que auxilia na realização das ações necessárias para que sejam concluídas. Atualmente, por exemplo, acontece a segunda turma do curso “Feminismo com quem tá chegando”, que recebeu mais de mil inscrições em 24 horas;

2) Realização de conferências livres – debates transmitidos *online* para discutir questões relativas ao contexto político e das lutas feministas. Através da transmissão de vídeo ao vivo ou gravado, uma ou duas pessoas fazem apresentações ou provocações para estimular o debate sobre o assunto em questão. Já as demais participantes, de qualquer parte do país ou do mundo, podem interagir através do sistema de *chat*, ou com as mobilizadoras que estejam utilizando o vídeo gravado;

3) Manutenção e ampliação da Biblioteca Feminista – tem o intuito de conservar e colocar à disposição de quem visita o sítio da Livre Feminista e/ou participa de seus processos de formação textos, documentos, teses acadêmicas, livros, cartilhas, artigos, relatórios etc.;

4) Manutenção e ampliação da TV Feminista – tem como objetivo dar suporte e estimular debates e processos educativos: cursos, debates, rodas de discussão etc.

Outro direcionamento proposto foi a promoção de diálogos entre ativistas feministas e não feministas, na perspectiva de facilitar a conexão entre pessoas, em especial, as mulheres, promovendo o compartilhamento e intercâmbio de experiências, bem como a construção de estratégias comuns de luta política, a partir dos distintos lugares em que se situam os movimentos de mulheres, a academia, o poder público e os movimentos populares, estimulando a análise e mapeamento de situações específicas às lutas feministas. A primeira ação dessa estratégia foi a realização do *I Encontro de Colaboradoras da Universidade Livre Feminista*, que aconteceu em Brasília, nos dias 24 e 25 de setembro de 2014, cuja pauta principal foi discutir o futuro da rede.

Cabe evidenciar que essa experiência de “diálogos” toma como referência os debates promovidos pela *Articulacion Feminista MarcoSur* em diversas edições do Fórum Social Mundial, desde 2001 – diálogos Intermovimentos, diálogos interculturais, diálogos feministas – e seguido em várias iniciativas da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), inclusive em parceria com a Universidade Livre. Ademais, as pretensões da rede são de avançar nessas propostas, adaptando o formato presencial para eventos *online* de debate e reflexão que ampliem o diálogo entre diferentes sujeitos do feminismo; além de “sessões de inquietação”, que seriam debates *online*, curtos, onde uma pessoa é convidada a inquietar, provocar, agitar determinados assuntos ou questões. São provocações ao pensamento e à ação feminista (PROGRAMA ULF, 2014, p.6).

Com o objetivo de apoiar, fortalecer e colaborar com a expansão da criação libertária artística e cultural das mulheres que estão na luta por transformação social, foi estabelecida também a realização e/ou apoio às iniciativas de “ativismo” feminista, a partir de atividades – teatro, a música, o vídeo, a fotografia, a poesia, a *performance*, o grafite e outras intervenções artísticas – que reúnam mulheres artistas para a reflexão coletiva, troca de experiências, intercâmbio de conhecimento, construção e realização de ações “contraculturais feministas”.

Essas propostas incluem, ainda, a construção da cartografia dos ‘ativismos’ realizado por mulheres ou grupos feministas no Brasil e na América Latina, a partir do mapeamento *online* das diversas formas de “ativismo”. Para isso, desde dezembro de 2014, a Universidade Livre, em parceria com o Mapa de Coletivos de Mulheres (MAMU) vem realizando esse mapeamento, cujo *software* está aberto para que as próprias artistas participem de sua construção e atualização permanente, promovendo a comunicação e articulação entre as diversas experiências. Desenvolvido em *software* livre, pela *WordPress*, *OpenStreetMap* e customizado pelo *TemaJEO*, esse site é um mapa, que possibilita visualizar cada um dos pontos de grupos, organização, projeto, movimento, ação e com informações básicas sobre cada iniciativa, por exemplo, onde está localizada, como se organiza, ações que desenvolve, formas de contato⁹².

Por fim, todas essas modificações demonstram a tentativa de ampliar as condições de auto-sustentação institucional e financeira da Universidade Livre

⁹² Disponível em <http://feminismo.org.br/movimentos/> Acessado em 08 de agosto de 2014.

Feminista, no intuito de fortalecer organizacional e institucionalmente a rede, para que esta se consolide como uma autogestão. Tal proposta constituiu a rede de colaboradoras, e consolidou a coletiva dinamizadora e a secretaria executiva como os eixos principais da Universidade Livre para a efetivação das ações, publicações, articulações e formação de/com/para mulheres e feministas do Brasil e do mundo. Tendo em vista o histórico traçado sobre a Universidade Livre Feminista, assim como as novas bases que a definiram, busco evidenciar e descrever, a seguir, o processo de adesão das diversas ferramentas de comunicação e informação, a partir das TICs.

4.2. A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE LIVRE FEMINISTA NA INTERNET

Todas as estratégias, objetivos e ações estabelecidas no Programa Especial da Universidade Livre Feminista – formações para a transformação social, produzido pelas idealizadoras e colaboradoras da rede – estão alinhadas ao portal e às demais ferramentas de comunicação, informação e formação da Universidade Livre Feminista (ULF). Ou seja, essa reconfiguração encontra nos suportes tecnológicos da ULF espaços para a efetivação das atividades da rede.

Assim, farei a descrição de cada um desses suportes baseada nos diários de campo escritos entre maio de 2014 e janeiro de 2015 e entrevistas realizadas com as responsáveis pelo portal, redes sociais e pelos cursos e formação, Priscilla Brito e Beth Ferreira e ainda com a responsável pelo desenvolvimento e manutenção dos sistemas de informação e comunicação realizadas via internet, a Vanessa Guedes.

Deste modo, a descrição destes suportes tem como um dos objetivos dar continuidade ao histórico do desenvolvimento da Universidade Livre, como também, mostrar a possibilidade de entender como essa rede *online* tem feito uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), a partir da Internet.

4.2.1. O Portal

O portal é o principal suporte tecnológico da rede, ao qual estão acopladas as demais ferramentas de comunicação: Plataforma de Educação à Distância, TV e Biblioteca Feminista e redes sociais *online*, e recebe mais de cinco mil acessos diários, cujas publicações de textos, vídeos e imagens tratam de temas ligados a questões da luta feminista. Além disso, a partir do uso das tecnologias digitais, tem se estruturado como um espaço de comunicação, informação e formação, que através da conexão *online* de, com e para, mulheres feministas e não feministas, a partir da perspectiva de potencializar o fomento às mudanças nas relações de gênero, tanto no ambiente virtual como no off-line.

Para este tópico – mediado pelas “lentes” de uma jornalista, usuária e pesquisadora – exponho uma breve caracterização do portal Universidade Livre Feminista. Se em 2009 funcionava apenas como um site de notícias, atualmente o portal dispõe de um importante espaço de divulgação, articulação, disseminação e comunicação de práticas feministas e de mulheres brasileiras e estrangeiras, bem como de formação a partir de uma “pedagogia feminista”.

Assim, a partir de uma observação sistemática, realizada entre maio de 2014 e janeiro de 2015, pude perceber que o portal apresenta uma plataforma visual que dispõe de variados caminhos multimídia – textos, fotos, vídeos, *links* para apresentação dos conteúdos – disponibilizados tanto numa peça informativa principal, como separadamente em 13 editoriais: *Últimas notícias; Todas as notícias; Ativismo, Campo e Cidade; Ciência; Corpo; Direito; Educação; Comunicação; Em debate; TV Feminista, Biblioteca e Formação*. Na página principal do portal encontram-se, ainda, acessos às redes sociais da Universidade Livre Feminista – *Facebook*⁹³, *Twitter*⁹⁴, *Instagram*⁹⁵ e *Tumblr*⁹⁶, conforme evidenciado na Figura 4.

⁹³ Disponível em <https://www.facebook.com/universidadelivrefeminista> Acessado em 08 de agosto de 2014.

⁹⁴ Disponível em <https://twitter.com/Ulivrefeminista> Acessado em 08 de agosto de 2014.

⁹⁵ Disponível em <http://Instagram.com/ulivrefeminista> Acessado em 08 de agosto de 2014.

⁹⁶ Disponível em feminismohoje.tumblr.com Acessado em 08 de agosto de 2014.

FIGURA 4 - Layout da página principal 2014

The screenshot displays the homepage of the 'Universidade Livre Feminista' website. At the top, there is a navigation bar with the site's logo and menu items: 'Início', 'Feminismo', 'Arquivos', 'Como participar', and 'Contato'. Below the navigation is a large banner image showing a group of people at a protest, with text that reads 'Conheça a Universidade Livre Feminista'. To the right of the banner are three vertical panels: 'Formação' (with a pencil icon), 'Biblioteca' (with a book icon), and 'Agenda' (with a calendar icon). Below these panels is a section titled 'Últimas notícias' featuring a '#FEMINISMO' hashtag, a pink female symbol, and several article snippets. Further down, there is a 'TODAS AS NOTÍCIAS' section with sub-categories like 'ARTIVISMO', 'CAMPUS E CIDADE', 'CIÊNCIA', 'CORPO', 'DIREITO', 'EDUCAÇÃO', and 'COMUNICAÇÃO EM DEBATE'. At the bottom, there are video thumbnails, a 'TV FEMINISTA' logo, and social media links for Facebook and Twitter.

Igualmente, 71 subeditorias intituladas no portal de categorias estão dispostas numa caixa, na qual pode selecionar uma a uma. Essas tratam de temáticas abordadas nos feminismos e, à medida que novas matérias são publicadas, outras “categorias” vão surgindo e juntando-se às demais: *Aborto legal; Amor; Arte; Ativismo, Atendimento às mulheres; Bancada Religiosa; Beleza; Bolsa estupro;*

Campo e Cidade; Carreira, Cinema, Condições dos hospitais; Constituinte exclusiva; Corpo; Criminalização dos movimentos sociais; Cultura; Cyberativismo; Direito; Direito ao aborto; Direito ao nosso corpo; Direitos sexuais reprodutivos; Eleições; Em debate; Encontro feminista; Espaços de representação; Estatuto do nascituro; Estupro; Favelas; Legalização do aborto; Legislativo, Executivo e Judiciário; Lei Maria da Penha; Lésbicas; Lesbofobia; Machismo; Mais mulheres no poder; Maternidade; Meio Ambiente e ecofeminismo; Movimento estratégico pelo Estado laico (MEEEL); Movimento feminista; Movimentos; Objetificação; Patriarcado; PEC das domésticas; Pequim +20; Periferia; Plebiscito; Política Institucional; Políticas Públicas; Preconceito racial; Privatização da saúde; Racismo; Reforma política e eleições; Relacionamentos; Relações livres; Religião e Estado laico; Representação política; Rio +20; Saúde; Sem categoria; SUS; Teoria Feminista; Todos os Posts; Trabalho; Trabalho doméstico; Transfeminismo; Variedades; Vaticano; Violência contra as mulheres; Violência doméstica; Violência Sexual; e Entrevista.

Além disso, a tela inicial está disposta como se estivesse dividida em quatro partes, uma vez que, para ver a tela completamente, precisei, na barra de rolagem (à direita da tela), clicar quatro vezes para ter acesso à completa página principal do portal. Conforme observado na figura 5, na primeira parte da página inicial tive acesso às informações sobre o portal – histórico, metodologia, atividades, e breves descrições sobre a formação, a biblioteca e a TV feminista; a história do movimento feminista a partir de datas importantes, traçada numa linha do tempo, através de uma ferramenta chamada *TimelineJS*, que permite a construção visual de cronogramas interativos, cujo código está aberto e disponível em 40 idiomas; informações sobre a perspectiva da Universidade Livre sobre o “ativismo”, que é estimulado e debatido pela rede; além da disposição de como participar da ULF e os contatos da rede. Todos esses distribuídos em *Tags* específicas no cabeçalho do portal: Sobre, Feminismo, Ativismo, Como participar e Contato. Há ainda nessa página uma área designada para pesquisa de matérias do próprio portal, que pode ser feito a partir do uso de palavras-chave.

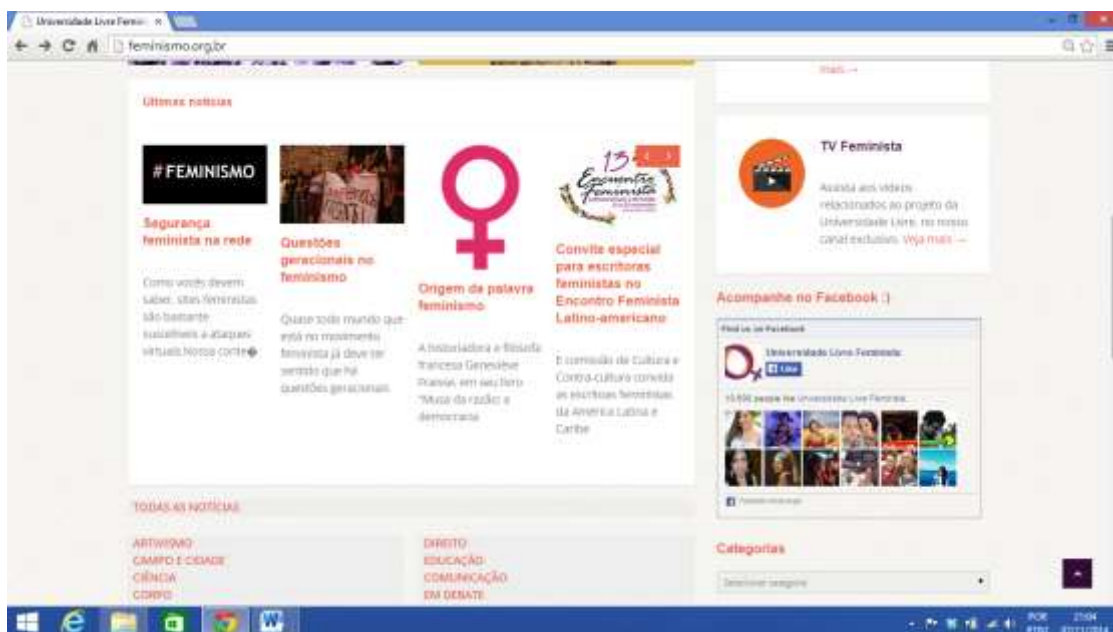
FIGURA 5 – Layout da página principal 2014 (1)



Nesse mesma imagem, logo abaixo da descrição, duas outras fazem referência direta a ações desenvolvidas pela Universidade Livre: a campanha “O que você aprendeu com o feminismo?”, que está associada ao *Tumblr*; e a outra sobre o curso “Feminismo com quem tá chegando”. Ainda nesta página, no lado direito da tela, três links que me levaram a outras ferramentas de comunicação e formação da rede, cujos títulos se referem aos respectivos suportes: Formação, Biblioteca Feminista e Agenda, nesta última, são divulgados eventos feministas: seminários, palestras, cursos, congressos, manifestações, atividades culturais etc.

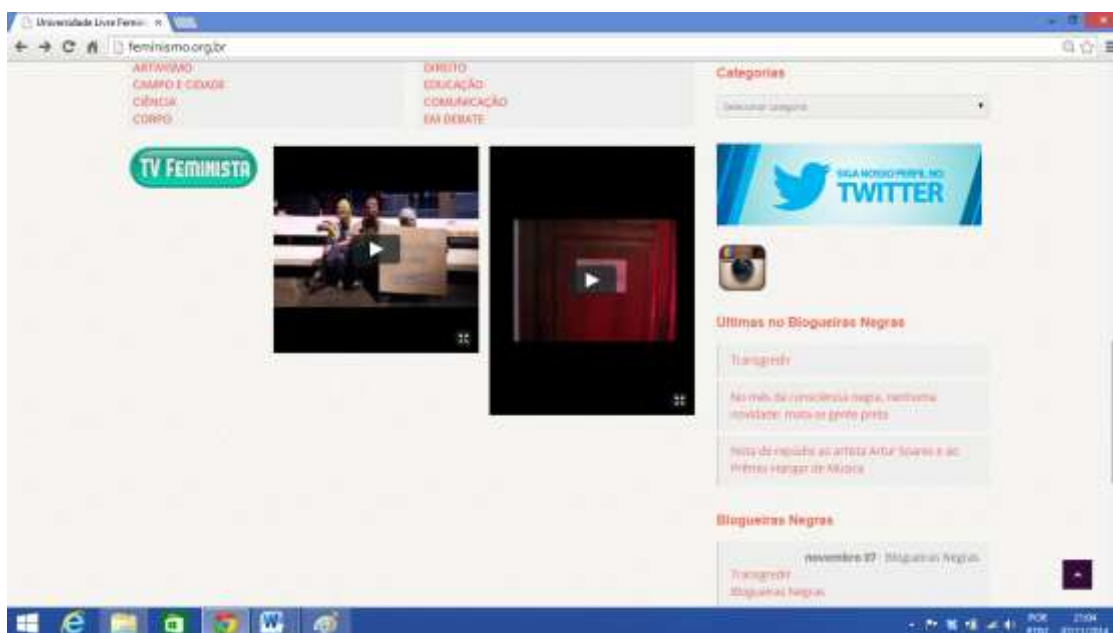
Já no segundo clique, assim como destacado na Figura 6, acesso a editoria *Últimas Notícias*, cujas publicações estão dispostas em quatro matérias principais, com seus respectivos títulos, imagem e um breve resumo do assunto da notícia. Ainda nessa página, há *links* direcionados à TV Feminista, este que disponibiliza noutra plataforma mais de quatro mil vídeos; e para o *Facebook*.

FIGURA 6 - Layout da página principal 2014 (2)



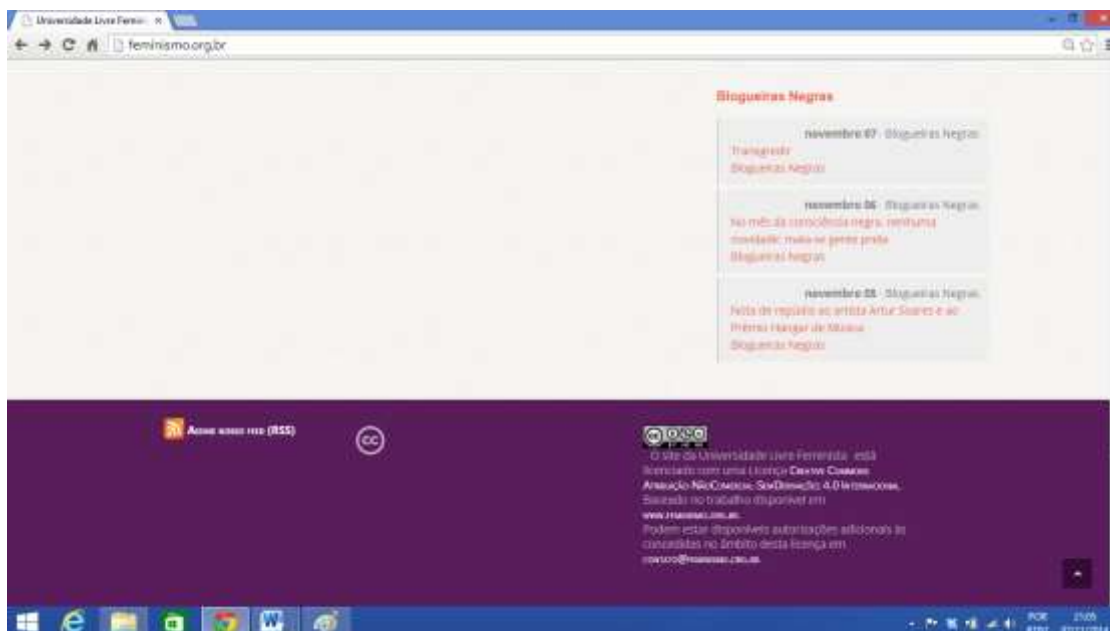
Ademais, conforme destaca a Figura 7, observo nove editorias principais, além das 71 categorias já citadas, assim como ao *Twitter* e *Instagram*, seguido do *link* de acesso às colaboradoras.

FIGURA 7 – Layout da página principal 2014 (3)



Já o quarto e último clique me levou à assinatura do *feed* de notícias (RSS⁹⁷) e ao rodapé do portal, onde são disponibilizadas informações sobre o licenciamento (Figura 8).

FIGURA 8 – Layout da página principal 2014 (4)



Outro fator observado foi que o material publicado, pode ser recuperado pelas (os) usuárias (os) a partir da 'memória' do arquivo do portal, isto é, ao selecionar as categorias, as notícias aparecem em ordem cronológica de publicação – essa é uma das ferramentas que possibilita ter acesso, aos assuntos de interesse da (o) internauta sem necessitar abrir diversas publicações.

Contudo, a grande quantidade de materiais recebidos através do *e-mail*, redes sociais e grupo *webmail*, desencadeou a necessidade de seleção das publicações colocadas no portal, como destaca Priscilla Brito (2014):

A gente fez uma mudança. Antes a gente publicava tudo de todo mundo, daí, começamos a discutir que era um problema para os sites que a gente copiava e colava o conteúdo, pois algumas publicações desses sites desaparecem ou mudam e não conseguimos resgatar esse conteúdo [...] Agora o conteúdo que vai para o portal geralmente é definido por mim ou pela Beth, atuamos como editoras do site, pois recebemos muita coisa de colaboração

⁹⁷ *Really Simple Syndication* ou simplesmente RSS é um padrão desenvolvido em linguagem XML que permite a divulgação de notícias de sites e blogs através da transformação dessas em links, que resumida ou na íntegra, são armazenadas em arquivos de extensão *xml*, *.rss*, *.rdf*, ou noutras extensões. Esse arquivo é conhecido como *feed* ou *feed RSS*.

pelo e-mail e grupo de discussão, de pessoas que mandam para a gente divulgar. Geralmente eu posto coisas que tenham a ver com formação feminista, tipo: dicas de livro, às vezes vários links sobre um mesmo tema que circulavam ou que teve blogagem coletiva também nos pautam [...] Assim, tiramos os conteúdos que eram só copiados, e para tentar superar isso a gente tá tentando ver como deixar um *feed* desses blogs no site, para que a pessoa acesse o site da Universidade a chamada, mas quando clica vai direto para o portal. A Nessa [Vanessa Guedes] está fazendo uns testes para ver o que funciona melhor. (PRISCILLA BRITO, 19 de novembro de 2014).

Esse *feed* de notícias, que já foi incorporado ao portal, também disponibiliza para as (os) usuárias (os) quatro publicações dos *sites e blogs* de parceiras e colaboradoras da Universidade Livre: Blogueiras Negras, Blogueiras Feministas, Cfemea, SOS Corpo e Coletivo Cunhã. Há ainda dois *links* – em fase de testes – que dão acesso a filmes e músicas de temas que abordam direta ou indiretamente debates feministas. O interessante dessas últimas inserções no portal de comunicação é que as (os) usuárias (os) também podem colaborar, enviando sugestões para a Universidade Livre. Além disso, as discussões para a introdução desses *links* foram realizadas no *google groups*: “Primavera Feminista”, da rede.

Constatei, ainda, que existe um espaço para inserção de comentários das (os) internautas logo abaixo de cada publicação, que requer a identificação do *e-mail* de quem está comentando, ou seja, um prévio cadastro. Há também a possibilidade de compartilhamento e envio das respectivas matérias via *links* de redes sociais e serviços de *webmails*, sendo essa uma das formas de interação permitida ao (o) leitor (o).

Por fim, os diários de campo, construídos a partir da observação do portal, permitiram constatar as minhas primeiras evidências coletadas sobre a Universidade Livre Feminista, desde os editoriais, notícias publicadas – estas que seguem um padrão com título, cores, dia, mês e ano, *tags*, comentários, autores (as) –, possíveis espaços de compartilhamento dos conteúdos, temáticas trabalhadas até informações sobre a rede e acesso aos demais suportes de comunicação, formação, compilação e informação da Universidade Livre, esses que serão descritos nos tópicos seguintes.

4.2.2. Formação

Criado em 2010 (FIGURA 9), a Plataforma de Cursos e Formação *online* da Universidade Livre Feminista é um espaço designado para o desenvolvimento de cursos, conferências livres, fóruns de discussões, debates, diálogos e outras atividades de formações políticas, cuja metodologia está fundamentada no que elas chamam de “práxis educativa feminista”.

FIGURA 9 – Layout de 2010 da Plataforma de cursos e debates



Reconfigurada em 2013 (FIGURA10), esse espaço de ensino-aprendizagem que, utilizando as Tecnologias de Informação e Comunicação, acontece através de uma base técnica do sistema *Moodle*⁹⁸, utilizada em processos de Educação à Distância (EAD), concentra-se em estimular a troca de experiências a partir das relações sociais de gênero, de raça/etnia, classe, e das dimensões da sexualidade e geração, a partir da compreensão de que “o pessoal é político”.

⁹⁸ O *Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment)* é um software livre de apoio à aprendizagem para gerenciamento de cursos online que é desenvolvido colaborativamente por uma comunidade virtual. Encontra-se disponível em diversos idiomas, inclusive em português, e pode ser instalado em várias plataformas que executem a linguagem PHP. Disponível em <http://softwarelivre.org/moodle>. Acessado em 08 de agosto de 2014.

FIGURA 10 – Layout de 2013 da Plataforma de cursos e debates



Geralmente com inscrições gratuitas, a atual Plataforma de Formação Feminista, tem uma estrutura simples, que pode ser lida em dois idiomas: português e inglês. Aberta também para visitantes, a página principal apresenta, na parte central, uma síntese sobre a proposta de formação da Universidade Livre Feminista. Na sequência, um *link* para inscrição nos cursos e *e-mail* de contato da rede. Além disso, estão disponíveis orientações de navegação e uso da plataforma, que inclui o *menu* principal, *links* de contato, calendário dos cursos, bem como informações sobre como utilizar o sistema *Moodle* – *login*, inscrição, acesso e uso. Há ainda no cabeçalho, *links* para acesso à TV e Biblioteca Feminista, ao *Facebook* e ao portal, característica que se repete nas demais ferramentas da ULF, conforme apresenta a Figura 11.

FIGURA 11 – Layout de 2014 da Plataforma de cursos e debates



Com essa estrutura, as formações da Universidade Livre são desenvolvidas baseadas numa práxis educativa feminista voltada para um processo de “autoconhecimento, encontro, diálogo, cuidado e acolhimento” (BETH FERREIRA, 26 de novembro de 2014), ou seja, a partir das experiências políticas pedagógicas libertárias e feministas, transformadoras das relações de gênero, que considera o contexto histórico-social das mulheres. Nesse espaço, Beth Ferreira (2004), responsável pela articulação das formações e cursos da ULF, explica que,

a pedagogia feminista como uma práxis educativa feminista [...], no caso aqui do Brasil, traz um diálogo entre o que vinha sendo desenvolvido dentro do feminismo e a pedagogia de Paulo Freire [...]. Por exemplo, há alguns movimentos e organizações feministas aqui no Brasil, que vêm tentando retomar e dar um peso grande pra dimensão da subjetividade, da identidade, do corpo e da emoção nos processos de formação, e isso, se encontra um pouco com a pedagogia de Paulo Freire, que sempre partiu do sujeito, da experiência do sujeito, no processo de formação. Então, as formações tem essa dimensão, a partir do contexto, ou seja, uma educação que é pensada a partir da realidade das mulheres e não de conceitos abstratos; a gente faz a formação baseada, sobretudo na experiência: discutir saúde, sexualidade, violência, entre outros. Por isso que elas [cursistas] não necessariamente vão se aprofundar em algum texto, [entretanto,] há outros processos que você aprofunda os temas com textos teóricos, mas sempre fazendo esse balanço entre

teoria e prática: vida real e experiência. Ou seja, a vivência sendo transformada em experiência a partir da reflexão é um elemento muito forte, por isso é um desafio trazer para o ambiente virtual essa pedagogia – essa práxis educativa feminista – porque as pessoas têm um pouco de dificuldade em trazer esse elemento da vida, da experiência, como elemento de reflexão através da escrita – a fala permite mais –, mas a gente tem tentado. (BETH FERREIRA, 26 de novembro de 2014).

No entanto, apesar das dificuldades de transpor a pedagogia feminista para o mundo virtual como apontou Beth Ferreira, a Universidade Livre tem desenvolvido e impulsionado a produção e disseminação de conhecimentos e aprendizagens numa perspectiva livre, mediando processos diferentes de formação feminista a partir do uso das TICs. Por exemplo, além da Plataforma *Moodle*, algumas rodas de diálogos feministas têm sido realizadas através de videoconferências – geralmente para aprofundar alguma questão do curso – assim como, reuniões, debates de articulação e organização dos próprios cursos entre as formadoras e colaboradoras.

Contudo, as tecnologias ainda apresentam dificuldades para além da metodologia utilizada nos cursos e formações. O acesso à internet de qualidade tem sido um dos limites para Universidade Livre Feminista, no que pesa o contexto tanto das responsáveis e colaboradoras da rede, como das cursistas da ULF. Além disso, a demanda cotidiana das mulheres com a casa e com o trabalho também interfere numa maior dedicação aos cursos. Nesse contexto, Beth Ferreira (2014) descreve algumas experiências nos cursos de formação acerca do uso das TICs pelas formadoras e cursistas:

Nos cursos a gente começou experimentar isso [videoconferência] agora, mas tivemos um pouco de dificuldade porque essas tecnologias ainda têm limites, na medida em que ela não suporta um número grande de pessoas participando, por exemplo, o Skype e o *Hangoust*. Outra dificuldade é o acesso das mulheres a internet, mulheres do Brasil inteiro, de várias regiões, muitas mulheres de cidades do interior onde a internet é muito fraca. Anteontem mesmo, fizemos uma reunião pelo *Hangoust* e como moro numa cidade de interior onde a internet tá péssima essa semana, a gente não conseguiu fazer com vídeo porque a minha internet não suportava transmitir o vídeo, Mas a gente vem tentando fazer isso, tanto a conversa no chat e também a questão do vídeo, mas ainda é um limite por conta do acesso das pessoas a internet de banda larga, pois muitas não tem porque não tem recurso pra pagar, mesmo nas grandes cidades. Outra questão são as condições de vida e de trabalho das mulheres mesmo, às vezes uma pessoa entra num curso e não tem condições de participar de um chat, porque ela só

entra no curso de madrugada, pois acorda cedo. Por exemplo, já chegamos a receber mensagens de cursistas onze horas, meia noite, uma da manhã, e às vezes cinco da manhã. Acreditamos que são pessoas que estão saindo pro trabalho e entra pra responder e acompanhar o curso – vemos isso através do controle de entrada das cursistas. Mas, a gente pretende voltar a fazer essas tentativas, porque a gente acha importante. (BETH FERREIRA, 26 de novembro de 2014).

Apesar dessas limitações, a Universidade Livre tem apresentado um novo perfil de cursistas, diferentemente do primeiro curso realizado em 2010, apenas com conselheiras e ativistas. As últimas formações da rede trouxeram feministas mulheres para as discussões que, até então, nunca tinham tido contato com o movimento feminista ou qualquer debate teórico acerca das teorias feministas. No atual curso promovido pela ULF, por exemplo, que está em sua segunda edição: “Feminismo com quem tá chegando”, foram inscritas mais de duas mil mulheres do interior, com diferentes níveis de escolaridade e com idades bem diferentes, muitas maiores de 30 anos. Mediante uma breve análise do perfil dessas mulheres, Priscilla Brito (2014):

Então, o que a gente vê a partir da análise do perfil das pessoas que se inscrevem na Universidade, da galera que se inscreveu e a galera que se inscreve hoje, a gente percebe que a diversidade aumentou muito. Quando a gente abriu esse curso “Feminismo com quem está chegando”, a gente tinha uma expectativa que iriam se inscrever muitas mulheres urbanas, das capitais e com acesso a internet e jovens, e nos surpreendeu porque não foi. Lógico que tem uma concentração de mulheres desse perfil ou cursando a universidade ou com universidade concluída, mas a quantidade de mulheres a cima de 30 anos e fora das grandes capitais foi muito grande – muito maior do que a gente esperava – e aí, a gente fez uma opção por da prioridade a estas mulheres, pois não tínhamos um número de vagas que atendesse a demanda suficiente. [Assim,] abrimos as inscrições para o curso durante quatro dias – o que daria umas 500 inscrições – e aí tivemos quase duas mil inscrições em 24 horas. Daí, selecionamos dentre estas mulheres que estavam fora das grandes capitais, que tinham pouco contato com os movimentos feministas ou com poucas chances de acesso aos movimentos, e tentamos ainda dar uma equilibrada no perfil de idades. (PRISCILLA BRITO, 16 de novembro de 2014).

Por conseguinte, a formação à distância proposta pela Universidade Livre Feminista mantém um posicionamento centrado no diálogo, estudo e compartilhamento de práticas e reflexões coletivas, cuja unidade está no fortalecimento de um pensamento político feminista, que fortaleça a construção de

uma sociedade mais justa, igualitária, não hierárquica e libertária, e que se contraponha, principalmente, a cultura patriarcal, androcêntrica, etnocêntrica, lesbohomofóbica e colonizadora.

Assim, a práxis educativa feminista da Universidade Livre, alinhada a estrutura da plataforma – simples e objetivo na localização das informações –, têm impactado no objetivo da ULF de produzir um espaço capaz de superar as dificuldades financeiras de algumas organizações de mulheres e feministas, na busca pela manutenção e criação de programas de formação e atividades educativas, gerando assim, ações feministas que têm mobilizado mulheres que, até então, não tinham contato com os feminismos.

Neste sentido, associada à Plataforma de Formação Feminista, a Universidade Livre Feminista conta ainda com o apoio de um centro de documentação e de uma videoteca, cujo material de ambos os repositórios estão disponíveis para contribuir com as formações complementares dos cursos, a Biblioteca Feminista e a TV Feminista, que serão descritas nos próximos tópicos.

4.2.3. Biblioteca Feminista

Com o objetivo de reunir num só lugar publicações de produção das feministas e de organizações do movimento feminista e de mulheres, foi criada em 2010 a Biblioteca Feminista da Universidade Livre Feminista. Um acervo no qual estão armazenados mais de 500 livros, teses, dissertações, documentos, textos e outras publicações, disponíveis para o aprofundamento aos temas e questões do feminismo, na perspectiva de subsidiar os cursos *online* da Universidade Livre e disseminar a produção feminista, que seja útil para mulheres e feministas em suas reflexões e pesquisas.

Nesse contexto, a Biblioteca Feminista começou como um repositório simples no portal da Universidade Livre. Entretanto, com o aumento das publicações e buscas, seguido de um ataque de *crackers* ao sistema do portal – que cancelou por um tempo a compilação e acesso ao acervo – desencadearam a criação de um domínio e *layout* próprios para a biblioteca (Figura 12). Este novo domínio,

possibilitaria então “mais liberdade às ações da biblioteca” (PRISCILLA BRITO, 19 de novembro de 2014), bem como garantiria maior segurança às publicações.

FIGURA 12 – Layout de 2014 da Biblioteca Feminista



Com a criação desse centro de pesquisa *online*, estabeleceu-se um espaço específico para inserção de materiais feministas, advindos de repositórios acadêmicos e de sites de movimentos, organizações e outras entidades feministas. Além dessas, outras publicações, recebidas pelas responsáveis da Universidade Livre Feminista, advinham dos enviados pelas/os usuárias/os, mobilizadoras, militantes, professoras e pesquisadoras feministas, através do *e-mail* de contato disponível na página principal do site, ou através do próprio *login* e senha da/o usuária/o cadastra/o na biblioteca.

São mais de 500 publicações em versão digital distribuídas em 15 sessões, cujos títulos tratam de temas ligados ao feminismo ou a temáticas transversais ao movimento: democracia e participação; direitos humanos; feminismo; história, sociedade, comunidade, igualdade racial; legislação e normas jurídicas; movimentos sociais, sindicatos, partidos; orçamento público e gestão; relatórios; trabalho, renda

e previdência; universidade feminista; por fim, publicações da Articulação e Mulheres Brasileiras, Cfemea, Grupo Transas do Corpo e SOS Corpo.

Todas as sessões estão disponibilizadas em formato de *link*, que dão acesso às publicações para *download* dos arquivos, sendo que a pesquisa também pode ser feita através de um espaço designado para a procura de arquivos por palavras-chave e/ou busca avançada, que fica logo acima das sessões⁹⁹.

A plataforma da biblioteca disponibiliza, ainda, logo na primeira página, todos os números da Revista Estudos Feministas¹⁰⁰, através de um *link* de acesso direto ao site da revista, assim como a 169ª edição do Jornal Fêmea – período Abril, Maio e Junho de 2011 – que está disponível em formato PDF e pode ser enviada por *e-mail* e impressa. Há também acesso ao Instituto de Estudos de Gênero e orientações de navegação, com *links* diretos para textos e livros e informações sobre a biblioteca, bem como ao número de visitantes *online* e de usuárias/os diárias/os da biblioteca desde a criação em junho de 2010, que atualmente ultrapassa 1.000.000 de acessos. (veja isso aqui, acho que deve colocar em números) de um milhão.

Assim, a Biblioteca Feminista tem apresentado, segundo as responsáveis pela Universidade Livre, a necessidade de torná-la um centro de estudo referenciado no movimento feminista e de mulheres. Para isso, após a reconfiguração do portal e da plataforma de cursos, há a expectativa de ampliação e implantação de tecnologias mais avançadas que possam contribuir mais, principalmente, com aspectos que fortaleçam a interação com usuárias (os), como ressalta Beth Ferreira (2014):

Não temos ainda recursos financeiros para um passo à frente, mas em breve teremos que avançar para uma opção tecnológica mais desenvolvida e sofisticada no armazenamento de informações documentais. Já estamos estudando isso, pesquisando formas de instalar e manter um software livre especializado em bibliotecas e centro de documentação, para guardar e manter os documentos virtuais e, ao mesmo tempo, catalogar as bibliotecas “físicas” de todas as entidades feministas que desejem participar dessa iniciativa. Atualmente a Vanessa está avaliando um sistema específico, que seja livre, no qual outras organizações poderão ter acesso no futuro

⁹⁹ Tendo em vista “testar” este mecanismo de pesquisa, coloquei a palavra “feminismo” e apareceram diversas publicações dispostas em oito páginas; havia ainda a possibilidade de escolher por sessão cada temática, o que me permitiu encontrar o que eu queria de maneira mais rápida.

¹⁰⁰ Periódico indexado, interdisciplinar, de circulação nacional e internacional, acerca de debates acadêmicos no campo dos estudos feministas e de gênero e instrumentando as práticas dos movimentos de mulheres, organizado pelo Instituto de Estudos de Gênero (IEG). Disponível em http://www.ieg.ufsc.br/revista_detalle.php?id=3 Acessado em 08 de agosto de 2014.

quando esse sistema tiver finalizado. Um sistema de interação com quem for usar a biblioteca, ou seja, não vai ser somente aquele site ali com arquivos de textos, ele vai ser mais interativo, as pessoas vão poder desenvolver o que elas chamam de “trilhas” para um estudo, então outras pessoas podem seguir, pode colaborar com o sistema, então ele vai ser mais interativo. (BETH FERREIRA, 26 de novembro de 2014).

Enquanto o propósito de reconfiguração sinalizado por Beth Ferreira não é colocado em prática, podemos utilizar os diversos recursos hoje disponíveis, já que há um importante repositório *online* de publicações armazenadas, que podem ser lidas e utilizadas em pesquisas acerca de estudos feministas, assim como em cursos diversos que tratem de temáticas transversais ou ligadas a estes conteúdos. Nesse sentido, possibilita o acesso a conhecimentos e saberes feministas que outrora estiveram apenas impressos e guardados em prateleiras de bibliotecas físicas, e que agora, são disponibilizadas para acessos de qualquer lugar do mundo e por qualquer pessoa conectada à internet.

4.2.4. TV Feminista

Incorporado ao projeto da Universidade Livre Feminista desde 2010, a TV Feminista é um canal exclusivo da rede, que reúne produções cinematográficas do Brasil e exterior em vários idiomas, acerca de assuntos feministas ou que transitam entre essas temáticas. Com mais de quatro mil vídeos disponíveis *online*, essa videoteca acoplada ao portal, traz um acervo que dá suporte e estimula o debate da ULF e de outras redes e/ou movimentos, entidades e organizações feministas.

Atualmente, hospedado no site de compartilhamento de vídeos, *Vimeo*, a TV Feminista é um espaço que permite as/os usuárias/os compartilhar e anexar os vídeos disponíveis em sua página, assim como assisti-los. Entretanto, é necessário criar uma conta no *Vimeo*, para que se possa seguir, acompanhar e compartilhar as publicações, com exceção para quem queira apenas assistir aos vídeos. Tais compartilhamentos podem ser feitos através de uma seta em forma de *link* – disposto no canto superior direito de cada vídeo –, via redes sociais: *Facebook*, *Twitter*, *G+*, *Tumblr*, *Pinterest* e *Reddit*. Já as possibilidades de “curtir”, “adicionar o vídeo em minha página” e “programá-lo para assistir depois”, podem ser obtidas através dos respectivos *links* em cada vídeo aberto.

Nessa plataforma, que está disponível em inglês – existem versões em espanhol, francês e alemão – encontrei, logo na primeira página, uma pequena descrição da Universidade Livre, incluindo o *e-mail* de contato, assim como um vídeo que reforça as informações do texto. Essa produção exclusiva da Universidade Livre Feminista soma-se às mais de quatro mil produções disponíveis em cinco idiomas (português, espanhol, francês, inglês e italiano), que podem ser consultadas e assistidas pelas/os internautas (PRISCILLA BRITO, 16 de novembro de 2014). Desses, 191 vídeos estão dispostos em português.

Já as demais produções são distribuídas em 11 canais, incluindo o perfil do *Vimeo* das entidades colaboradoras da Universidade Livre: TV Feminista inglesa, francesa, castelhana, italiana e portuguesa; e TV Cfemea, TV Patrícia Galvão, Curvas TV, *Idealist.org* e *The Gender Project*. Além desses canais, há também álbuns com temas específicos – “ativismo”, história, economia, sociedade, movimento, música, política & poder e direitos sexuais e reprodutivos –, assim como acesso aos 72 perfis do *Vimeo* que seguem a Universidade Livre e mais 178 seguidas pela rede.

No que se refere às novidades a partir da reconfiguração pela qual a rede vem passando desde o início de 2014, há planejamento de modificação do *layout* da página, incluindo uma reorganização dos vídeos, cuja perspectiva é introduzi-los a partir de temáticas e categorias específicas, assim como melhorar o acesso e interação com as/os usuárias/os (BETH FERREIRA, 26 de novembro de 2014).

Entretanto, enquanto essas mudanças não acontecem, a TV Feminista, juntamente com a Biblioteca Feminista, continuam subsidiando os processos de formação da Universidade Livre Feminista, bem como estimulando o debate da rede e de outros movimentos, entidades e organizações feministas, no intuito de fortalecer e ampliar a construção e produção política autônoma e coletiva dos movimentos de mulheres e feministas, de seus pensamentos e lutas. Mas, além desses suportes, a Universidade Livre conta, mais efetivamente desde 2014, com as redes sociais *online*, que possibilitam a disseminação de informações e publicações do portal, bem como o estabelecimento do contato com outras mulheres.

4.2.5. Redes sociais¹⁰¹

Dispostas na página principal do Portal da Universidade Livre Feminista – no canto direito inferior da tela –, as redes sociais *online* foram às últimas ferramentas de comunicação e informação inseridas no projeto da rede. Atualmente, com contas no *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e o *Tumblr*, a Universidade Livre tem utilizado esses espaços para o compartilhamento de informações acerca das ações e atividades desenvolvidas pela universidade e organizações colaboradoras, mas principalmente, das publicações do portal e dos cursos da Plataforma de Formação Feminista. Ademais, tem possibilitado estabelecer contatos com outras mulheres e entidades feministas do Brasil e de outros países.

Hoje em dia elas [redes sociais] fazem parte! E acho que um projeto como o da Universidade não tem como ignorar as redes sociais, ou usá-las só como elemento de divulgação. Eu participo de vários grupos feministas no Facebook, por exemplo, e eles são super importantes para mim, porque além de divulgar as atividades da Universidade Livre, posso me articular com outras pessoas [...] No Tumblr também chega muita coisa, assim como no Twitter vive chegando propostas; pessoas fazendo sugestão. Então as redes sociais atraem as pessoas para a proposta, dando esse caráter mais dinâmico para universidade. (PRISCILLA BRITO, 19 de novembro de 2014).

Além disso, através de dados fornecidos pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, é possível observar que, numa amostra de 18.312 brasileiras e brasileiros, 67,2% costumam acessar redes sociais, ao invés de *sites* ou *blogs*. Desses, 71,9% são de mulheres, enquanto que os demais meios de informação somam apenas 38,8% dos acessos de mulheres entre 16 e maiores de 65 anos. Assim, a adesão às redes sociais *online* pela Universidade Livre, significa não só estar conectada, como também conectar mulheres de todo o mundo, especialmente aquelas que utilizam apenas esses espaços como meio de comunicação no mundo virtual.

Apesar das redes sociais utilizadas pela Universidade Livre Feminista serem de modelo de *software* proprietário¹⁰², o número significativo de visualizações e

¹⁰¹ Todos os dados numéricos citados nesse texto, acerca das redes sociais utilizadas pela Universidade Livre Feminista, foram adquiridos a partir da observação sistemática do portal e demais ferramentas de comunicação, entre maio de 2014 e 30 de janeiro de 2015.

¹⁰² Esse modelo de *software* proprietário, um modelo econômico de desenvolvimento e distribuição de *software* que se baseia em licenças restritivas de uso, não permitindo o acesso às (os) usuárias (os) aos algoritmos que o compõem, haja vista que a indústria de *software* proprietário direcionou a

acessos tem demonstrado o quanto essas redes têm contribuído com a disseminação das ações da universidade. O Facebook, por exemplo, recebe 47,83% dos acessos da Universidade Livre, enquanto que 34,78% são para o portal e apenas 13,04% para a TV Feminista¹⁰³.

Para as responsáveis a adesão das redes sociais significou mais dinamicidade nos processos de comunicação e disseminação de informações da Universidade Livre, bem como a possibilidade de troca de experiências com outras redes ou entidades de mulheres e feministas, recebendo sugestões e propostas de ações, atividades, além de pautas para o portal e cursos, inclusive de pessoas independentes dos movimentos (PRISCILLA BRITO, 16 de novembro de 2014).

Nesse contexto, em setembro de 2010, foi criado o primeiro perfil em rede social *online* da Universidade Livre, o *Twitter* – @Ulivrefeminista. Um espaço, no qual são publicadas informações, vídeos e notícias que direcionam tanto para o portal da Universidade, como para os demais suportes. Tais publicações são feitas em pequenos textos de 140 caracteres – conforme estabelece o sistema do próprio *Twitter* –, cuja página inicial da conta da ULF apresenta um mosaico de imagens de mulheres em ações feministas no cabeçalho da tela, seguido de um breve resumo da rede e *link* de acesso ao portal – característica essa, mantida em todos os perfis da ULF nas redes sociais *online*. Além disso, atualmente estão cadastradas cerca de 400¹⁰⁴ pessoas que seguem a página diariamente, “tuitando”, “retuitando” e “curtindo” informações.

Semelhante ao cabeçalho do *Twitter*, a página inicial do *Instagram* da Universidade Livre também recebe um mosaico de imagens que vão alternando as posições de forma sequencial. Com 34 postagens desde setembro de 2014 – mês da primeira publicação – a página conta com 396 seguidores (as), esses (as) que podem curtir e comentar as imagens, além de compartilhar para outras redes sociais. Nessas publicações, é possível que a/o usuária (o) identifique a data de

apropriação privada do desenvolvimento deste. Ou seja, “Apesar de ser composto por informações agrupadas e de se basear em conhecimentos acumulados pela humanidade, a indústria de software proprietário se direcionou para tentar bloquear e evitar que o caminho de seu desenvolvimento fosse semelhante ao desenvolvimento do conhecimento científico [compartilhado].” (SILVEIRA, 2004, p. 12).

¹⁰³ Os dados repassados pela Universidade Livre Feminista, que foram coletados entre maio e novembro de 2014.

¹⁰⁴ Todos os dados numéricos citados nesse texto, acerca do Twitter foram retirados do site em 30 de janeiro de 2014.

publicação, quantidade de curtidas, além dos comentários. Além disso, tendo uma conta nesse site, posso também inserir fotos e vídeos e marcar a Universidade Livre.

A Universidade Livre conta ainda com um perfil no *Tumblr*. Pouco utilizado pela Universidade Livre, o *Tumblr*, uma plataforma de publicações curtas e de campanhas direcionadas, começou a ser utilizada pela ULF em setembro de 2014, com a campanha “O que você aprendeu com o feminismo?”. Nesse espaço, as (os) usuárias (os) podem inserir pequenos diálogos através de textos, imagens, vídeos, *links* de citações e áudio. O *Tumblr* oferece também de discussões e diálogos com mulheres que não querem ou não conseguiram participar dos cursos oferecidos pela ULF, estimulando as reflexões e troca de experiências com e entre mulheres de diversos lugares e idades, que estão conectadas via internet.

Diferentemente do *Tumblr*, o *Facebook* tem sido o principal meio de comunicação e informação das redes sociais *online* da Universidade Livre Feminista. Aderido em 2012, esse perfil tem recebido grande parte das publicações do portal da rede e de outras entidades e organizações parceiras, assim como a adesão de mais de 11 mil pessoas, das quais, entre maio e novembro de 2014, 87% das fãs que acompanham a ULF são mulheres (TABELA 2), sendo as mulheres de 25 a 34 anos as que representam maior número. Além disso, as/os usuárias/os podem inserir textos, *links* que direcionam para outros sites e/ou redes sociais, vídeos, imagens, documentos, criar campanhas, receber e enviar mensagens. Entretanto, o critério de publicação da Universidade Livre, mesmo nas redes sociais, é que tratem de questões e assuntos ligados as propostas e lutas feministas ou que transitem entre tais temáticas.

Quadro 2 - Estatísticas de acessos ao *Facebook*, por sexo e idade: entre maio e novembro de 2014

Idade	Sexo	
	Mulheres - 87%	Homens - 11%
13-17	2%	0,234%
18-24	25%	3%
25-34	32%	4%
35-44	13%	2%
45- 54	9%	1%
55-64	3%	0,576%
65+	3%	0,414%

Fonte: Universidade Livre Feminista

Além da possibilidade de monitoramento dos acessos através de ferramentas de estatísticas, o *Facebook*, que hospeda o perfil da Universidade Livre, permite a instalação de aplicativo para discussões de assuntos e/ou enquetes específicas e inserção de manuais, textos, livros, etc. Exemplo disso são os dois aplicativos anexados a página: *Livestream*, uma plataforma que permite aos usuárias/os assistir e transmitir vídeos, utilizando uma câmera e um computador conectado a internet; e o *Docs*, para envio de documentos. Nessa página, há disponível ainda as publicações e comentários de usuárias/os, fotos e vídeos, assim como o acesso para outros perfis de redes de mulheres e feministas.

Assim, seja como espaço de publicidade do portal ou até mesmo para receber informações e sugestões de pauta, as redes sociais *online* aderidas pela Universidade Livre têm possibilitado oferecer um caráter mais dinâmico e rápido à rede, como também articulado o intercâmbio e trocas de experiências com mulheres de diversas partes do mundo e diferentes gerações, territórios, orientações sexuais, classes sociais. Atrai, assim, o público para a principal proposta da rede ULF, que é viabilizar a fomentação de ações educativas, culturais e artísticas feministas, assim como a produção, disseminação e compartilhamento de conhecimento e saberes mediados pela teoria e prática política feminista.

4.2.6. Outras ferramentas

Além das plataformas de comunicação, informação e formação e do uso das redes sociais *online*, a Universidade Livre Feminista faz uso de outras ferramentas e *software* de comunicação: *webmail*, *Skype*, *Hangouts*, *WhatsApp*, *Google Groups*. Mais rápidos e direcionados, permitindo uma maior articulação, principalmente entre as colaboradoras, tais dispositivos de comunicação são utilizados quase sempre para a realização de reuniões, inscrições nos cursos, sugestões de pauta, discussões sobre as atividades da rede.

A fim de facilitar a conexão entre mulheres do Brasil e do mundo, mas especialmente da rede de colaboradoras, o correio eletrônico da Universidade Livre Feminista recebe grande parte do fluxo das comunicações e articulações. Econômico e rápido, o uso de *webmail* é um instrumento que tem possibilitado às responsáveis pela ULF manter contato com formadoras, colaboradoras e mulheres de diversas instituições, entidades e movimentos de mulheres e feministas brasileiras e estrangeiras, assim como realizar inscrições para os cursos e receber sugestões de pautas.

Associado aos *e-mails* há ainda o *Google* grupos: Primavera Feminista¹⁰⁵ – referenciando a estação do ano, na qual foi realizado o *I Encontro de Colaboradoras da Universidade Livre Feminista*. Trata-se de uma forma de comunicação em grupo, que permite discussões e envio de mensagens para todas as pessoas inseridas ao grupo, sem a necessidade de encaminhamento individual. Outro dispositivo bastante utilizado entre as secretárias executivas da Universidade Livre é o *Hangouts*, que possibilita o envio de mensagens instantâneas entre as participantes, podendo conectá-las na mesma conversa simultaneamente. Segundo Beth Ferreira (2014), quando há a necessidade de reuniões para o aprofundamento de algum assunto da rede com o maior número de pessoas, elas usam o *Skype*, que também permite a conexão com vídeo e voz. Entretanto, com a falha nas conexões de internet, é comum que elas optem por reuniões ao telefone.

¹⁰⁵ Primavera-feminista.googlegroups.com. A pedido de algumas colaboradoras em maio de 2015, nome do grupo foi alterado para Rede de Colaboradoras da Universidade Livre Feminista.

A observação sistemática do site Universidade Livre Feminista e demais dispositivos de comunicação me possibilitou conhecer uma pequena parte do grande número de experiências ciberfeministas. Desde a emergência da Internet no país, estas iniciativas possibilitado dar continuidade à luta feminista pela transformação das históricas relações de poder vivenciadas nas relações entre mulheres e homens, e também entre mulheres, inclusive nos espaços das TICs.

A partir do uso dessas tecnologias, as componentes e colaboradoras da Universidade Livre encontraram respaldo para constituir um espaço político, acadêmico, educacional e cultural, mantido e coordenado pelas próprias feministas. À medida que o acesso à internet e a adesão de outras ferramentas de comunicação pelas mulheres crescem no Brasil, surgem novas possibilidades de inserir e chegar a um maior número de mulheres de diferentes territórios, gerações, identidades, classes sociais, orientações sexuais, entre outras categorias.

Por conseguinte, ampliam os debates políticos, intelectuais e de práticas feministas, outrora ameaçadas pelas dificuldades de recursos financeiros, fazendo emergir novas formas de comunicar, compartilhar, relacionar e intercambiar essas práticas tanto na internet como nos espaços off-line.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade da informação já é uma realidade mundial com suas inclusões e exclusões, tanto no ciberespaço como fora dele. O uso da Internet interliga países, pessoas e organizações. Dispositivos móveis estão em plena expansão. A *Web 2.0* desencadeou serviços de relacionamentos sociais, como *wikis*, redes sociais, *blog*, *microblog*, *softwares* de compartilhamento e indexação de vídeos e imagens e, ainda, aplicativos baseados em *tag*. O uso da base de dados como ferramenta, mudou a esfera do discurso e da comunicação. Surgem assim, maneiras diversas de relacionamento das coisas com os seres humanos e entre as coisas no cotidiano (LEMOS, 2013), bem como, novas formas de práticas políticas utilizando as TICs, especialmente o ciberespaço. Tais intervenções formam o conjunto de tecnologias e processos que orquestram as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais no século XXI e desencadearam o surgimento do ciberfeminismo.

Diferentemente das revoluções industriais, essas mudanças e seus impactos aconteceram num curto intervalo de tempo, entre o final do século XX e início do XXI (CASTELLS, 2012), marcando a gênese do ciberfeminismo no mundo e, conseqüentemente um novo paradigma à literatura feminista, que emerge acenando possibilidades à prática política feminista, agora embasada na cibercultura. Um conceito híbrido de formação histórica de cunho prático e teórico, que cria novas formas de 'olhar' a relação entre TICs e as mulheres, e entre elas, no ciberespaço e também fora dele, bem como novas e variadas interrogações acerca dessa relação.

Tal concepção possibilitou, ainda, o reconhecimento de que a revolução tecnológica não ocorre isolada da sociedade, mas emerge das necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais (CASTELLS, 2012), nas quais estão constituídas as relações de poder, segundo os valores e interesses masculinos (HARDING, 1993; 1996; RAGO, 1998; SARDENBERG, 2002, 2004).

Desse modo, a partir de teorias feministas, que reconhecem o viés sexista da tecnociência e as especificidades históricas e culturais vivenciadas entre mulheres e homens, conjuntamente com as experiências teóricas e práticas ciberfeministas, é possível definir algumas conclusões, decorrentes desta pesquisa. Neste sentido, identifiquei que na fronteira entre o processo histórico do surgimento das TICs e o feminismo no século XXI, os estudos ciberfeministas apontam que a presença ou

ausência das mulheres nas TICs tem sido fonte fundamental de transformação e dominação também na cibercultura. Assim, alguns apontamentos centrais merecem destaque acerca dos ciberfeminismos no Brasil.

A emergência dessas práticas e as discussões teóricas de ciberfeministas brasileiras ocorreram quase uma década depois do surgimento do termo entre as artistas australianas, das intervenções teóricas da filósofa britânica Sadie Plant e das primeiras conferências internacionais ciberfeministas que aconteceram nos anos de 1997, 1999 e 2001. Ou seja, enquanto que a consolidação da Internet na Europa e Oceania possibilitava o surgimento dos ciberfeminismos e suas discussões no início dos anos 90, no Brasil, os pontos de conexões de acesso e “popularização” da Internet ainda estavam em expansão, assim como os estudos ciberfeministas que começavam os primeiros debates por volta de 2006.

Nesse cenário, pude constatar, a partir dos indicadores de crescimento de usuárias (os) da Internet no país, que a diferença no número de acessos entre mulheres e homens se manteve baixo nos três primeiros anos, permanecendo em 29% de mulheres e 71% de homens (IBOPE/Cadê, 1998). Tais disparidades impactaram em/de brechas digitais nas relações de poder e controle das TICs, desde o acesso a áreas tecnológicas que pensam, discutem e produzem as tecnologias digitais até as questões de infraestrutura técnica e qualidade de acesso e uso das tecnologias pelas mulheres.

Outras diferenças sociais também marcaram esse início de expansão da Internet no Brasil que, semelhante ao surgimento do feminismo no país aconteceram numa classe social definida e num nível escolar estabelecido. Os altos índices de acessos permaneceram entre pessoas que apresentavam renda familiar entre 20 e 50 salários mínimos, enquanto que, no mesmo período, as (os) internautas que apresentavam renda de 5 a 10 salários mínimos e aqueles (as) com até cinco marcavam um número bem menor de internauta, já o grau de instrução estava entre as (os) que tinham nível superior e que falavam inglês.

Entretanto, a convergência da Internet, da *Web 2.0* e novos sistemas de mobilidade, os acordos internacionais acerca da participação e acesso as TICs pelas mulheres, os marcos regulatórios da Internet e os planos governamentais de inclusão digital e, ainda as ações de movimentos de mulheres e feministas,

impulsionaram o aumento exponencial do número de mulheres acessando a Internet no Brasil, chegando a 53% das (os) usuárias (os), em 2014.

Esse processo que marca o aumento significativo do número de mulheres utilizando o ciberespaço, enquanto práticas políticas fez emergir as primeiras ciberfeministas brasileiras no ambiente digital, assim como ocorreu com a Universidade Livre Feminista, que, fazendo uso das potencialidades da conectividade, acabaram estabelecendo estratégias táticas das tecnologias de informação e gerando novos modos de engajamento político de mulheres. Assim, a partir da análise da ULF e das demais experiências brasileiras que observei, destaco alguns pontos centrais:

1. Continuidade e fortalecimento das lutas feministas no ciberespaço em busca da transformação das relações históricas de desigualdade vivenciadas pelas mulheres, inclusive inserindo os debates acerca da opressão feminina nos espaços tecnológicos;
2. Emergência de novas mediações e agentes, possibilitada pelas formas de consumir, produzir e compartilhar informações que emergem nos distintos formatos em tempo real e para diferentes lugares do mundo, sem ter a necessidade gastos financeiros;
3. Comunicação em redes interconectadas e descentralizadas das informações, abrindo novas perspectivas e caminhos para o empoderamento de mulheres, tanto na internet como nos espaços *off-line*;
4. Adesão de mulheres de diversas instituições, grupos e movimentos feministas, de diferentes identidades e campos de atuação, brasileiras e estrangeiras, além daquelas que, até então, nunca tinham tido contato com alguma dessas organizações;
5. Produção de conteúdos próprios para compartilhar conhecimento, modificando o fazer político feminista e fomentando a opinião pública ao mesmo tempo local e globalmente;
6. Compilação e disseminação da literatura feminista, bem como de formações *online* e *off-line* embasadas nessas produções.

Entretanto, vale reforçar que os pontos destacados não significam uma renúncia às “ruas”, mas sim, ampliar as discussões e vivências de mulheres e feministas no ambiente digital, um novo espaço de sociabilidade e de ativismo feminista,

compartilhando e unindo companheiras que, muitas vezes, estão distantes física e territorialmente, porém comungam do mesmo propósito de transformação social, política e econômicas na vida das mulheres. Ciberfeminismos que surgem numa época de polifonia narrativa, identitária, tecnológica e de institucionalização dos movimentos feministas, a partir desses novos espaços de ação coletiva marcados pela organização em rede, fazendo uso da Internet, de dispositivos móveis e, em alguns casos, de *softwares* livres.

Assim, seja individual ou coletivamente, está em curso uma nova era na prática política e no campo teórico feminista, que tem demandado interpretações férteis acerca da opressão das mulheres no cerne das tecnologias de informação, inclusive retomando pautas antigas dos movimentos feministas, como por exemplo, a violência, a discriminação, as disparidades no mercado de trabalho, a exclusão e a inclusão de mulheres no acesso, o uso e desenvolvimento tecnológico, as representações femininas de corpo, linguagem, subjetividades e identidades no ciberespaço, entre outras. A possibilidade de visibilizar os feminismos em diversas populações que usam as tecnologias digitais, e conseqüentemente, a articulação e mobilização de mulheres de diferentes territórios, também emergem na cibercultura.

Essas introdutórias aproximações com o ciberfeminismo no Brasil, permitiu apresentar desde o processo de surgimento das ciberfeministas em alguns países da Europa até a expansão na América Latina, especificadamente no Brasil com as “ondas” ciberfeministas, perpassando a expansão da internet, que fundamentou a base para o nascimento e crescimento dessas mulheres fazendo uso das TICs e, conseqüentemente, fazendo emergir novas práticas exclusivas em nossa sociedade, haja vista o número significativo de mulheres excluídas do uso, acesso, produção e desenvolvimento dessas tecnologias, assim como reforçando outras e novas opressões da mulher.

Desse modo, a ideia de conceber a luta contra a opressão da mulher a partir do uso das TICs, tanto no ciberespaço como fora dele, haja vista que são lugares nos quais se desenvolvem não apenas técnicas manuais e intelectuais, como práticas, atitudes, modos de pensamento e valores, me levou a outra reflexão conclusiva e, de certo modo, propositiva: a necessidade de aprofundamento acerca dessas conexões na sociedade da informação, a partir de uma perspectiva de

gênero, posto que, no campo científico, os estudos sobre as tecnologias digitais têm crescido concomitantemente à expansão tecnológica e, por conseguinte, novas relações de gênero têm emergido nesses espaços.

Para mim, há um desafio que se coloca a partir dessa pesquisa, que está além de uma investigação sobre quem são as feministas e o que estão fazendo no ciberespaço. Isto é, há a necessidade, inclusive enquanto estratégia política e teórica dos movimentos e acadêmicas feministas no século XXI, de investigar e analisar as questões conjunturais, tais quais: as determinações políticas e sociais que têm incluído, excluído e invisibilizado as mulheres do processo tecnológico, a depender de sua localização de classe racial, geracional, territorial e orientação sexual (entre outras categorias que podem ser interseccionadas); as relações econômicas, marcadas por uma sociedade capitalista e, portanto, patriarcal, que subscreve as diversas expressões institucionais da sociedade e afetaram substancialmente a vida das mulheres mediante a expansão tecnológica; e ainda, as questões culturais.

Em tempo de sociedade “globalizada”, em países latino-americanos, especialmente no Brasil, cresce a importância de uma perspectiva, que ofereça uma explicação mais detalhada do mundo acerca das desigualdades e opressões vivenciadas pelas mulheres e, especialmente, diante de um quadro de exclusão e desigualdades no controle, uso e acesso das TICs, no qual, apenas parte das mulheres acessa a internet e se beneficia dela, em detrimento de outras que não acessam e estão marginalizadas nesses espaços.

Essa perspectiva, de um conhecimento pormenorizado das diversas mulheres que vivenciam ou não a conexão via rede de internet, me possibilitaria sair da aparência desse fenômeno e adentrar a essência para revelar o que não se apresenta aprioristicamente, permitindo assim, pensar e propor outras áreas de intervenções feministas.

Ademais, esse apanhado histórico das experiências ciberfeministas, especialmente da rede Universidade Livre Feminista permitiu traçar um “mapa” de como esse fenômeno forjou novos aspectos a luta feminista no século XXI, bem como desencadeou novas problemáticas ao movimento e aos estudos feministas, exigindo dessas – e de outras (os) teóricas (os) – uma pesquisa mais aprofundado. Por fim, esse estudo se coloca apenas como uma introdução de um profícuo espaço

de pesquisas para este campo, que poderá revelar outros fenômenos de interações e intervenções feministas.

6. REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Sônia. *et al.* **Encontrando os feminismos Latino-americanos e Caribenhos.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 11 (2), 2003, p. 541 – 575.
- ANTUNES, Amanda Almeida. **Interatividade:** um estudo conceitual do termo. Seminário dos alunos de Pós-graduação em Comunicação Social da PUC/Rio. Rio de Janeiro, 2011. /os usuárias/os. Disponível em <http://pucposcom-rj.com.br/wp-content/uploads/2011/11/Interatividade-Amanda-Antunes.pdf> Acessado em 20 de março de 2015.
- ANZALDÚA, Gloria. Los movimientos de rebeldía y las culturas que traicionam. In: **Otras inapropiables: Feminismos desde las fronteras (obra colectiva).** Traficantes de Sueños: Madrid, 2004, p. 71-80.
- ARISTARKHOVA, Irina. **Is Future is Female.** 2002. Disponível em <http://www.metamute.org/editorial/articles/future-female>. Acessem 25 de outubro de 2014.
- BANCO MUNDIAL. **Assinatura de Telefonia Celular.** 2014. Disponível em https://www.google.com.br/publicdata/explore?ds=d5bncppjof8f9_&met_y=it_net_user_p2&idim=country:BRA:MEX:USA&hl=pt&dl=pt#!ctype=l&strail=false&bcs=d&nselem=h&met_y=it_cel_sets&scale_y=lin&ind_y=false&rdim=region&idim=country:BRA&ifdim=region&tstart=924663600000&tend=1271818800000&hl=pt&dl=pt&ind=false Acessado em 21 de abril de 2015.
- BANCO MUNDIAL. **Usuário da Internet como porcentagem da população.** 2014. Disponível em https://www.google.com.br/publicdata/explore?ds=d5bncppjof8f9_&met_y=it_net_user_p2&idim=country:BRA:MEX:USA&hl=pt&dl=pt#!ctype=l&strail=false&bcs=d&nselem=h&met_y=it_net_user_p2&scale_y=lin&ind_y=false&rdim=region&idim=country:BRA&ifdim=region&tstart=924663600000&tend=1271818800000&hl=pt&dl=pt&ind=false Acessado em 21 de abril de 2015.
- BRASIL. **Plano Nacional de Banda Larga:** balanço 2010-2014. Ministério das Comunicações. Disponível em <http://www.mc.gov.br/programa-nacional-de-banda-larga-pnbl> Acessado em 20 de abril de 2015.
- BRASIL. **Lei nº 12965:** estabelece princípios, garantia, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Presidência da República
- BOIX, Montserrat. **Feminismos, Comunicación y Tecnologías de la Información.** Periódico Feminista Mujeres en Red: 2002.
- BRUNET, Karla; NATANSOHN, Graciela. **Ciberfeminismo, LabDebug e práticas artísticas.** IV Simpósio Nacional ABCiber. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em http://gigaufba.net/wp-content/uploads/2011/10/KarlaBrunet-LeonorNatansohn_Esteticas.pdf Acessado em 23 de outubro de 2014.
- CARVALHO, Marcelo Sávio Revoredo Menezes. **A Trajetória da Internet no Brasil:** do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009. 259 f. Dissertação (Mestrado em Ciências de Engenharia de Sistemas e Computação) - Programas de Pós-Graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CASAGRANDE, Lindamir Selete; LIMA e SOUZA, Ângela Maria Freire. **Engenharias e Licenciaturas da UTFPR sob a perspectiva de gênero**. 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia: 2014. Disponível em <file:///C:/Users/Leid/Desktop/Lindamir%20Salete%20Casagrande.pdf> Acessado em 15 de janeiro de 2015.

CASTAÑO, Castaño. **Las mujeres y las tecnologías de la información**. Internet y la trama de nuestra vida. Madrid: Alianza Editorial, 2005.

_____. **La Segunda Brecha Digital**. Madri. ed. Cátedra. 2008

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**. Vol. 3: Fim do Milênio. Tradução de Klauss Bradini Gerhardt, Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Tradução de BORGES, M. L. X. de A. Revisão Vaz, P. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**. Vol. 1: Sociedade em Rede. Tradução de Roneide Venancio Majer, Klauss Bradini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

_____. **Redes de Indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA. **Programa Especial Universidade Livre Feminista: formação para transformação social**. Brasília, 2014; p. 1-9

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política**. Revista Gênero: 2004. Disponível em <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/380/285> Acessado em 15 de outubro de 2014.

_____. **O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar**. Revista Labrys: 2009. Disponível em <http://www.labrys.net.br/labrys15/ditadura/analice.htm> Acessado em 15 de outubro de 2014.

COSTA, C.L. **A urgência do pós-colonial e os desafios dos feminismos latino-americanos**. Terceira Margem , v. 13, 2009: 70-85.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacelar. Introdução. In: COSTA, A.A; SARDENBERG, C.M.B. **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: NEIM/UFBA: REDOR, 2002, p. 23-47.

_____. Introdução. In: COSTA, A.A; SARDENBERG, C.M.B. **O Feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: NEIM/UFBA: REDOR, 2008, p. 11-21.

_____. **Feminismo no Brasil: enunciando e canalizando demandas das mulheres em sua diversidade**. Revista Labrys: 2012. Disponível em <http://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/cecilia.htm>. Acessado em 15 de março de 2015.

DE MIGUEL, Ana; BOIX, Montserrat. Os gêneros da rede: os ciberfeminismo. In: **Internet em código feminino**. Teorias e práticas. Buenos Aires: Ed. La Crujía, 2013: 39-75.

DUARTE, Marcia Yukiko Matsuuchi. Estudo de caso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org). **Métodos e técnicas de pesquisa e comunicação**. São Paulo: Atlas, 2010: 215-235.

FERNÁNDEZ, Maria; WILDING, Faith. **Situar los ciberfeminismos**. Tradução Gabriela Adelstein. Buenos Aires: 2006. Disponível em <http://www.mav.org.es/documentos/NUEVOS%20ENSAYOS%2007%20SEPT%20011/ciberfeminismos.pdf> Acessado em 23 de outubro de 2014.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de Pesquisa para Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

FREITAS, H. **Nem tudo é notícia: o grupo Folha na Internet**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 1999. 111 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Pós-graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1999.

GALLOWAY, Alex. **Un informe sobre ciberfeminismo. Sadie Plant y VNS Matrix: análise comparativo**: 2007. Disponível em <http://www.estudiosonline.net/texts/galloway.html> Acessado em 25 de outubro de 2014.

HARAWAY, Donna. Um manifesto para os Cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. In: HOLLANDA, Heloisa B.(Org.). **Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. Nilson.

_____. **Saberes localizados: a questão da Ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu, São Paulo, n.5, p.07-42, 1995.

https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CCwQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.bibliotecadigital.unicamp.br%2Fdocument%2F%3Fdown%3D51046&ei=qJfeUZfjFva64APeyoCgCw&usq=AFQjCNGi13hZ5NmnIjK8orOiLr6ndk_DA&sig2=jISz1HGgt13qRj8vwlrKCA Acessado em 15 de outubro de 2014.

HARDING, Sandra. **A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista**. Mudos Feministas, Ano 1(1), 1993: 7-52.

_____. **Ciencia y Feminismo**. Tradução de Palo Manzano. Madrid: Morata, 1996.

_____. Existe un método feminista? In: BARTRA, Eli (comp.) **Debates en torno a una metodología feminista**. México, D.F: Universidad Autonoma Metropolitana. 1998.

IBOPE. 2014. Disponível em <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/No-Brasil,-maioria-dos-internautas-s%C3%A3o-mulheres-.aspx> Acessado em 20 de abril de 2015.

IBOPE; CADÊ. **Perfil do Internauta Brasileiro**. 1998. Disponível em <http://www1.an.com.br/1998/nov/03/1inf.htm> Acessados em 19 de abril de 2015.

LEMOS, Marina Gazir. **Ciberfeminismo: novos discursos do feminino em redes eletrônicas**. São Paulo, 2009- dissertação mestrado. PUC.

LEMOS, André. **A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura**. São Paulo: Annablume, 2013.

LÉVY, Perre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LUXEMBURGO, Rosa. **A proletária**. In: Rosa de Luxemburgo, textos escolhidos, Vol. I, organizado por Isabel Loureiro. São Paulo: Unesp. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1914/03/05.htm> Acessado em 15 de outubro de 2014.

MACEDO, Ana Gabriela. **Pós-feminismo**. Estudos Feministas, Florianópolis, 14(3), 2006: 813-817. Disponível em http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S0104-026X2006000300013&pid=S0104-026X2006000300013&pdf_path=ref/v14n3/a13v14n3.pdf&lang=pt Acessado em janeiro de 2015.

MACEDO, Márcia dos Santos. Explicitando as bases teórico-metodológicas da pesquisa. In: MACEDO, Márcia dos Santos. **A Trama das Interseccionalidades: mulheres chefes de família em Salvador**. 247 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia: 2008.

MAFFIA, Diana. Prólogo. In: **Internet em código feminino. Teorias e práticas**. Buenos Aires: Ed. La Crujía, 2013: 11-14.

MARTÍNEZ-COLLADO, Ana. **Perspectivas feministas en el arte actual**. 1999. Disponível em: <http://www.estudiosonline.net/texts/perspectivas.html> Acessado em 15 de outubro de 2014.

MARTÍNEZ-COLLADO, Ana; NAVARRETE, Ana. **Ciberfeminismo: também uma forma de ativismo**. 2007. Disponível em: <http://issuu.com/rizoma.net/docs/desbunde/3#> Acessado em 15 de outubro de 2014.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Programa Nacional de Banda Larga PNBL 2014**. Disponível em <file:///C:/Users/Leid/Desktop/balanco-pnbl-21072014.pdf> Acessado em 20 de janeiro de 2015.

MOTA, José Carlos. **Da web 2.0 ao e-Learning 2.0: aprender na rede**. 2009. 187 f. Dissertação (Mestrado em Pedagogia do e-Learning) - Universidade Aberta: 2009.

NATANSOHN, Graciela.(Org). **Internet em código feminino: teorias e práticas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, La Crujía: 2013.

PAZ, Mônica. A divisão digital de gênero no movimento software livre do Brasil. In: NATANSOHN, Graciela.(Org). **Internet em código feminino: teorias e práticas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, La Crujía: 2013.

PLANT, Sadie. **Zeros e Uns: As mulheres e as Novas Tecnologias**. Tradução de Ida Boavida. Bizâncio, Lisboa: 2000.

POMBO, Olga. **Interdisciplinaridade: ambições e limites**. Lisboa. Relógio d'água, 2004. Disponível em <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/mathesis/interdisciplinaridade.pdf> Acesso em 10 de setembro de 2013.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, Gênero e História. In: **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

ROCHA, Cristina Tavares da Costa. **Expressões do ciberfeminismo na contemporaneidade**. Revista Tecnologia e Sociedade. Vol 2, nº 3: 2006. Disponível em <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/2484/1598>. Acessado em 25 de outubro de 2014

RODRIGUES, Carla. **Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida**. Revista Latino Americana Sexualidade, Salud y Sociedad. 2012. Disponível em http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S1984-64872012000400007&pid=S1984-64872012000400007&pdf_path=sess/n10/a07n10.pdf&lang=pt Acessado em 15 de janeiro de 2015.

ROSTAGNOL, Sussana. **Organizaciones de mujeres, redes y TICs**. Uruguai, Centro de Competencia en Comunicación para América Latina, Friedrich Ebert Stiftung, 2003. Disponível em https://www.academia.edu/t/607p-JR32EP8-VJTQy/10150183/Organizaciones_de_mujeres_redes_y_TICs Acessado em 15 de janeiro de 2015.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacelar. Enfoques de gênero: fundamentos teóricos e aspectos práticos. In: **Migração feminina internacional: causas e consequências**. Salvador: CHAME NEIM/UFBA, 2000, p. 23-31. Disponível em <http://www.neim.ufba.br/wp/wp-content/uploads/2013/11/migracaofeminina.pdf> Acessado em 15 de janeiro de 2015.

_____. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? In: COSTA, Ana Alice e SARDENBERG, Cecília M. B., **Feminismo, Ciência e Tecnologia**, Salvador: NEIM/UFBA: REDOR, 2002, p. 89-120.

_____. **Estudos feministas: um esboço crítico**. In: Amaral, Célia (org.), Teoria e Práxis dos Enfoques de Gênero, Salvador; Fortaleza: REDOR, NEGIF, 2004: 17-40. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6880/1/Estudos%20Feministas.%20Esbo%20C3%A7o%20Cr%20ADtico.pdf> Acessado em 15 de julho de 2013.

_____. Migrações perigosas: as (des) aventuras semânticas do conceito de gênero nos projetos e políticas para as mulheres no Brasil. In: GONÇALVES (org.). **Iguais? Gênero, trabalho e lutas sociais**. Goiânia, Editora PUC de Goiás: 2014, p. 19-48.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Pesquisa brasileira de mídia 2014: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. – Brasília: Secom, 2014. Disponível em <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf> Acessado em 14 de outubro de 2014.

SELAIMEN, Graciela Baroni. Mulheres desenvolvedoras de tecnologias: o desafio das histórias invisíveis que moram entre zeros e uns. In: NATANSOHN, C.(Org). **Internet em código feminino: teorias e práticas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, La Crujía: 2013: 137-150.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Software livre: a luta pela liberdade do conhecimento**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. Disponível em http://www.sisbin.ufop.br/novoportal/wp-content/uploads/2015/03/Software_livre.pdf Acessado em 20 de janeiro de 2015.

SOLLFRANK, Cornelia. **The Final Truth about Cyberfeminism**. In: OLDENBURG, H. V; REICHE, C. Very Cyberfeminist International. Obn Conference, Hamburgo, 2002. Disponível em http://www.obn.org/obn_pro/fs_obn_pro.html Acessado em 20 de janeiro de 2015.

_____. **La verdad sobre el ciberfeminismo**. 2007. Disponível em http://www.2-red.net/habitar/tx/text_cs_c.html Acessado em 20 de janeiro de 2015.

SOUZA, Paolla dos Santos; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de; MANHAES, Fernanda Castro; RIBEIRO, Daniele Fernandes. **Ciberfeminismo: Um estudo de caso do Ativismo Feminista no Facebook**. Revista internacional de educación, tecnologías de la información y comunicación aplicadas a la educación inclusiva, logopedia y multiculturalidad. Vol 2, nº 2, 2013: 19-31. Disponível em http://tecnoeducalem.weebly.com/uploads/4/4/7/9/44791473/04_tecnoeducalem_marzo-2013.pdf Acessado em 15 de julho de 2014.

TABAK, Fanny. **Estudos substantivos sobre mulher e ciências no Brasil**. In: COSTA, Ana Alice e SARDENBERG, Cecília M. B., **Feminismo, Ciência e Tecnologia**, Salvador: NEIM/UFBA: REDOR, 2002: 39-50.

TAKAHASHI, Tadao. **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/18878> Acessado em 21 de abril de 2015.

TRIZOLI, Talita. **O Feminismo e a Arte Contemporânea**. 17º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas Panorama da Pesquisa em Artes Visuais. Florianópolis, 2008. Disponível em http://feminismo.org.br/web/wp-content/uploads/2014/09/Feminismo-e-arte-contempor%C3%A2nea_Talita-Trizoli.pdf Acessado em 20 de janeiro de 2015.

VERDU, Remedios Martínez. **La brecha digital y el cyberfeminismo en la Sociedad de la información**. Comunicación e Ciudadanía: 2006. Disponível em <file:///C:/Users/Leid/Desktop/artigo2.pdf> Acessado em 20 de janeiro de 2015.

VOLKART, Yvonne. SOLLFRANK, Cornelia. Editorial. In: SOLLFRANK, C. **Next Cyberfeminist International**. Obn Conference, Hamburgo, 1999. Disponível em http://www.obn.org/obn_pro/fs_obn_pro.html Acessado em 22 de outubro de 2014.

WAJCMAN, Judy. **El tecnofeminismo**. Madrid: Cátedra, 2006.

WEBER, Marc. **Oral History of Elizabeth (Jake) Feinler**. Califórnia: Computer History Museum, 2009. Disponível em <http://archive.computerhistory.org/resources/access/text/2013/05/102702199-05-01-acc.pdf> Acessado em 19 de abril de 2015.

WELLS, Tatiana. **O ciberfeminismo nunca chegou à América Latina**. 2005. Disponível em: www.descentro.org/1_0_o_ciberfeminismo_nunca_chegou_a_america_latina Acessado em 23 de outubro de 2014.

WIENER, Norbert. **Cibernética e Sociedade**: o uso humano de seres humanos. Tradução de PAES, José Paulo. São Paulo: editora Cultrix, 1954.

WILDING, Faith. *et al.* **Notas sobre la condición política del ciberfeminismo**: internet u más. Periódico Feminista Mujeres en Red, 1997. Disponível em http://www.nodo50.org/mujeresred/IMG/article_PDF/article_a722.pdf Acessado em 15 de julho de 2013.

_____. **Dónde está el feminismo en el ciberfeminismo?** Tradução de Noemí Novell: 2004. Disponível em

http://ares.cnice.mec.es/genero/pensamiento/tx/text_fw_c.html Acessado em 25 de outubro de 2014.

YIN, Robert. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Tradução de Ana Thorell e Cláudio Damacena. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZAFRA, Remedios. **Ciberfeminismo:** bases y propuestas en un mundo global. 2009. Disponível em http://ares.cnice.mec.es/genero/pensamiento/tx/text_rz3.html Acessado em 25 de outubro de 2014.

APÊNDICE 1 – Roteiro de Entrevistas

1. Eu li o programa do ULF e a proposta principal é de formar uma rede com diversos grupos feministas e de mulheres através do site, assim gostaria de saber como surgiu a ideia de realizar estas ações na rede?
2. Porque um site e não apenas uma rede social? Como decidiram a criação? Existe desde quando? Quem são as idealizadoras?
3. Por que estão no Cfemea e não estão noutra local? (Foi iniciativa do Cfemea? Se não, como foram acolhidas? O que o Cfemea acha da iniciativa?)
4. Vocês se colocam enquanto um "projeto feminista", entretanto há uma variedade de pensamentos feministas. Em quais dessas vocês se incluem?
5. A proposta inicial era de atuar no ambiente *online*, e em alguns momentos presenciais. Assim, como vocês tem feito uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)?
6. Como vocês avaliam a utilização das TICs para promoção da ação política do movimento feminista?
7. De acordo com o site, o projeto do ULF atua na perspectiva da colaboração coletiva. Como é lidar com diferentes bandeiras feministas?
8. Como são definidos e/ou produzidos os conteúdos publicados no site, e quais são as pessoas envolvidas?
9. Existe uma sede onde vocês se reúnem, definem temas e material divulgado no site?
10. E como as TICs poderão ajudar nesse novo momento?
11. As primeiras ciberfeministas, um grupo australiano VNS Matrix, se propunha a disseminar a arte através do ciberespaço. Elas se intitulavam de ciberfeministas (inclusive foi quando o termo começou a ser utilizado). Vocês se consideram "ciberfeministas"? Porque?
12. A ULF tem financiamento próprio? Recebem alguma verba para fazer isso?
13. Quem são as pessoas responsáveis pela secretaria executiva? Quem compõe a equipe que assessora essa secretaria?

14. A “coletiva dinamizadora” é composta por um grupo de colaboradoras. Quem são?
15. Quantas pessoas são encarregadas pelo site? Qual a o perfil da formação acadêmica de cada uma delas?
16. Quem criou o site (desenvolvedora)? Houve formação para a/o desenvolvedora? Todas/os sabem criar site?
17. Todas (os) sabem inserir matérias, imagens, vídeos, links?